

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A SAÚDE
VANESSA LOUZADA RIBEIRO CABRAL

POSSIBILIDADES E LIMITES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE
MESQUITA/RJ.

Rio de Janeiro

2018.

Vanessa Louzada Ribeiro Cabral

POSSIBILIDADES E LIMITES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE MESQUITA/RJ.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Educação em Ciências e Saúde, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação em Ciências e Saúde.

Orientador: Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca.

Rio de Janeiro

2018.

Ficha catalográfica elaborada por Priscila Almeida Cruz CRB-7/6242.

C117p Cabral, Vanessa Louzada Ribeiro.

Possibilidades e limites da agricultura familiar no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Mesquita/RJ. / Vanessa Louzada Ribeiro Cabral. – Rio de Janeiro: UFRJ/NUTES, 2018.

132 p.: il. color.; 30 cm.

Orientador: Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde, Rio de Janeiro, 2018.

Referências bibliográficas: f. 113-122.

Vanessa Louzada Ribeiro Cabral

POSSIBILIDADES E LIMITES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE MESQUITA/RJ.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Educação em Ciências e Saúde, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação em Ciências e Saúde.

Aprovado em : 20 de dezembro de 2017

Prof^o.Dr^o. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca-UFRJ

Prof^a.Dr^a.Maylta Brandão dos Anjos-IFRJ

Prof^a.Dr^a.Sonia Cristina Soares Dias Vermelho-UFRJ

Dedico esse trabalho a minha mãe, que com seu imenso amor me permite navegar e ter sempre o seu colo a me apoiar.

Agradecimentos

Ao meu pai pelo amor, zelo e ombro amigo e a minha irmã pela amizade, sorrisos e pela lição de vida.

Ao meu marido, companheiro de todas as horas, pelos abraços apertados e por me fazer sentir capaz, me apoiando em todas as etapas da minha vida.

Ao meu bem maior, minha Manuela, minha companheira de vida e de mestrado, que com a sua chegada mudou a minha vida, que agora transborda de amor por você.

Ao professor Alexandre Brasil, pela paciência com minhas inúmeras dificuldades, pelo aprendizado e oportunidade.

A família Ribeiro pelos momentos de risadas, em especial a minha prima Larissa pela ajuda com as formatações de tabelas e textos e angustias compartilhadas.

Aos meus colegas de NUTES: Rute pela linda amizade e pelas caronas divertidas; Celia pelo otimismo e tranquilidade, Ana pelas risadas e pelos aprendizados, Natalia pela ajuda com a informática e pelos saberes, Fernanda Portronieri por ser tão prestativa e atenciosa, Olivia pelos conhecimentos.

A turma de mestrado/2015 pelas trocas de saberes, em especial a Raquel, Sarah e Catia pelos almoços e pelas risadas.

As minhas queridas amigas de vida: Viviam, Dayse e Kelly por todo apoio. A Kelly por ter me apresentado o programa e me fazer mergulhar num mundo tão lindo que eu desconhecia.

As professoras Maylta e Cristina pelas valorosas contribuições.

Aos participantes dessa pesquisa, que contribuíram ricamente, sempre com um sorriso no rosto e perseverança de dias melhores.

RESUMO

CABRAL, Vanessa Louzada Ribeiro. **Possibilidades e limites da agricultura familiar no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Mesquita/RJ.** 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) – Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas mais antigas do Brasil, que ainda encontra-se em vigor. O PNAE desde a sua criação em 1955, vem sofrendo inúmeras alterações. O direito humano à alimentação adequada é um preceito que garante que políticas públicas sejam pensadas e articuladas para que o Estado garanta o acesso à alimentação de todos, além disso o alimento deve ser seguro e sem risco para o consumo. Diante disso, o PNAE presume em suas diretrizes a consonância entre oferecer quantidade e qualidade de alimentos por intermédio de uma alimentação adequada e saudável. Com a promulgação da lei 11.947/09 torna-se obrigatória a compra de no mínimo 30% de gêneros da Agricultura Familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e quilombola, fortalecendo-se como uma política pública de garantia de Segurança Alimentar e Nutricional. Este estudo foi realizado no município de Mesquita, localizado na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que está inserido numa Área de Proteção Ambiental (APA). Por se tratar de uma APA, a preservação do meio ambiente no município em tela é respeitada e os produtos nele plantados são agroecológicos. As plantações que não utilizam agrotóxicos e priorizam a sustentabilidade do meio ambiente são considerados produtos agroecológicos. O estudo é de cunho qualitativo e, por intermédio de entrevistas semiestruturadas, investigou os limites e as possibilidades de como a aquisição de gêneros da agricultura familiar pode propiciar, ou não, o processo de aprendizagem relacionado à alimentação adequada e saudável. A análise textual discursiva foi a proposta de análise dos dados coletados, sendo fragmentados em categorias e subcategorias. Nesta análise, identificamos que

dificuldades com a logística, demora em processos de pagamentos e no processo de chamada pública, a terceirização da alimentação escolar, a ausência do selo de orgânico para os produtos produzidos, são alguns dos fatores que limitam a participação do agricultor familiar na chamada pública para compra do PNAE. A transversalidade do tema alimentação é proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais(PCNs), entretanto identificamos que fica a cargo somente do professor de ciências o tema alimentação, contrapondo-se ao que é direcionado pelos PCNs. A escola possui o papel de fornecedor de múltiplos conhecimentos, colocando-se como um espaço de debates e de vivências para que os alunos possam se tornar sujeitos conscientes de seus direitos e capazes de definir sobre uma alimentação adequada e saudável.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Educação alimentar e nutricional. Alimentação Adequada e Saudável.

ABSTRACT

CABRAL, Vanessa Louzada Ribeiro. **Possibilidades e limites da agricultura familiar no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Mesquita/RJ.** 2017.135 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) – Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The National School Feeding Program (PNAE) is one of the oldest public policies in Brazil, which is still in force. The PNAE since its creation in 1955, has undergone numerous changes. The human right to adequate food is a precept that ensures that public policies are designed and articulated so that the State guarantees access to food for all, and food must be safe and safe for consumption. Thus, the PNAE presumes in its guidelines the consonance between offering quantity and quality of food through an adequate and healthy diet. With the enactment of Law 11,947 / 09, it is mandatory to purchase at least 30% of Family Agriculture, prioritizing agrarian reform settlements, traditional, indigenous and quilombola communities, strengthening as a Food and nutrition security. This study was carried out in the municipality of Mesquita, located in the Baixada Fluminense of the State of Rio de Janeiro, which is part of an Environmental Protection Area (APA). Because it is an APA, the preservation of the environment in the municipality on canvas is respected and the products in it are agroecological. The plantations that do not use agrochemicals and prioritize the sustainability of the environment are considered agroecological products. The study is qualitative and, through semi-structured interviews, investigated the limits and possibilities of how the acquisition of family farming genres may or may not provide the learning process related to adequate and healthy food. The discursive textual analysis was the proposal of analysis of the collected data, being fragmented into categories and subcategories. In this analysis, we identified that difficulties with logistics, delay in payment processes and in the public call process, the outsourcing of school feeding, the absence of the organic seal for the products produced, are some of the factors that limit the participation of the family farmer in the public call for purchase

of the PNAE. The transversality of the food theme is proposed in the National Curriculum Parameters (PCNs), however we have identified that only the science teacher is in charge of the food theme, in opposition to what is directed by the PCNs. The school has the role of supplier of multiple knowledge, putting itself as a space of debates and experiences so that the students can become subjects aware of their rights and able to define about an adequate and healthy diet.

Keywords: Family agriculture. National School Feeding Program. Food and nutrition education. Adequate and Healthy Food.

Lista de Imagens

Lista de Figuras

Figura 1: Localização da cidade de Mesquita no mapa do Brasil.....	4
Figura 2: Mapa da pobreza e renda dos municípios do Rio de Janeiro.....	5
Figura 3: Foto de um sítio localizado em Mesquita.....	11
Figura 4: Etapas da Análise Textual Discursiva.....	59
Figura 5: Produção do metatexto.....	60

Lista de Tabelas

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano municipal e seus componentes- Mesquita(RJ).....	6
Tabela 2: Renda, pobreza e desigualdade- Município Mesquita.....	6
Tabela 3: Quantidade de gêneros plantados em maior quantidade pelos agricultores..	18
Tabela 4: Valores de repasse da aquisição de gêneros da agricultura familiar pelo município de Mesquita(RJ).....	61
Tabela 5:Nomes dos atores da pesquisa.....	64
Tabela 6: Categorias e subcategorias.....	65
Tabela 7: Possibilidades e limites da agricultura familiar no município de Mesquita no contexto escolar.....	98

Lista de gráficos

Gráfico 1: Dados dos valores repassados pelo FNDE para o PNAE, prefeitura Mesquita, ano 2016.....	13
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CGEAN	Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional
CGPAN	Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição
CMA	Cúpula Mundial da Alimentação
CME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPAMESQ	Cooperativa de Agricultores de Mesquita
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EEx	Entidade Executora
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
FAE	Fundação de Assistência ao Educando
FAO	Food and Agriculture Organization
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FISI	Fundo Internacional de Socorro à Criança
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IMN	Instituto Municipal de Nutrição
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LOSAN	Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério Do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIDESC	Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAE	Semana de Alimentação Escolar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidades de Conservação
UNICEF	United Nations International Children Emergency
USAID	Agency for International Development

VAP

Variedades de Alta Produtividade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1.PROBLEMÁTICA.....	1
1.2.CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE MESQUITA.	3
1.2.1.A história do município.....	3
1.2.2.Município de Mesquita como Área de Proteção Ambiental.	7
1.2.3.Conhecendo as escolas.....	11
1.2.4. Caracterizando a agricultura: agricultores e produção.....	16
1.3.OBJETIVOS:.....	19
1.3.1. Objetivo geral:	19
1.3.2.Objetivos específicos:.....	19
1.4.CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	19
2 . DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SUAS CONEXÕES COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	25
2.1. DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: CONQUISTAS E SUAS PERSPECTIVAS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	25
2.2. INTER-RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.	28
2.3.EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO INSTRUMENTO PARA PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS.....	33
3. AGRICULTURA FAMILIAR: REVOLUÇÃO VERDE, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	41
3.1. REVOLUÇÃO VERDE: IMPLICAÇÕES NA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL.....	42
3.2.CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS A AGRICULTURA FAMILIAR.	46
4.RELAÇÕES SOCIAIS: O “RURAL” E SUA HETEROGENEIDADE.	50
5.ANALISANDO OS DADOS: IDA AO CAMPO E SUAS PERCEPÇÕES.	56
5.1. O PROCESSO METODOLÓGICO: A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA.....	56

5.2. DELIMITANDO O CAMPO DE PESQUISA E AS PERCEPÇÕES NO PROCESSO.....	61
5.3. TECENDO A REDE E ATANDO OS NÓS.....	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	100
Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	111
Apêndice 2: Roteiro das entrevistas.....	113

1. INTRODUÇÃO.

1.1.PROBLEMÁTICA.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas mais antigas que ainda se encontra em vigor no Brasil. Criado em 1955, sofreu várias mudanças ao longo dos anos, pois possuía uma característica assistencialista na qual recebia incentivo de alguns países para ser colocado em prática. Nesse contexto, os alimentos fornecidos para a comunidade escolar eram industrializados e fortificados, já que acreditava-se que o fracasso escolar estava associado à fome e à pobreza. Hoje, o programa conta com recursos enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Como contrapartida, estados e municípios também fornecem subsídios financeiros para o programa.

A Constituição Federal garante o acesso à alimentação por intermédio do Estado e essa alimentação deve atender às necessidades fisiológicas. Os alimentos devem ser seguros e saudáveis, e a cultura alimentar deve ser preservada. O PNAE é uma política pública que contribui para a garantia desses direitos.

Uma modificação significativa na lei do PNAE ocorreu em 2009, na qual estabeleceu-se a obrigatoriedade da compra de produtos oriundos da agricultura familiar pelos estados e municípios. O novo regramento passou a prever a compra de no mínimo 30% do repasse do governo federal, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas de todo o país, com dispensa de licitação.

Considerando a mudança no padrão de consumo da população brasileira, na qual produtos industrializados tem sido consumido em alta proporção. A possibilidade de consumo de produtos oferecidos pela agricultura familiar pode favorecer melhora nos hábitos alimentares e, além disso, incentiva a economia local e promove a sustentabilidade do meio ambiente.

O PNAE estabelece uma possibilidade para que alimentos in-natura sejam consumidos em maior quantidade, pois a escola propicia um espaço favorável para o diálogo sobre alimentação saudável. No espaço escolar admite-se o consumo de

alimentos ultra processados desde que sejam em pequenas quantidades, porém nunca podem substituir os alimentos in-natura. Esse posicionamento tenta garantir que a alimentação mais saudável se sobreponha ao consumo de alimentos industrializados, que não agregam, ou agregam pouco valor nutritivo. Além disso, o resgate da cultura alimentar por intermédio do consumo de alimentos da agricultura familiar pode gerar mudanças na conformação de um padrão alimentar contemporâneo baseado em produtos industrializados (TEO, MONTEIRO; 2012).

O meu interesse na pesquisa deu-se pelo fato de ser nutricionista e ser instigada pela mudança da lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Esta lei estabelece a obrigatoriedade na compra de gêneros oriundos da agricultura familiar. As questões do incentivo para o pequeno agricultor e a possibilidade de se estabelecer uma alimentação adequada e saudável por meio do PNAE fizeram com que me importasse com o tema.

O município de estudo é o de Mesquita, localizado no estado do Rio de Janeiro. A escolha para o estudo foi o fato de estar inserido numa Área de Proteção Ambiental (APA). A APA pode ser ocupada e seus recursos utilizados, desde que os manejos protejam e não degradem o meio ambiente. Por estar inserido numa APA, a produção agrícola segue os preceitos de não destruição do meio ambiente e, por isso, os insumos utilizados são naturais.

A lei do PNAE visa oferecer aos escolares uma "alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis" (Art. 2º, inciso I). Por pertencer a uma APA, os alimentos produzidos em Mesquita podem garantir os princípios citados pela legislação. A produção é realizada sem insumos químicos, garantindo uma alimentação adequada e saudável refletindo no respeito à cultura alimentar e assegurando alimentos que não têm risco a saúde, pelo fato de serem cultivados em terras que não sofreram degradação por contaminação de solo. Os agricultores possuem apoio técnico do profissional agrônomo, que os orienta sobre o que fazer em situações de pragas nas plantações, sempre de forma natural, sem degradar o meio ambiente.

O estudo possui como tema central o PNAE e a obrigatoriedade na compra dos gêneros da agricultura familiar, buscando as possibilidades desse encontro em desenvolver a garantia de uma alimentação adequada por intermédio de práticas

alimentares desenvolvidas na escola. Além disso, o PNAE está inserido no campo de direito humano à alimentação adequada (DHAA) sendo garantidor desse direito.

Questões relacionadas ao consumo de gêneros da agricultura familiar estabelecem debates sobre questões ambientais, nutricionais e culturais. Por isso, neste estudo serão dialogados sobre a agricultura familiar, o PNAE, o Direito Humano à Alimentação Adequada, Segurança Alimentar e Nutricional, Alimentação Adequada e Saudável e Educação Alimentar e Nutricional. Por meio destes fatores, vamos identificar suas interfaces nas práticas alimentares. A agricultura familiar pode se tornar um caminho para o consumo consciente relacionado ao meio ambiente e à produção dos alimentos.

1.2. CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE MESQUITA.

1.2.1. A história do município.

A região de Mesquita era habitada por índios jacutingas, assim chamados pelos colonizadores portugueses. Provavelmente, receberam essa denominação, porque se enfeitavam com penas de um tipo de ave chamada de jacutinga, muito comum na região naquela época (MESQUITA, 2017).

Diante da ação violenta dos colonizadores, a resistência dos índios para não serem escravizados e pelas doenças contraídas pelo contato com os colonizadores, vários índios desta tribo foram dizimados. O bairro Jacutinga, localizado no distrito de Banco de Areia, possui este nome como forma de homenagem aos índios. (MESQUITA, 2017).

Neste território, por volta de 1700 era predominante o cultivo de cana de açúcar e laranjas e com mão de obra escrava, funcionava um engenho produzindo açúcar e aguardente. Em 1884, a estrada de ferro chegou ao local, as fazendas não davam mais lucros principalmente pelo abolicionismo. A área era basicamente de plantio de laranjas e no início do século XX as olarias surgiram pela qualidade do barro. Por muitos anos o cenário de Mesquita foi formado por laranjais, olarias e poucas residências. Em torno de 1940, houve a decadência na produção de laranjas, ocasionando a venda de chácaras, surgindo loteamentos e aumentando a população (BRASIL, 2011).

Em 25 de setembro de 1999 foi sancionada a lei estadual que criou o município de Mesquita, que até a presente data pertencia ao município de Nova Iguaçu. Sendo assim, Mesquita é o município mais novo da Baixada Fluminense, a primeira eleição foi realizada em 2000 e o município foi instalado em 1 de janeiro de 2001 (MESQUITA, 2017).

O município de Mesquita localiza-se na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e faz divisa com o municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo e Rio de Janeiro. Possui uma extensão de 39,062 Km² e encontra-se a uma distância de 24 Km da capital do Rio de Janeiro. Possui três distritos, denominados de Centro, Vila Emil e Banco de Areia, neles estão localizados 17 bairros (MESQUITA, 2017).

Figura1: Localização da cidade de Mesquita no mapa do Brasil.

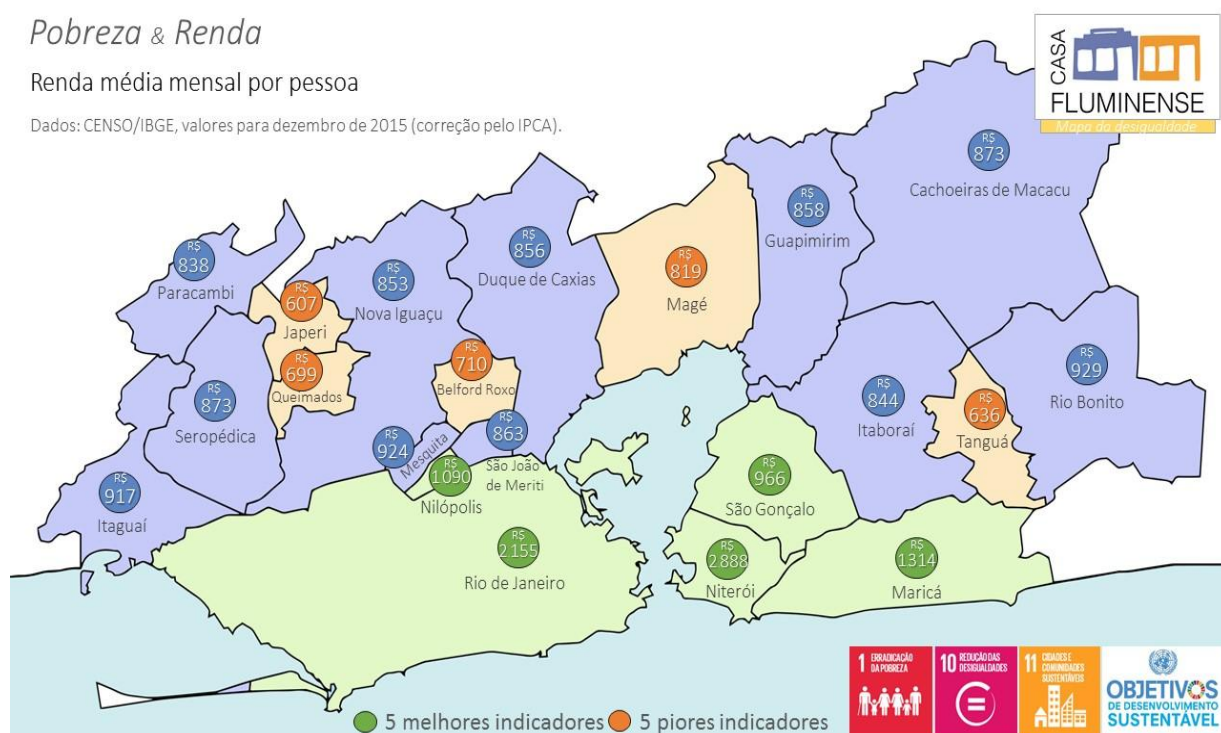


.FONTE: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mesquita_\(Rio_de_Janeiro\)&oldid=48819509](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mesquita_(Rio_de_Janeiro)&oldid=48819509)>.

Acesso em: 31 de maio de 2017

No último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população do município era de 168.376 pessoas. No ano de 2014 o salário médio mensal de trabalhadores formais era de 2.2 salários mínimos (IBGE, 2014). A figura abaixo mostra o município de Mesquita, relacionando pobreza e a renda.

Figura 2: Mapa pobreza e renda dos municípios do Rio de Janeiro



Fonte: Casa Fluminense: acesso em: <http://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Mapa-7-%E2%80%93-Renda-m%C3%A9dia-mensal-por-pessoa-1.jpg>.

Ao analisarmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade Mesquita, o valor encontrado foi 0,737. Esse valor é considerado de alto índice, pois o parâmetro está entre 0,700 e 0,799. Para esse valor, o parâmetro que contribuiu para o IDH do município ser alto é a longevidade, que entra no critério saúde. A cidade de Mesquita é o segundo município da baixada fluminense com melhor IDH.

Verificando o critério pobreza e renda, percebemos que o município tem parâmetros medianos, o IDH por estabelecer três tipos de parâmetros coloca o município numa posição mais privilegiada no critério longevidade.

O IDH é caracterizado pela renda, educação e saúde e os dados são divulgados pela Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse índice foi desenvolvido para estabelecer uma consonância com o Produto Interno Bruto (PIB), já que o PIB só avalia a dimensão econômica do desenvolvimento. A avaliação do PIB só verifica a economia do país.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Mesquita – RJ

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,383	0,512	0,678
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	42,54	49,39	66,24
% de 5 a 6 anos na escola	58,38	78,68	92,13
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	45,04	61,30	86,36
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	27,21	43,30	53,16
% de 18 a 20 anos com médio completo	14,67	25,48	42,87
IDHM Longevidade	0,687	0,742	0,839
Esperança de vida ao nascer	66,19	69,51	75,31
IDHM Renda	0,610	0,672	0,704
Renda per capita	356,32	523,01	640,37

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Verificamos a medição da desigualdade social, avaliada pelo índice de Gini, que verifica o grau de concentração de renda. A análise é realizada pela diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0 maior a igualdade, quanto mais próximo de 1 maior é a desigualdade renda. A tabela 2 demonstra esse índice.

Tabela 2. Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Mesquita - RJ

	1991	2000	2010
Renda per capita	356,32	523,01	640,37
% de extremamente pobres	6,48	3,53	2,73
% de pobres	23,58	13,68	9,13

Índice de Gini	0,45	0,47	0,47
-----------------------	------	------	------

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Quanto mais o índice se aproxima de 1, mais desigual é a população. No caso do município estudado a desigualdade encontra-se em valor mediano. Entretanto, considerando os municípios da baixada fluminense, o município de Mesquita destaca-se por sua evolução nos índices educação e longevidade. O setor que mais cresce na cidade é o comércio, que vem gerando emprego para a população.

Geograficamente, o município está inserido numa Área de Proteção Ambiental (APA), que apresenta relevante área de matas e cachoeiras. Inclusive, o Parque Municipal de Nova Iguaçu, o primeiro geoparque do estado do Rio de Janeiro, cerca a cidade de Mesquita. Além disso, a região é área remanescente de Mata Atlântica, a qual ocupa 2264 hectares do município.

1.2.2.Município de Mesquita como Área de Proteção Ambiental.

No Brasil, a Mata Atlântica originalmente, cobria a maior parte do território nacional com uma extensão de 1.300.000 km² em 17 estados do território brasileiro. As áreas remanescentes da vegetação nativa estão reduzidas a 22% da cobertura original e 8,5% desta vegetação estão conservados em fragmentos acima de 100 hectares (BRASIL, 2017).

Sendo um bioma de grande complexidade biológica, a mata atlântica é considerada pela União Internacional para Conservação de Natureza, como um dos mais ameaçados do mundo. Esse bioma fazia parte de 12% do território nacional que se estendia do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul (IUCN,1986).

Cinco séculos depois, a ocupação territorial reduziu a Floresta Atlântica a fragmentos florestais de variados tamanhos, restando hoje apenas 5% de sua cobertura original (CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA,1992).

Considerando que o Rio de Janeiro foi capital do país entre 1763 a 1960, houve uma expansão da cidade com um grande número de imigrantes indo para a capital. Essa expansão gerou um desmatamento de florestas, principalmente na baixada fluminense, para abertura de áreas para a agricultura e habitação. As áreas de encosta foram

utilizadas para fins agrícolas, principalmente no Ciclo do Café, nos séculos XVIII e XIX (DEAN, 1995).

A Lei Federal 6.902, de 27/4/81, estabelece que as Áreas de Proteção Ambiental são “porções do território nacional de configuração e tamanho variáveis, submetidas a modalidades de manejos diversos, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais e seminaturais, com características notáveis dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais ou constituir-se em local de experimentação de novas técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos essenciais”.

Em seu Artigo 9º esta Lei estabelece que, para cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo:

- a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais;
- o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- o exercício de atividades que ameacem extinguir, na área protegida, as espécies raras da biota regional.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), até 23 de junho de 2015, existiam 294 áreas de proteção ambiental no país: 32 na esfera federal, 185 na esfera estadual e 77 na municipal. O CNUC é um sistema de bancos de dados com as informações das unidades de conservação (UC) que são gerenciadas pelas três esferas do governo. O Ministério do Meio Ambiente organiza e mantém o cadastro das áreas (BRASIL, 2017).

A lei número 9985, de 18 de julho de 2000, no artigo 2º, parágrafo I define como unidades de conservação:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

As UC dividem-se em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. As unidades de proteção integral garantem como objetivo principal a proteção da natureza, os recursos só podem ser utilizados de maneira indireta, ou seja, sem envolver consumo, coleta ou danos nos recursos naturais. Nas unidades de uso sustentável podem ser utilizados os recursos naturais, desde que seja de maneira sustentável. Os recursos ambientais e os processos ecológicos devem estar assegurados (BRASIL, 2017).

As unidades de uso sustentável são: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN) (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação possibilitam o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional, garantindo a comunidade que vive nessas unidades, desenvolvam atividades econômicas sustentáveis (BRASIL, 2017).

As Áreas de Proteção Ambiental, enquanto Unidades de Conservação (UCs), podem ser delimitadas em terras de propriedade do governo ou mistas, ou ainda em terras de particulares, necessitando apresentar para serem adequadamente implantadas, um Plano de Manejo em co-gestão e participação da comunidade (ZANONI, 2000). Diante disso, as APAs ficam sob a responsabilidade de conservação do proprietário, podendo ser explorada economicamente, com critérios estabelecidos por um órgão fiscalizador que pode ser municipal ou estadual.

No município de Mesquita, as terras são propriedades mistas, sendo que nessa área de proteção ambiental, respeita-se as árvores antigas com o cuidado de não utilizar produtos químicos. A prefeitura possui um profissional graduado em agronomia que ensina técnicas de proteção ao solo e de proteção às pragas por meio de elementos da própria natureza, como por exemplo a plantação de citronelas como forma de proteção natural para as plantações.

A interferência na APA por atividades antrópicas¹, gerou a necessidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) elaborar o Roteiro Metodológico para Gestão das APAs (MMA,2001). Nesse documento a principal crítica está na sua complexidade, “dependendo de alto investimento, com tempo elevado para elaboração e o produto final é fora da realidade de implementação” (ESTEVEZ; SOUZA,2014;p.78). Medidas

¹ Decorrentes da ação humana.

protetivas em relação as APAs, poderiam garanti-las efetivamente como um espaço de conservação ambiental, pois mesmo as áreas que são de propriedade privada, os interesses coletivos sempre se sobressaem ao interesses individuais.

A fiscalização e a supervisão da APA pode ser realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) ou do órgão equivalente municipal ou estadual, no caso do município o órgão responsável é o INEA. O município possui o Grupamento Ambiental que está ligado a Guarda Municipal com atribuições de fiscalização ambiental.

O INEA é um órgão que foi criado em 2009, por meio da junção de três órgãos: a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente), SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas) e o IEF (Instituto Estadual de Florestas). Além disso, atua de forma descentralizada com o apoio de Superintendências Regionais que visam a integração de questões ambientais semelhantes, município de Mesquita faz parte da superintendência da Baía de Guanabara.

A atribuição das superintendências é encurtar as distâncias das diversas regiões do estado do Rio de Janeiro, ser eficiente no “controle, acompanhamento e integração das ações da gestão ambiental”. Contudo, o INEA é órgão responsável por emitir licenças ambientais, conservação e controle da áreas ambientais. (INEA,2017).

Busca-se com a criação das APAs a conservação do ambiente, que no caso do município de Mesquita, a criação da APA foi no contexto que o município era um bairro que pertencia ao município de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu é um município que cresceu desordenadamente e por isso a necessidade de controle da área pois é uma área remanescente de Mata Atlântica. Nesse sentido, a APA de Nova Iguaçu foi criada pela lei nº1331/88 que estabeleceu no seu artigo 1:

objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geo-hidrológicos da região, que abrigam em área densamente florestada espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, bem como a presença de chaminés vulcânicas e nascentes de inúmeros cursos d'água contribuintes do rio Guandu que abastece de água os Municípios do Rio de Janeiro e da região do Grande Rio.

Uma forma financeira de assegurar as APAs é o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) biológico, que tem como princípio preservar as APAs repassando verbas do governo estadual para os municípios. Para o cálculo do repasse, a Secretaria do Estado do Ambiente (SEA) e o INEA, recebem das prefeituras as

informações dos indicadores que farão parte do cálculo final para o repasse. Essas variáveis são: destinação do lixo, coleta seletiva e reciclagem, coleta de óleo comestível, tratamento de esgoto, mananciais de abastecimento, remediação de vazadores e unidades de conservação da natureza. Esse repasse incentiva as prefeituras a estabelecer mecanismos para a conservação ambiental.

O município, por estar inserido numa APA, encontra-se apto a ofertar alimentos seguros e adequados, conforme previsto no PNAE. Já que, segundo a resolução nº26, de 17 de junho de 2013 destaca a prioridade de alimentos orgânicos ou agroecológicos:

aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes desta Resolução e deverá ser realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.



Figura 3. Foto de um sítio localizado em Mesquita.

1.2.3. Conhecendo as escolas.

O município é composto por 41 escolas. Estão matriculados 13.182 alunos, no ano de 2017(dados oferecidos pela SEMED), distribuídos em educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e ensino fundamental.

A avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2015, para os anos iniciais foi 4,8 e nos anos finais, 3,6. Esses resultados caracterizam o município na posição de 66 de 92 do Rio de Janeiro para anos iniciais e de 77 de 92 para os anos finais (IBGE, 2015).

Para a alimentação escolar, conforme a Lei 11.947 de 2009, fica estabelecido que os recursos financeiros são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as unidades executoras (estados, municípios e distrito federal). Esses recursos são complementares e são de responsabilidade da unidade executora a realização do programa (BRASIL, 2009).

Para que sejam beneficiadas pelo programa, as escolas devem estar cadastradas no censo do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) e a transferência do recurso é feita em 10 parcelas mensais para cobertura de 200 dias letivos.

Uma das condições para que o repasse financeiro aconteça é constituir um Conselho de Alimentação Escolar (CAE). O CAE é um órgão colegiado, de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento. Desse modo, o CAE se constitui um instrumento de controle social do programa (BRASIL, 2009).

Consta no artigo 4, do decreto número 8581 de 04 de março de 2010, que no município de Mesquita, o conselho de alimentação escolar será constituído por 7 membros, com a seguinte composição:

I – 1(um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito Municipal;

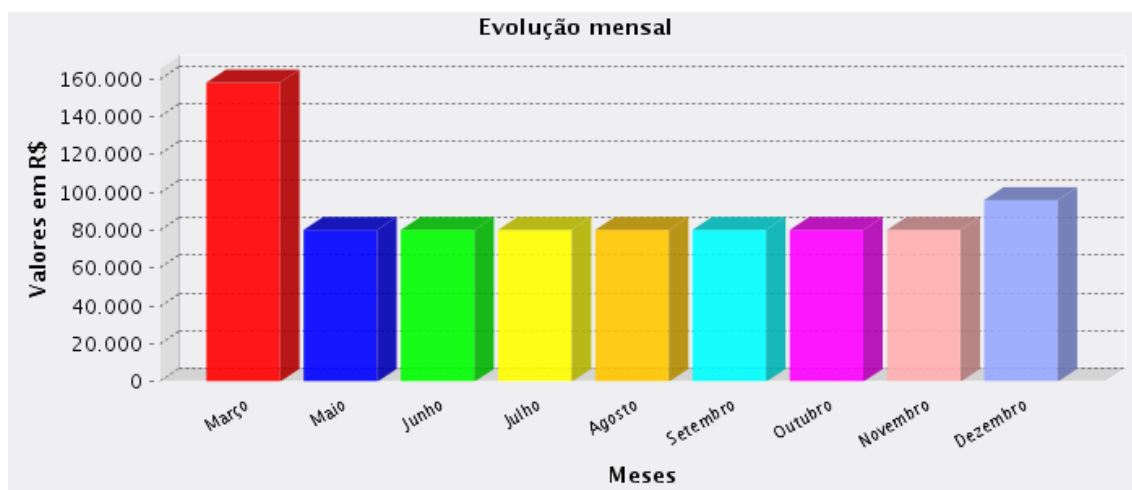
II – 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica formalizada em ata assinada pelos presentes;

III – 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica formalizada em ata assinada pelos presentes;

IV – 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica formalizada em ata assinada pelos presentes.

Em 2016, o município recebeu do PNAE, o repasse financeiro de R\$ 815.468,56 (CGU, 2017). Contudo, a prefeitura recebe o repasse do governo federal, estabelecendo os critérios que a lei do PNAE preconiza.

Gráfico 1: Dados dos valores repassados pelo FNDE pra o PNAE, prefeitura de Mesquita, no ano de 2016:



Fonte: Portal da transparência, acesso em:
<http://rj.transparencia.gov.br/tem/Mesquita/>

A alimentação escolar do município, desde 2013, é gerenciada por uma empresa terceirizada. O município contrata a empresa através de um processo licitatório, conforme disposto na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. A lei em questão expõe que as compras, por exemplo, contratadas por terceiros, devem ser precedidas de licitação. Os gêneros da agricultura familiar, que são comprados pela prefeitura são repassados para a empresa terceirizada e o valor é descontado em nota.

O processo de terceirização se iniciou no Brasil na década de 70 do século XX e vem reconfigurando as relações de trabalho e a produção (DIEESE, 2003). A terceirização na área de alimentação coletiva vem crescendo ao longo dos anos, segundo dados da ABERC, 11 milhões de refeições foram servidas no ano de 2016 sendo 90 % das refeições servidas por terceirização de serviços. No caso do município, a empresa fica responsável em executar o cardápio oriundo da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), que por meio de contrato garante a alimentação do escolar, conforme a lei.

Para a escolha da empresa terceirizada é necessário o processo de licitação. A empresa vencedora da licitação é acionada por homologação, e a partir daí ocorre a publicação do resultado, o empenho e a contratação.

A empresa contratada pode seguir duas possibilidades para a execução das suas atividades: realizar as refeições numa cozinha central e após distribuir as refeições prontas ou preparar a alimentação na própria cozinha da escola na qual será servida aos alunos (STOLARSKI e CASTRO, 2007). No município as duas possibilidades apresentadas são realizadas, mas a maioria das escolas possui sua própria cozinha.

A prestadora de serviço fica responsável pela aquisição de gêneros, distribuição da alimentação aos alunos e a execução do cardápio. O cardápio é confeccionado pela equipe de nutricionistas responsáveis pela alimentação escolar, que estão lotadas na SEMED. Fica sob responsabilidade do município o monitoramento e o controle das atividades da contratada. Os CAEs municipais e estaduais devem acompanhar todas as fases do processo (STOLARSKI e CASTRO, 2007).

A empresa terceirizada segue a lógica capitalista de obtenção de lucros, por isso questões sobre a compra de gêneros alimentícios e de contratação de pessoal ficam associadas aos interesses da empresa. Essa discussão se torna ampla, pois os interesses de uma empresa podem ser diferentes dos programas do governo, que de uma certa forma tentam garantir uma alimentação de qualidade. No caso da agricultura familiar, o valor dos produtos podem ser aumentados em 30% do valor comercial, o que não é interessante para empresa pela questão do lucro. O desenvolvimento local e obtenção de alimentos saudáveis, livres de riscos para a saúde como preconiza o PNAE, pode ser prejudicado por interesses da empresa.

As relações de trabalho também é um fator que pode influenciar na alimentação do escolar nesse tipo de gestão. Este modelo, não traz pertencimento aos trabalhadores envolvidos e a alta rotatividade gera insegurança aos trabalhadores de perderem seus empregos. O trabalho de Nogueira (2004), analisando o sistema de autogestão e terceirização do PNAE na cidade Campinas (SP), demonstrou que o sistema de terceirização possuía uma alta rotatividade de pessoal e uma baixa qualificação de funcionários.

No município, a fragmentação na contratação de pessoal gera mais descontentamentos entre merendeiras. Há dois tipos de contrato de trabalho: algumas merendeiras são de cargo efetivo da prefeitura e outras são da empresa terceirizada. Gomes (2014), em pesquisa realizada no município de Mesquita (RJ) com merendeiras,

retratou que as funcionárias da empresa terceirizada tinham salários mais baixos e a carga horária maior em comparação as merendeiras efetivas no cargo. Essas situações causavam fragmentação entre as merendeiras.

Além disso, nesse tipo de contratação no alto custo do serviço terceirizado é incompatível com valor repassado pelo FNDE. E por ser um processo licitatório, há dificuldade na elaboração dos editais e contratos desse tipo de serviço pelas prefeituras (STOLARSKI; CASTRO,2007).

Na contramão dessas questões, alguns estudos indicam vantagens da terceirização nesse setor. No estudo de Gallina e Teo (2012) foram entrevistados professores das escolas municipais de Chapecó (SC) sobre a qualidade da alimentação escolar após o processo de terceirização no município. Caracterizaram como vantagens a qualidade de merenda, presença do profissional nutricionista, redução do desperdício e economia. Na mesma linha, Danelon *et al.* (2009), apontam algumas vantagens em relação ao sistema de terceirização, como: a otimização de recursos; a aquisição de gêneros e a contratação de recursos humanos.

O estudo do INEP em 2007, demonstrou que somente 0,6% das escolas possuem esse tipo de gestão. Dados recentes sobre a evolução da terceirização em escolas não foram encontrados.

Contudo, dados da Associação Brasileira de Empresas Coletivas (ABERC), indicam que a terceirização na alimentação coletiva no ano de 2016 gerou R\$16,9 bilhões de reais por ano e 180 mil empregos diretos, tornando-se um setor promissor no ramo de alimentação.

O modelo de terceirização influencia nas relações de trabalho e conseqüentemente no tempo de permanência que o trabalhador exercerá seu cargo. Em entrevista com os agricultores, a questão da terceirização do trabalho foi citada como uma questão que atrapalha no relacionamento e continuidade.

O fato do agrônomo possuir vínculo de estatutário, ou seja, foi aprovado por concurso público e seu regime de trabalho ser regido pelo estatuto do servidor do município, foi um fator citado pelos agricultores como positivo, pois garante a permanência do profissional por mais tempo, sem mudanças do profissional a cada gestão modificada. O agrônomo conhece os sítios e as potencialidades de produção de cada sítio, oferece apoio técnico e interage na SEMED propiciando conhecimento para o nutricionista de quais produtos os agricultores mais produzem.

1.2.4. Caracterizando a agricultura: agricultores e produção.

O termo agricultor familiar é um termo recente, até a década de 90 eram comumente referidos como pequenos produtores ou produtor de subsistência. A origem está no camponês, que perde esse título por estar marginalizado numa sociedade que julgava que os modos de vida urbano eram superiores aos modos de vida rural. Para Lima e Figueiredo (2006), abandonar o termo camponês “pode ter sido uma estratégia, em um momento de transição política, uma vez que o camponês é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que através dos anos resistiram e resistem a dominação” (LIMA e FIGUEIREDO, 2006, p.59).

As atividades agrícolas eram conhecidas como depreciativas, julgando o campo como um local atrasado e as pessoas que viviam dessas atividades sem esclarecimentos. Beneficiando as grandes produções agrícolas, o governo brasileiro marginalizava o pequeno agricultor, oferecendo subsídios para as monoculturas de exportação. Com a redemocratização, as pressões sindicais se fortaleceram e essa fatia de agricultores passou a ser considerada nas políticas públicas.

Define-se agricultor familiar e empreendedor familiar “os indivíduos que praticam atividades no meio rural; não detenham mais que quatro módulos fiscais, ou seja, pequeno proprietário; utilizem mão de obra da própria família e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo” (BRASIL,2006).

O município de Mesquita possui 65 agricultores familiares, estes possuem sítios localizados em três regiões: bairro Santa Terezinha, Chatuba e Alto Uruguai. Desse total, 23 agricultores são cooperativados e desses, somente 14 agricultores possuem DAP física. Participam do programa do PNAE apenas 6 agricultores. A resolução número 4 de 2 de abril de 2015, define:

Art. 32 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar /ano/entidade executora, e obedecerá as seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar /ano/EEx.

Conforme a Resolução número 4 de 2 de abril/2015 entende-se como grupo formal organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica. Grupos informais como agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos e fornecedores individuais (detentores de DAP Física).

No âmbito do município, os agricultores familiares fazem parte da Cooperativa de Agricultores de Mesquita (COOPAMESQ), que foi fundada em 2012, porém eles participavam do PNAE como DAP física, pois até o ano passado a cooperativa não possuía DAP jurídica. Neste ano, participarão como cooperativa aumentando o número de itens para a compra do PNAE.

As cooperativas são consideradas como um grupo de indivíduos independentes, sendo estes indivíduos ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, associados, sócios ou membros cooperadores (BENECKE,1980). O cooperado dispõe de liberdade e independência (COSTA, *et al*, 2015).

Os cooperados esperam que suas atividades sejam apoiadas pela cooperativa, aquelas em que individualmente, teriam dificuldades em realizar. Eles têm o direito de manifestar seus interesses em prol de um determinado serviço e nos procedimentos. As cooperativas se diferenciam das empresas, pois para as empresas o mais interessante é a disponibilidade de capital que as pessoas que vão integrá-la possuem (COSTA *et al*, 2015).

Segundo Turpin (2009), a implantação do PNAE estimulou e fortaleceu a organização de cooperativas por parte dos agricultores familiares. Na mesma linha, Diniz e Bezerra (2015), observaram um movimento de fortalecimento de cooperativas, que favorecem a diversificação produtiva e também a continuidade da agricultura familiar.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores, a cooperativa é um espaço que pode propiciar união de saberes e surgimento de novas possibilidades de mercado, como foi citado pelos agricultores quando abre-se editais para créditos para agricultura a união os ajuda. Durante a pesquisa para essa dissertação, a fala de um dos entrevistados (agricultor 2) expressa bem essa questão:

“Quando se tem uma união, a gente cresce, a gente já ultrapassou por muitas burocracias, por estarmos unidos. Quando você é sozinho, você não tem os caminhos.

A cooperativa busca os novos caminhos, você tem uma informação melhor. A gente pode fazer projetos, a gente se sente estimulado”.

No caso do município a perspectiva da cooperativa é agregar agricultores, pois os produtos que produzem e os excedentes da produção passam por uma triagem na cooperativa e são direcionados para a agroindústria, e alimentos como polpa e geleias são produzidos, aumentando a renda dos agricultores, aumentam o quantitativo dos seus produtos e a questão da logística, que é um grande entrave para a venda no PNAE, poderá ser resolvida com os produtos sendo entregues num local comum a todos.

Além do PNAE, os agricultores são cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade compra direta local. No município foi inaugurada agroindústria, no ano de 2016, com a expectativa de conseguir o cadastramento no selo de alimentos orgânicos. A área do município é uma área de proteção ambiental, por isso todos os alimentos plantados são agroecológicos. Os produtos mais plantados na região são a manga, banana, acerola, caqui, limão, tangerina, mandioca, batata doce, outros produtos são cultivados, mas em menor quantidade.

Tabela 3: Quantidade de gêneros plantados em maior quantidade pelos agricultores

Produtos	Quantidade(Kg)
Manga	300000
Banana d'água	5000
Banana Prata	55000
Acerola	70000
Limão	1600
Tangerina	1455
Mandioca	4500
Batata doce	500
Mamão	2900

1.3.OBJETIVOS:

1.3.1. OBJETIVO GERAL:

Investigar os limites e as possibilidades de como a aquisição de gêneros da agricultura familiar pode propiciar, ou não, o processo de aprendizagem relacionado à alimentação adequada e saudável.

1.3.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Descrever o processo de implementação de aquisição e gêneros da agricultura familiar no município de Mesquita;
- Traçar a existência da relação entre a compra da agricultura familiar e educação alimentar e nutricional na escola.

1.4.CAMINHOS PRCORRIDOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

A necessidade de atenção com a questão alimentar e nutricional iniciou-se, em 1930, com estudo de Josué de Castro, que era cientista social, professor, médico, escritor e geógrafo. O estudo denunciava as condições das famílias da classe operária de Recife, cuja alimentação era pobre em vitaminas e minerais, gerando alta mortalidade (CASTRO, 1959).

Por meio deste estudo, associava-se a relação entre a desnutrição energética-proteica, deficiências de vitamina A, de ferro e iodo à pobreza, fome e miséria. Diante desses dados, na década de 1930, sob a era Getúlio Vargas, a questão nutricional da população foi vista como um tema a ser priorizado pelo governo (VASCONCELOS, 2005). Esta ação foi instituída pelo Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que garantia ao trabalhador alimentos que atendessem às necessidades nutricionais diárias.

Nesse contexto, a alimentação do trabalhador era enfatizada, devido a necessidade de mão de obra. O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado em 1940, teve inúmeras ações voltadas para alimentação, e tinha o objetivo de ofertar alimentação adequada e equilibrada aos trabalhadores das áreas urbanas. O SAPS elaborou ações voltadas para alimentação e nutrição, e dentre elas contemplava a alimentação infantil e escolar. Os programas criados nessa época relacionados à fome,

estavam ligados a programas internacionais de ajuda alimentar, como Food and Agriculture Organization (FAO), United Nations International Children Emergency Fund (UNICEF), o Programa de Alimentos para a Paz, da Agency for International Development dos Estados Unidos da América (USAID) e o Programa Mundial de Alimentos - PMA (VASCONCELOS, 2005).

A Comissão Nacional de Alimentação (CNA) foi criada em 1945 e seus objetivos estavam pautados em analisar o perfil nutricional da população brasileira para propor políticas relacionadas à nutrição e auxiliar no desenvolvimento da indústria alimentar (VASCONCELOS, 2005). Através da CNA, é elaborado o primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição. Este plano contemplava principalmente o grupo materno infantil, e depois escolares e trabalhadores (COIMBRA, 1982; L'ABBATE, 1988).

Os estudos sobre a alimentação dos brasileiros ganham força através dos inquéritos alimentares realizados por nutrólogos, que detectaram que o problema do brasileiro não era por constituição física, mas devido ao modo como se alimentavam. Atribuíram a má alimentação à baixa condição financeira e a ignorância do povo em se alimentar. O grupo de nutrólogos ligados às políticas sociais indicou a necessidade de educar ricos e pobres por intermédio da escola primária, pois a criança seria um multiplicador de conhecimentos para a sua família, levando conhecimentos sobre bons hábitos alimentares (FROTA, 2011).

Devido a questões de carência nutricional apontadas nos estudos realizados, o decreto nº37.106, de 31 de março de 1955, institui a Campanha de Merenda Escolar (CME). Nesse decreto, entre outros, fica estabelecido que a aquisição de produtos para alimentação escolar poderiam vir de fontes produtoras ou mediante convênio com instituições internacionais. Sendo assim, estabeleceu-se convênio com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI)², juntamente com outros órgãos internacionais. Esses órgãos distribuíam leite em pó, margarina, cápsulas de vitaminas para crianças, nutrízes e gestantes. (PEIXINHO, 2011). Nesse contexto, a alimentação escolar era baseada em alimentos industrializados, com pouca variedade e não respeitava as questões culturais de cada estado brasileiro.

Em 1956, a CME passa a ter caráter nacional sendo chamada de Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). A partir do Decreto 56.886 de 20 de setembro

² Hoje o FISI é chamado de Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF)

de 1965 passa a ser chamada de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). A reformulação do programa fez-se necessária, pois passou a ter um caráter mais amplo de assistência e de educação nutricional em todo o território nacional.

A alimentação escolar no Rio de Janeiro foi iniciada oficialmente, um ano após a criação do Programa de Merenda Escolar. Para que o programa fosse executado foi criado o Instituto Municipal de Nutrição (IMN). Esse instituto tinha o objetivo de administrar a Campanha de Merenda Escolar e entre outras atribuições, o Instituto era responsável pelo processo de aquisição, distribuição e fiscalização da merenda (ALMEIDA, 2017).

O nome Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) só foi dado no ano de 1979. Por meio da portaria Ministerial nº. 708, de 22/12/1981, o programa passou a ser administrado pelo Instituto Nacional de Assistência ao Educando (INAE).

Em 1983, o INAE passou a ser Fundação de Assistência ao Educando (FAE) no qual iniciou os primeiros passos para a municipalização do programa. Foi extinta em 1997 e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a gerenciar o programa até o presente momento (RODRIGUES, 2013).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso VII, o direito à alimentação escolar passou a ser garantido a todos os alunos do ensino fundamental por meio do programa suplementar de alimentação escolar, a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais. A partir da Constituição de 1988, o PNAE passa de um programa de caráter assistencialista para um programa que garante direitos aos escolares.

A descentralização dos recursos financeiros foi um ponto positivo para o programa, que desde a data da sua criação até 1993 era centralizado. Com a promulgação da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994 a descentralização financeira para os estados e municípios tinha a finalidade de mudanças na compra dos gêneros alimentícios, respeitando a diversidade alimentar no Brasil, utilizando alimentos in natura e semielaborados da localidade. Além disso, fica estabelecido a criação Conselho de Alimentação Escolar - CAE (ABREU, 1996).

A descentralização foi um ganho para o funcionamento do programa, pois o repasse financeiro para os estados, municípios e Distrito Federal garantem o respeito a cultura alimentar de cada região do país. No texto de Pipitone (1997) destaco:

A descentralização surgiu como uma ação governamental que pretendia resgatar a participação popular, ainda que não somente

através das formas de governo representativo. O clima de abertura política e redemocratização da sociedade alavancou a tese de descentralização política e participação popular e se consolidou no argumento de crítica ao regime autoritário e centralizado que se organizava no país até então (p. 54).

A descentralização proporciona às entidades executoras tomarem decisões sobre qual tipo de gestão será utilizada. São quatro tipos de gestão: centralizada, semicentralizada, terceirizada e descentralizada. Na centralizada, a entidade executora recebe o dinheiro diretamente do FNDE e os alimentos são entregues diretamente nas escolas. Na semi-centralizada, o recurso é repassado da mesma maneira que a centralizada, porém os alimentos não perecíveis são comprados e distribuídos e parte do recurso é repassado para as escolas para ser feita a compra dos gêneros perecíveis. Outra possibilidade dessa gestão é a realização da compra e distribuição de todos os gêneros para as escolas da zona rural e o repasse financeiro para as escolas da zona urbana. Na terceirizada, que é modelo adotado pelo município de Mesquita, o FNDE repassa o dinheiro e a entidade executora contrata uma empresa para o serviço de alimentação. Na descentralizada, a entidade executora realiza a transferência do recurso para as escolas, e estas realizam as compras dos gêneros alimentícios (BRASIL, 2008).

Os princípios fundamentais do programa se estabeleceram na Resolução nº 32 do Conselho Deliberativo do FNDE, de 10 de agosto de 2006, e são eles: “universalidade no atendimento, respeito aos hábitos alimentares, equidade, descentralização das ações, participação social”. Esses princípios garantem e reforçam o direito na oferta de alimentação adequada a todos os escolares de forma igualitária e respeitando a diversidade alimentar das regiões brasileiras.

A Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) reforçando o direito humano à alimentação adequada. Esta lei intensifica as ações tomadas pelo PNAE. O artigo 30 garante:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Ações que visam garantir a segurança alimentar e nutricional vem sendo estabelecidas. Em 2000, foi estabelecido que os alimentos servidos nas refeições dos

escolares devem suprir pelo menos 20% das recomendações nutricionais diárias de um estudante do ensino básico e as quantidades de açúcar, sal, gorduras totais, saturadas ou gorduras trans deveriam estabelecer os limites previstos na legislação (FNDE/ME, 2009).

O marco do programa em garantir alimentos saudáveis e seguros veio com a publicação da Lei nº 11.947/ 2009, prevendo o apoio ao desenvolvimento sustentável com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, através da obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% dos recursos financeiros. Conforme as diretrizes da Lei nº 11.947/2009.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

(...) IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada; (BRASIL, 2009).

O estímulo e o apoio à agricultura familiar mostra-se relevante para a implementação de ações de Segurança Alimentar e Nutricional, através da aquisição dos produtos orgânicos produzidos pelos agricultores familiares. Esses produtos contribuem para que os escolares consumam uma alimentação de qualidade, promovendo saúde. Por isso, é necessário que a escola trabalhe com a educação alimentar e nutricional através dos temas transversais. Por intermédio da escola é possível estimular o consumo de alimentos in natura, como frutas, legumes e verduras.

Os valores repassados da União para estados e municípios, por aluno e por modalidade de ensino são:

- Creches: R\$ 1,00

- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado: R\$ 0,50 (no contra turno).

Foram atendidos no ano de 2015, 41,5 milhões de alunos pelo PNAE e valor repassado foi de R\$ 3.759 bilhões (FNDE/2015).

O PNAE no seu percurso sofreu diversas alterações. Hoje ele é considerado o programa público de alimentação escolar mais antigo do mundo e que possui mais beneficiários, atendendo gratuitamente os escolares da educação básica. O programa inicialmente possuía características assistencialistas, o foco estava em diminuir o fracasso escolar e nutrir a população carente.

A garantia de DHAA vem sendo construída e fixada por meio de tratados e leis que garantem a população do mundo estar livre da fome, isto garante a população ter acesso aos alimentos e se alimentar de forma segura. No Brasil, a Constituição Brasileira de 1988 garante a população o acesso frequente aos alimentos. O PNAE cumpre com o papel do estado em garantir o acesso da alimentação aos escolares e suas diretrizes estabelecem que a alimentação ofertada seja adequada conforme a legislação preconiza. No próximo tópico discutiremos o DHAA no seu processo histórico e as mudanças percorridas ao longo dos anos e o PNAE como garantia desse direito.

2 . DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SUAS CONEXÕES COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRACIONAL E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRACIONAL.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) vem sendo construído e conquistado ao longo dos anos. A Segurança Alimentar e Nutricional e a Educação Alimentar e Nutricional são meios para que o DHAA seja cumprido. Na busca de estabelecer esses direitos o governo utiliza-se de políticas públicas que possam ser capazes de gerar efetivamente esse direito. Pretende-se nesse capítulo entender as conexões que orientam a busca pelo DHAA.

2.1. DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: CONQUISTAS E SUAS PERSPECTIVAS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 estabeleceu no artigo I que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. O mesmo documento estabelece que todo ser humano deve estar habilitado em oferecer para ele e sua família a saúde, bem-estar, incluindo a alimentação (ONU,2009).

Em 1966, foi reconhecido o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por meio do Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), no qual 146 países foram signatários, inclusive o Brasil (VALENTE, 2002). No seu artigo 11: “... reconhece o direito de todos a um padrão de vida adequado (...) inclusive alimentação adequada” e “... o direito fundamental de todos de estar livre da fome...”.

Durante a Cúpula Mundial de Alimentação (CMA), em 1996, em Roma, elaborou-se Plano de Ação e a partir deste plano ficou estabelecido sete compromissos.

Destes sete compromissos destacou-se “assegurar um ambiente político, social e econômico para viabilizar melhores condições para a erradicação da pobreza e a implementação de políticas voltadas à erradicação da pobreza e da desigualdade e para a promoção da segurança alimentar e sustentável para todos” (VALENTE, 2002).

No ano de 2000, a ONU realizou a cúpula do milênio em Nova Iorque e um dos pontos citados foi: erradicar a fome, prezar a qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Em 2015, o plano de ação, intitulado como “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, gerou 17 objetivos e dentre eles estão a erradicação da fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional, melhoria na alimentação, assegurar uma agricultura sustentável e uma vida saudável para todos (ONU, 2015). Os debates que visam garantir uma alimentação adequada e saudável vem se repetindo ao longo dos anos.

No Brasil, em 2010, foi aprovada a emenda constitucional número 64, incluindo a alimentação entre os direitos sociais fundamentais, que ficou estabelecida no artigo 6º da Constituição Federal:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2010).

O acesso adequado à alimentação saudável vem sendo um desafio nos dias atuais, ou por falta de acesso ou por aquisição de alimentos industrializados. A conformação da alimentação atual está na maior disponibilidade em adquirir alimentos processados, seja pela praticidade ou por estar inserido no grupo social. Observa-se um fenômeno chamado de “transição nutricional”, que consiste num aumento dos índices de sobrepeso e de doenças crônicas não transmissíveis, associados a uma grande, mas declinante, prevalência de déficits nutricionais (KAC e VELÁSQUEZ MELÉNDEZ, 2003).

Além destas questões, o uso indiscriminado de agrotóxicos e o modo de produção não sustentável impossibilitam o alimento de estar seguro para consumo, podendo ser relacionadas a doenças como o câncer e distúrbios neurológicos.

O CONSEA construiu um conceito sobre alimentação adequada e saudável, considerando as dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais:

Alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adequando quando necessário o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero, raça e etnia e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados (CONSEA, 2007, p. 26).

A Carta Política do VII Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) nos afirma a necessidade de se olhar para a qualidade do alimento que ingerimos. Esta qualidade deve estar atrelada ao “respeito às práticas e culturas alimentares tradicionais” (FBSSAN,2013,p.3)

Diante da complexidade alimentar, Valente (2002) define que “uma alimentação adequada é aquela que colabora para a construção de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres, enquanto cidadãos do Brasil e do mundo.”

A quantidade e qualidade do alimento necessárias para garantir um bom desenvolvimento devem ser consideradas. A alimentação adequada e saudável é um arcabouço de questões que devem ser percebidas, pois o nutrir vai muito além de composição de nutrientes, mesmo que esse também seja necessário. Um olhar atento a questões culturais se faz necessário.

Diante do papel do Estado em garantir a alimentação adequada, algumas estratégias foram elaboradas para garantir o direito do cidadão. O PNAE é uma estratégia para essa garantia, pois a publicação da Lei nº 11.947/ 2009 universaliza o programa para toda a educação básica; define a educação alimentar e nutricional como eixo prioritário para o alcance dos objetivos do Programa; fortalece a participação da comunidade no controle social; prevê ainda o apoio ao desenvolvimento sustentável com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar através da obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% dos recursos financeiros.

A escola pode ser um caminho para que a alimentação adequada aconteça e se perpetue para os diversos segmentos da sociedade. Por meio de uma educação alimentar e nutricional nos diversos contextos de vida dos escolares e, de maneira crítica e dialogada pode-se conscientizar o aluno e toda a comunidade envolvida.

A obrigatoriedade na compra da agricultura familiar vem estabelecer a necessidade de adquirir alimentos saudáveis e seguros, pois o mercado do agronegócio produz alimentos com uma alta taxa de agrotóxico. Estabelecendo questionamentos sobre qual tipo de alimentos e substâncias químicas agregados a estes, estamos consumindo. E a escola é um espaço privilegiado para tal ação, pois além de abrir um novo mercado, fixa o homem no campo, fomenta a economia local privilegiando as culturas e hábitos locais.

A escola atua na promoção e garantia de direitos à alimentação saudável. Neste sentido é um ambiente propício para que essas ações aconteçam, pois por meio dos ensinamentos passados pela escola aos alunos, divulgam informações contribuindo para uma sociedade com uma maior valorização dos alimentos in natura.

O PNAE, por meio da obrigatoriedade de aquisição dos gêneros da agricultura familiar se propõe a garantir o DHAA e SAN. Pois, neste contexto o alimento ofertado deve estar isento de agravos para a saúde, deve garantir a oferta do alimento saudável, garantir a cultura alimentar de cada região brasileira. Considerando que a produção da agricultura familiar pode propiciar alimentos seguros, pois os produtos são isentos de agrotóxicos, esses eixos (SAN e DHAA) se entrelaçam no PNAE para garantir uma alimentação de qualidade. Abordaremos a SAN de modo a identificar suas origens e sua inter-relação com o DHAA.

2.2. INTER-RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL e DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.

A preocupação com a fome começou a ser discutida no fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando os países europeus abatidos pela guerra encontravam-se com poucos recursos para se restabelecer. Mais tarde, com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a questão da fome ganhava mais enfoque e preocupação por parte da população abatida pela guerra.

No âmbito da Guerra Fria, o bloco capitalista (liderado pelos Estados Unidos) e o bloco comunista (União Soviética) disputavam a hegemonia política e econômica. Como uma forma de conter e delimitar territórios, os Estados Unidos passaram a oferecer a países pobres programas de ajuda no combate à fome. Nesse contexto, a discussão acerca da fome são tratadas em conferências para a resolução do problema.

No Brasil, com os estudos realizados por Josué de Castro e nutrólogos da época, foi identificada a relação entre a renda e o estado nutricional da população. A partir da conclusão de que a população de renda baixa estava em risco nutricional o estado estabeleceu um salário mínimo pelo decreto-lei 399, de abril de 1938 (FROZI; GALLIAZI, 2004). Com o estabelecimento do salário mínimo pretendia-se que o trabalhador comprasse alimentos necessários para o seu desenvolvimento fisiológico. Esta ação poderia resultar na diminuição da fome e nos problemas de saúde relacionadas a baixa ou falta de nutrientes, necessários para o organismo. Porém, a questão social não se dissociou do acesso aos alimentos, pois a alimentação correspondia a 50% do salário mínimo(DIEESE,1992).

Neste contexto, além do estabelecimento do salário mínimo, outras ações voltadas para alimentação foram implementadas pelo governo da época como: programas de abastecimento, alimentação escolar, refeitórios para trabalhadores e programas de suplementação alimentar (BRASIL,2011).

A insegurança alimentar associada à falta de recursos para adquirir alimentos foi o tema central no processo de construção acerca do tema segurança alimentar. E conforme descrito, o binômio “fome e insegurança alimentar” se conectam a diversos fatores:

Fome e insegurança alimentar são problemas antigos na realidade brasileira, associados principalmente à pobreza, à falta de educação alimentar e de políticas públicas efetivas para a resolução do problema. O conceito de segurança alimentar vem sendo construído a partir de um conjunto de debates, estudos e ações, ao longo dos anos (BRASIL,2011).

No trabalho de Belik (2003) o conceito de segurança alimentar é pautado em três fatores: “quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos”. O termo regularidade no acesso não tem ligação com a disponibilidade de alimentos, pois no mundo há uma crescente disponibilidade, porém o acesso aos alimentos continua restrito a população mais pobre. Além disso, a quantidade também fica restrita para essa população. Para que o alimento tenha qualidade é necessário que não possua riscos para a saúde humana, ou seja deve estar em conformidade com a saúde. E vai além no que tange à qualidade, pois estabelece que para haja qualidade na alimentação é necessário

que se tenha dignidade no ato de alimentar-se, e essa dignidade “significa permitir que as pessoas possam comer em um ambiente limpo, com talheres e seguindo as normas tradicionais de higiene”(p.14).

O decreto número 591 de 6 de julho de 1992, garante que O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, seja executado e cumprido pelo governo brasileiro e este decreto estabelece a obrigação do Estado em prover os direitos do cidadão e a relação entre a DHAA e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

No comentário Geral 12 da ONU, estabelece no seu parágrafo 15 “...sempre que um indivíduo ou grupo é incapaz, por razões além de seu controle, de usufruir do direito à alimentação adequada com recursos à sua disposição, os Estados teriam a obrigação de realizar (prover) o direito diretamente. Esta obrigação também deve existir no caso de vítimas de desastres naturais ou provocados por causas diversas”. A SAN imersa no DHAA impede que questões políticas se sobreponham na garantia de uma alimentação adequada. Como direito, o estado deve garantir a SAN para a população.

As propostas para a garantia da SAN foram se construindo ao longo dos anos. Na Cúpula Mundial de Alimentação (CMA) estabeleceram-se metas para a redução da fome e pobreza até o ano de 2015. Nesse contexto, a comissão brasileira criou o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). Suas diretrizes são: “mobilizar a sociedade civil em torno do tema da SAN e colaborar para a formação de uma política pública favorável; fomentar a elaboração de propostas de políticas e ações públicas nacionais e internacionais em SAN e direito humano à alimentação; estimular o desenvolvimento de ações locais/municipais de promoção da SAN; colaborar para a capacitação dos atores da sociedade civil visando aperfeiçoar a participação efetiva da sociedade nos distintos espaços de gestão social; e denunciar e monitorar as respostas governamentais quanto às violações ao direito à alimentação”(SILVA,2014;p.14).

Discussões sobre o DHAA, em âmbito nacional, foram realizadas por intermédio de uma comissão temática constituída pelo CONSEA. A proposta de criação do CONSEA teve início na década de 80 na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN). De fato, foi constituído em 1993 e suas atividades interrompidas em 1995.

O CONSEA foi recriado em 2003 e tem possui a função de promover articulação entre governo e sociedade civil. Além disso, promove assessoria ao presidente da

república para formular políticas públicas relacionadas ao SAN (ABRANDH,2010).

Para o CONSEA, a SAN é definida como:

A Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto estratégia ou conjunto de ações, deve ser intersetorial e participativa, e consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSEA,2015).

A estruturação da SAN vem ocorrendo há décadas no Brasil, por meio de mobilização de movimentos sociais, governos e pesquisadores. Foram conquistados alguns avanços no combate à fome e na realização do direito humano à alimentação adequada.

As ações intersetoriais são necessárias para as ações da SAN. Para que estas ações sejam efetivas, os estados e municípios devem elaborar seus planos de ação para garantir a SAN. Os planos de ação proporcionam debates entre diversos atores da sociedade civil e governamental, que dará origem as propostas para o DHAA (BRASIL,2014).

Na elaboração do plano municipal, a FAO sinaliza a necessidade do diagnóstico da situação alimentar e nutricional da população e os aspectos relacionados a este diagnóstico. A partir deste diagnóstico identifica-se e analisa-se as causas e os grupos de risco (FAO, 2001).

No ano de 2004, com a edição do Simpósio de Segurança Alimentar, foram reforçadas as discussões sobre a DHAA. Em 2006, foi aprovada a Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (BRASIL, 2006).

A LOSAN foi criada por diversos debates entre sociedade civil e política, e estabelece:

A LOSAN “estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas à assegurar o direito humano à alimentação , visando a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura

tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda; conservando assim a biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; promovendo a saúde, a nutrição e a alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social (Lei nº 11.346, de 15 /09, 2006).

A partir da LOSAN, criou-se o SISAN que tem por objetivo “formular e implementar políticas e planos de Segurança Alimentar e Nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional no país” (ABRANDH,2010,p.7). Dados de recursos aplicados são utilizados como análise para avaliar as ações na realização do DHAA, por meio da SAN. Estes dados são necessários, porém não suficientes. A dificuldade na obtenção de dados precisos referentes à SAN, deve-se ao fato da abrangência do conceito da SAN e a peculiaridade de cada município (PANNELI-MARTINS,2007).

Além de quantidade, qualidade e regularidade, a Segurança Alimentar e Nutricional está associada a hábitos. Na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN, 2004) destacou-se que na sociedade a alimentação é expressa por meio de sua identidade (NITZKE, THYS, MARTINELLI et. Al,2012). A SAN além de garantir a necessidade de nutrientes para cada grupo específico, propõe a alimentação como uma complexa rede de significados para cada indivíduo, em que o ato de se alimentar engloba sabores, texturas e cultura.

A alimentação adequada está vinculada a tradições alimentares e culturais, essas são necessárias para “o auto-reconhecimento e a autoestima de cada grupo social” (NITZKE, THYS, MARTINELLI et. Al,2012).

A SAN é um instrumento de garantia do direito humano de ter uma alimentação adequada seja cumprido. A população ainda encontra-se vulnerável à fome e à pobreza, porém estar livre da fome não é garantia de uma alimentação adequada. O uso de agrotóxicos sem a devida fiscalização e sem estudos prévios dos seus danos, faz com que a população esteja em risco. Além disso, o consumo de industrializados que possuem alto teor de gordura e sódio, também colaboram para uma alimentação inadequada.

Por intermédio do Estado, a SAN deve ser elaborada e discutida por meio de políticas públicas que contemplem garantir as necessidades energéticas para que um indivíduo mantenha suas funções fisiológicas e capacidade de aprendizado. Além disto, os alimentos consumidos devem ser seguros e o respeito à cultura deve ser considerado. O DHAA é uma garantia de todos em se alimentar e é por meio da SAN que se assegura o DHAA.

No próximo tópico abordaremos as propostas de EAN e suas implicações no contexto escolar, bem como o caminho histórico percorrido pelo tema.

2.3. EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO INSTRUMENTO PARA PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS.

Na década de 40 a Educação Alimentar e Nutricional estava pautada em campanhas, que tinham como foco a mudança da alimentação da população. Com o processo de industrialização crescente, nas décadas de 50 e 60, os países ricos criaram programas de ajuda alimentar. Nesse contexto, as práticas educativas no Brasil eram pautadas em divulgar os produtos oriundos desses países e na entrega de panfletos explicativos sobre o que era uma alimentação saudável (BOOG, 1997). Baseado no modelo biomédico, a saúde era relacionada somente aos processos biológicos, ou seja não considerava o ser humano imerso numa sociedade.

Nesse período a educação alimentar era realizada com ações educativas para a população de baixa renda, por isso esse tipo de educação baseava-se em ensinar o “pobre a comer, corrigindo hábitos alimentares ditos como errados” (SANTOS, 2005). Nesse caso, a educação alimentar e nutricional era imposta, sem reflexões sobre os hábitos e sem considerar aspectos culturais.

A relação entre a renda da população e o acesso à alimentação foi atribuída pelo Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), na década de 70. O estudo demonstrou que para a população ter uma alimentação frequente e de qualidade era necessário uma reestruturação no modelo econômico. O panorama político no Brasil era de ditadura militar e a década de 70 ficou conhecida como “milagre brasileiro”. O então “milagre” era baseado em investimentos de empresas multinacionais que se instalaram no Brasil, gerando empregos, porém com baixos salários. A reestruturação do modelo econômico baseava-se no fato da população trabalhadora ativa, ter condições financeiras para se alimentar, o que não ocorria porque a classe trabalhadora continuava com pouco ou

nenhum acesso à alimentação. Diante dessa questão, a educação alimentar e nutricional fica sem funcionalidade, porque a nutrição adequada da população estava relacionada a melhoria da renda (BOOG,1997).

A abertura política influenciou diretamente os debates sobre a EAN, que reapareceram na década de 80. Para Santos (2005) a necessidade de uma “educação crítica, com base na pedagogia crítica de origem marxista” justificou os debates sobre o tema, pois a maneira como estava sendo direcionada a EAN não promovia mudanças alimentares. A EAN partindo de uma educação crítica pode contribuir para que os sujeitos sejam protagonistas de suas escolhas, assim admitiremos as concepções de Freire (2005) no processo de uma educação crítica e dialogada.

Percebemos, ao dialogar com Freire (2005), que o modelo de concepção bancária, na qual o eixo principal do aprendizado está em narrativas do educador para o educando, não reconhecendo o educando como um indivíduo capaz de fornecer conhecimentos, gera indivíduos que não se reconhecem como sujeitos criativos. O autor propõe uma educação libertadora, que quebre narrativas prontas, que supere a contradição dos polos educador-educando, transformando os dois polos, que parecem estar longe, em um único aprendizado, superado pela capacidade em que os dois possam contribuir com seus conhecimentos, seja científico, seja da vida. O antagonismo entre essas duas concepções é expresso:

[...]a bancária, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação (FREIRE,2005;p.78).

A concepção de uma educação libertadora admite que os sujeitos sejam protagonistas das suas escolhas e o papel do educador é “problematizar”, construir reflexões sobre o tema abordado, para que os educandos se sintam desafiados, e por meio dos desafios podem gerar concepções críticas, por isso destaco:

quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com os outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada” (FREIRE,2005;p.80).

A concepção bancária atende muitas vezes aos interesses de estabelecer uma população no controle. Pois, quando o sujeito é limitado as questões que são impostas, não há como refletir em determinadas situações. Remetendo a problemática da alimentação, percebemos os interesses de grandes empresas do setor alimentício em direcionar a industrialização e o produtivismo, como forma ideal para consumo dos alimentos. O papel de uma educação crítica está em direcionar o educando para que ele seja parte principal de novas concepções desse processo. O entendimento e as opções por meio do conhecimento, gera novas possibilidades e mudança no contexto, refletindo em mudanças na saúde e meio ambiente.

Diante dessas concepções, a educação em saúde sofreu algumas transformações, teve na sua origem a doutrina higienista e suas intervenções estavam relacionadas à saúde das classes populares. No início do século XX com as epidemias de varíola, febre amarela e peste, o Estado passa a exercer a educação em saúde de forma autoritária (SOUZA; FONSECA,2012). A educação em saúde possuía características de que o detentor do saber (profissional da saúde) “depositava” seus conhecimentos sobre seus pacientes, sempre de forma narrativa e científica.

Para Shall e Struchiner (1999) a educação em saúde é um processo que abrange toda a população e seu cotidiano, e não somente as pessoas que tem o risco de adoecer. E por isso, esse conceito é amplo e considera:

Um estado positivo e dinâmico de busca de bem-estar, que integra os aspectos físico e mental (ausência de doença), ambiental (ajustamento do meio ambiente), pessoal/emocional (auto-realização pessoal e afetiva) e sócio ecológico (comprometimento com a igualdade social e natureza(p.1).

Na carta de Ottawa, redigida na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, ratifica a necessidade de uma promoção de saúde voltada em ações que o indivíduo seja capaz de fazer escolhas conscientes e críticas. As ações de promoção de saúde estão caracterizadas em temas centrais que são a “elaboração e implementação de políticas públicas que sejam saudáveis, criação de ambientes favoráveis à saúde, o desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação do sistema de saúde” (BUSS,2000,p.170).

Os conceitos de educação em saúde foram se configurando ao longo do tempo e o discurso higienista deixa de ser o principal conceito para que o indivíduo tenha saúde. Hoje, esse conceito está pautado num discurso em que trocas de experiências e informações entre profissional e paciente possam garantir uma educação mais eficiente, tornando o indivíduo consciente de seus direitos e suas escolhas para que se obtenha saúde no seu sentido amplo.

O eixo da EAN em educação em saúde, deve ser direcionado em metodologias participativas, deixar de lado discursos autoritários sobre o tema alimentação. Estes discursos encontram-se presentes nos profissionais da área que estabelecem o certo e o errado e a culpabilização do sujeito no processo saúde-doença.

Seguindo os avanços sobre o tema, Santos (2012) reflete que há uma carência de referencial teórico, metodológico e operacional e por esse motivo a “educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e ao mesmo tempo em lugar nenhum” (SANTOS, 2005:688). Vários programas governamentais englobam a EAN, mas ainda existe uma lacuna entre as formulações dos programas e as práticas desenvolvidas no dia-a-dia, necessitando que as práticas desenvolvidas sobre EAN devam ser revistas.

Para amenizar essas questões, em 2012, o governo federal lança o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (*MARCO*). A EAN é uma tentativa de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional, por isso o *MARCO define a EAN como:*

Campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

Antes da publicação do *MARCO*, em 2006, foram debatidos projetos para a EAN pela Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN). Com a sua criação, a CGEAN propôs questões sobre as ações da EAN, bem como as mudanças necessárias para a sua atuação de forma efetiva. Um ponto de fortalecimento da garantia

da EAN, para o campo da promoção da alimentação saudável é a Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN) (SANTOS, 2012)

A escola pode ser um espaço propício para a efetivação da EAN, pois por ser um espaço para múltiplos aprendizados em seus diversos cenários, a escola, busca novas oportunidades educativas e não só o saber escolarizado. Dayrell (1996) traz que a cultura escolar não deve estar associada somente em torno do saber, mas da possibilidade de desenvolvimento de uma instituição provedora de possibilidades novas, sentimentos, valores, comportamentos e também de novas formas de perceber, conhecer e transformar.

A EAN perpassa pelo currículo escolar e possibilita uma compreensão nas ações para a saúde, para adquirir uma alimentação adequada. Além disso, proporciona a efetivação do direito humano à alimentação adequada, que consiste em que todas as pessoas tenham acesso à alimentação adequada, incluindo acesso à água. Além disso, deve ser adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social (CONSEA, 2015). Dessa maneira concordamos que as discussões para se construir uma EAN, com o objetivo de proporcionar a alimentação adequada, a escuta e a troca de experiências são elementos necessários para que a mudança ocorra de maneira crítica e reflexiva.

Santos (2005) demonstra a necessidade de apresentação do tema alimentação na escola, sem tratá-lo como somente uma obrigação de conteúdo programático. A autora, enfatiza que as atividades tenham continuidade, pois a construção do tema alimentação saudável, de forma crítica, demanda tempo para ser inserido no contexto de vida dos indivíduos. Como construção de projetos pedagógicos na escola, para a autora, é necessário uma “interconexão sociologia-antropologia-educação” isto poderia diminuir a lacuna nas abordagens educativas e a prática na construção de hábitos alimentares saudáveis.

Mediante ao exposto, a educação alimentar e nutricional necessita ir além dos aspectos biológicos e por isso uma abordagem transdisciplinar se faz necessária (DYSARZ,2015). Nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), enfatiza-se a necessidade de integração do currículo possibilitando que os conhecimentos abordados sejam mais significativos, aumentando a participação ativa dos alunos com habilidades e experiências de vida (BRASIL,2013).

A escola, face às exigências da Educação Básica, precisa ser reinventada: priorizar processos capazes de gerar sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais e, ao mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida. A escola tem, diante de si, o desafio de sua própria recriação, pois tudo que a ela se refere constitui-se como invenção: os rituais escolares são invenções de um determinado contexto sociocultural em movimento (BRASIL, 2013).

A Educação Alimentar e Nutricional deve se constituir em processo de aprendizagem e não de adestramento (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007, p.1678), desenvolvendo habilidades individuais que subsidiem a tomada de decisões dos indivíduos. Deve proporcionar ao indivíduo condições para que possa tomar decisões para a resolução de problemas mediante fatos percebidos (RODRIGUES; BOOG, 2006, p.924).

A superação do saber compartimentado, no qual engessa os saberes em uma única visão, vem sendo debatido. Essa forma de conhecimento foi proposta por Descartes e estabelece o conhecimento em formas fragmentadas, o exemplo claro dessa compartimentação dos saberes são as especializações profissionais, tornando-os cada vez mais especializados em um único conhecimento científico, não se atentando para o conhecimento amplo. As especializações dos cursos de nível superior nos demonstra esta questão claramente, influenciando diretamente nos currículos criados no espaço escolar. Documentos do governos federal reforça a necessidade de integração entre disciplinas e conhecimentos dos alunos.

Apoiados em Santos (2005), abordaremos o pensamento complexo proposto por Morin (1991) e a transdisciplinaridade proposta por Nicolescu(1999). Os princípios defendidos por Descartes no qual o saber é fragmentado, sugerindo que situações complexas devam ser divididas para melhor resolução, são desafiadas pelo pensamento complexo e pela transdisciplinaridade.

Para Morin(1991), o pensamento complexo traduz-se no entendimento que os pares binários (exemplo: parte-todo), que na teoria de Descartes deveriam estar separados para entendimento, podem se unir. As partes juntas não são suficientes para entendimento do todo, pois o “todo é maior do que a soma das suas partes”. Quando se analisa o todo, sem a compreensão das partes, pode-se deixar de analisar situações necessárias para o entendimento do todo. Para isso, “as relações das partes com o todo

são dinâmicas, o todo é ao mesmo tempo, menor e maior que a soma das partes” (SANTOS,2005;p.73).

Para Nicolescu (2005) a interdisciplinaridade é uma “*transferência de métodos de uma disciplina para outra*”. Os saberes de uma disciplina podem construir caminhos para outras disciplinas, os conhecimentos que se unem podem gerar novos conhecimentos. Já na transdisciplinaridade o conhecimento está entre as disciplinas, não se sobrepõem, mas se agregam. Vai além de conteúdos de disciplinas, para o autor a transdisciplinaridade contribui para a “compreensão do mundo presente”. Assim, a transdisciplinaridade complementa as relações de saber, considerando vários aspectos. Santos, define:

(...) a transdisciplinaridade propõe-se a transcender a lógica clássica, a lógica do “sim” ou “não”, do “é” ou “não é”, segundo a qual não cabem definições como “mais ou menos” ou “aproximadamente”, expressões que ficam “entre linhas divisórias” e “além das linhas divisórias”, considerando-se que há um terceiro termo no qual “é” se une ao “não é” (SANTOS,2005;p.75).

A transdisciplinaridade e pensamento complexo atenta para concepções educacionais que são utilizadas até hoje no ensino. A dicotomia que separa as disciplinas, aprisiona o modo de pensar e por isso devem ser revistas desde da formação profissional. Como um professor irá relacionar seus conhecimentos com outros, se a sua formação está nitidamente voltada para a concepção cartesiana? Concordamos, com a superação desse paradigma para a construção de uma educação mais integrada e reflexiva, posto que a alimentação e a saúde são temas que podem ser trabalhados e divulgados por toda a comunidade escolar, dando sentido, não sendo um mero conteúdo que tem que ser trabalhado mas sim colocar as vivências de todos, para uma possível melhoria na alimentação.

A saúde por ser um tema transversal estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) deve estar presente nas diversas disciplinas. Por meio, dessa ação espera-se contribuir para que o escolar obtenha esclarecimento necessário para a mudança no comportamento alimentar, com enfoque na melhoria da saúde por meio de uma alimentação adequada. Diante da complexidade que envolve o hábito alimentar, julgamos necessário o diálogo com os alunos, para que o objetivo da alimentação adequada seja atingido por meio de necessidades reais, por isso deve atender as particularidades de cada local.

Os sujeitos que habitam, ou não, o cotidiano nas escolas, criam currículos únicos, inéditos, modificando assim as perspectivas hegemônicas de compreensão dos currículos escolares, aqueles que reproduzem o que foi previsto e prescrito (OLIVEIRA,2012). A autora caracteriza como um currículo *pensadospraticados*. Diante dessa perspectiva em que se enquadra o currículo no cotidianos das escolas, destaco:

como espaço privilegiado de produção curricular, para além do previsto nas propostas oficiais. Especificamente no que diz respeito aos processos de ensino-aprendizagem, as formas criativas e particulares através das quais professoras e professores buscam o aprendizado de seus alunos avançam muito além daquilo que poderíamos captar ou compreender pela via dos textos que definem e explicam as propostas em curso. Cada nova forma de se ensinar, cada conteúdo trabalhado, cada experiência particular só pode ser entendida junto ao conjunto de circunstâncias que a torna possível, o que envolve a história de vida dos sujeitos em interação, sua formação e a realidade local específica, com as experiências e saberes de todos, entre outros elementos da vida cotidiana (OLIVEIRA,2003,p.68-69).

Entendendo que a alimentação é um tema que deve ser trabalhado no currículo escolar, que ultrapassa o alimento como fonte de nutriente, mas que também nutre o imaginário e as concepções culturais, a EAN, como sugere os documentos do governo, realizada de maneira reflexiva e dialogada, pode contribuir para que indivíduos se tornem conscientes de seus direitos.

No processo tópico serão abordados a agricultura familiar e suas possibilidades em garantir o DHAA e conseqüentemente a alimentação adequada e saudável. Abordaremos a Revolução Verde e suas implicações na agricultura familiar e as políticas públicas relacionadas com o tema.

3. AGRICULTURA FAMILIAR: REVOLUÇÃO VERDE, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

A Revolução Verde surgiu no contexto em que a população temia a fome. A pressão política da época e a crescente industrialização, foram pontos que ajudaram o meio rural a se tornar altamente mecanizado e ter um modelo voltado para a exportação. Surgem os insumos químicos como garantia de uma alta produção na qual o mercado demandava. Nessa crescente busca em se criar meios para alta produtividade, proporciona a saída do homem do campo, e os pequenos agricultores perdem seu poder de competitividade no mercado. Para mediar essas questões, em decorrência de pressões sociais surgem políticas públicas voltadas para o pequeno agricultor e para isso trataremos da história, para entendermos as novas políticas públicas relacionadas ao agricultor e as que foram reestruturadas ao longo do tempo. Discutiremos a influência desses insumos químicos na Segurança Alimentar e Nutricional.

3.1. REVOLUÇÃO VERDE: IMPLICAÇÕES NA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL.

No contexto da revolução industrial, houve uma migração intensa da população do campo para a cidade. A evolução da medicina em tratar doenças e a melhora na condição de vida da população proporcionaram crescimento populacional nessa época.

Thomas Malthus, economista britânico, que ficou conhecido pela elaboração de uma teoria que sustentava que o crescimento demográfico iria ultrapassar a capacidade produtiva e isso geraria fome e miséria. Com o discurso, proposto por Malthus, que a população passaria fome, na década de 1940 iniciou-se a implantação de novas técnicas agrícolas, o que gerou um aumento na produção entre 1960 e 1970.

Percebendo que a alimentação geraria um bom capital, empresas como a Rockefeller e a Ford investiram em técnicas de melhoramento de sementes, conhecidas como variedades de alta produtividade (VAP). As sementes eram: trigo, milho e arroz, sendo estas a base da alimentação da população mundial (ANDRADES;CANIMI,2007).

No pós segunda guerra mundial, as indústrias que produziam materiais bélicos perderam mercado, e por isso começaram a investir na produção de agrotóxicos, que são: herbicida, fungicida, inseticida e fertilizantes químicos na produção agrícola para eliminar fungos, insetos, ervas daninhas (ROSA, 1998).

Mesmo com o fim da segunda guerra mundial, estabeleceu-se a Guerra Fria, as tensões políticas e questões sobre a fome continuaram. Na Guerra Fria, Estados Unidos (EUA) e a extinta União Soviética, disputavam ideologicamente e economicamente a hegemonia do mundo. Diante disso, os países deveriam se aliar a uma dessas potências, e estas potências investiriam nos países aliados. Por isso, houve grandes investimentos dos EUA na agricultura de países como o Brasil.

No caso do Brasil para o aumento na produtividade foram propostas duas vertentes distintas: a reforma agrária e o investimento nos pacotes tecnológicos para agricultura. Politicamente o país estava numa ditadura militar e por isso a escolha foi importar os pacotes tecnológicos do aliado Estados Unidos. Torna-se claro, que para o bloco capitalista era interessante ditaduras militares, pois essas controlavam as tensões sociais que poderiam existir. O governo brasileiro, estabelecesse atitudes para que a Revolução Verde ocorresse, são elas:

divulgação das propostas e investimentos; concessão de espaços para os organismos internacionais; envio de professores, técnicos e pesquisadores para o exterior a fim de serem treinados e vinda de técnicos desses centros internacionais para efetuarem treinamentos no Brasil; atração de empresas transnacionais para o país a fim de produzirem insumos (químicos), máquinas e equipamentos e de indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas. Chegaram a Ford, Shell, Ciba-Geigy, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Unon Carbide, Hoeschst, Monsanto, Rhodia, entre outras; criação de centros e órgãos de pesquisa, no Brasil, para 'adequarem os produtos' à realidade do solo e do clima. Surge a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), EMBRATER (Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), as EMATERs (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as cooperativas fundam seus centros de pesquisa também com a mesma finalidade; estímulo ao surgimento de cooperativas de comercialização agrícola para organizar os agricultores e introduzi-los às novas práticas; reformulação do papel do Banco do Brasil, passando a ser um órgão financiador por excelência desse novo modelo (ZAMBERLAM; FRONCHETI;2001, p. 17).

Surge a Revolução Verde em 1966, a qual é baseada no uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura. Além disso, o principal argumento dessa revolução é eliminar a fome do mundo. Questões políticas também influenciaram esta revolução, pois no contexto da guerra fria, o governo norte-americano temia que a fome gerasse tensões sociais, perdendo assim domínio nas nações já dominadas (ROSA,1998).

Com o apoio do Estado brasileiro, concretiza-se o enlace entre grandes indústrias, a monocultura com vista para exportação torna alimentos como a soja, milho, algodão, arroz e cana-de-açúcar os principais a serem plantados. Alguns territórios tiveram suas conformações geográficas modificadas com a chegada de belts que são grandes propriedades agrícolas, com características da agricultura moderna (ANDRADES; CANIMI,2007). Baseados na industrialização do campo e numa fase em que a população deveria estar submissa às decisões tomadas pelo governo, por meio da repressão, a educação estava direcionada ao tecnicismo para atender as demandas profissionais que as indústrias necessitavam.

Nesse contexto, o governo instalou, na década de 70, o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, e para o agricultor ter acesso ao crédito rural era obrigatório que se usasse agrotóxicos. Essa adesão fez com que produtores rurais passassem a produzir usando agrotóxicos a fim de adquirirem recursos para plantação (ABRASCO,2012).

Como vimos acima, processos políticos e ideológicos influenciaram diretamente a Revolução Verde que com o pretexto de sanar a fome e miséria no mundo, introduziu na agricultura uma dependência dos insumos, beneficiando e criando mercados para grandes empresas. Constituiu-se uma agricultura dependente da indústria. Além disso, a monocultura fez com que a biodiversidade ficasse limitada apenas um tipo de produção comprometendo o solo e a diversidade.

A partir deste contexto, instituiu-se o modelo agrícola convencional que imerso no modelo capitalista de arrecadar lucros, os modos de produção são de uso constantes de insumos químicos, para que a plantação cresça de forma rápida e contínua e conseqüentemente o meio ambiente sofre uma intensa degradação. As características de produção agrícola baseada no conhecimento perpassado por gerações, perde espaço para conhecimentos científicos e as grandes extensões de terras são necessárias para a produção em larga escala, dando prioridade as commodities³.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) destacou em 2009, que os produtos oriundos da agricultura familiar contribuíram em 60% para a cesta básica do brasileiro. Estes dados contribuem para o entendimento de que a agricultura familiar, mesmo com pouco incentivo financeiro, pode contribuir em quantidade para uma população que encontra-se em extrema pobreza e que não tem acesso ao alimento, gerar renda fixando o homem no campo, bem como garantir uma alimentação adequada e saudável sem o uso de contaminantes nas plantações.

O DHAA vai além do direito humano em se alimentar, pois ele garante que esse alimento deve estar livre de risco para quem o consome por meio de uma AAS. O PNAN, por intermédio do conceito sobre AAS, estabelece estreita relação entre uma agricultura sustentável e AAS.

Além do PNAN, o guia alimentar para a população brasileira também avança no sentido de expor a necessidade de consumo de alimentos in-natura, ao invés de alimentos processados. Reconhece que para obter-se uma AAS é necessário um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável, e o estímulo para que a população consuma alimentos orgânicos e/ou agroecológicos e sua aquisição em feiras da agricultura familiar (BRASIL,2014).

³ Commodities são mercadorias produzidas em larga escala

A questão da obrigação do Estado em estabelecer a DHAA, fez com que o assunto estivesse em pauta em alguns programas do governo. O PNAE, em 2009, estabeleceu a obrigatoriedade de se adquirir produtos da agricultura familiar, para toda de educação pública, reforçando que alimentos naturais e livre de agrotóxicos é uma das garantias de se obter uma AAS.

A questão da sustentabilidade também é discutida, pois uma produção agroecológica garante ao meio ambiente proteção contra insumos tóxicos, contribuindo assim para um solo que proporcione alimentos de qualidade.

O estudo realizado por Raigón (2014) demonstrou perdas de vitaminas e minerais em alguns alimentos no período de 1985,1996 e 2002. Além do mais, concluiu que as principais perdas podem ser devido ao empobrecimento do solo, ao emprego de variedades comerciais, ao armazenamento prolongado sem maturação natural, ao transporte inadequado e ao emprego de tratamentos químicos. E alerta que para que o conteúdo nutricional não tenha tantas perdas é necessário que se adote a produção orgânica. Além disso, a comercialização de pequeno porte, ou seja dando prioridade aos alimentos frescos, produzidos no local ou nas proximidades, também garante um alimento isento de agrotóxico.

A produção dos alimentos dos grandes produtores está relacionada a um tipo de agricultura intensiva, mecanizada, com elevada utilização de produtos químicos. O fato da alta utilização de produtos químicos gera consequências ambientais. Além disso, provoca o aumento da pobreza no campo e a marginalização dos produtores rurais (FRIEDMANN,2000). Como exemplificamos acima, esse tipo de produção vem alterando significativamente a qualidade nutricional dos alimentos.

A produção dos alimentos oriundos da agricultura familiar corresponde a uma parte do abastecimento interno, contribuindo para a dieta básica do brasileiro. O censo agropecuário de 2006, nos mostra que produtos como o feijão, mandioca e o leite se destacam na produção da agricultura familiar.

Baseados na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), Levy e col. (2005) identificaram nas últimas três décadas um declínio no consumo dos alimentos básicos, como o arroz e o feijão, na dieta do brasileiro. O aumento no consumo de produtos industrializados foi de 400% e por consequência aumentou a ingestão de açúcares e sódio. Além disso, o consumo de frutas e hortaliças diminuiu consideravelmente.

Mediante essa alteração no padrão alimentar da população, o perfil do estado nutricional também se modificou com um aumento de excesso de peso tanto para homens quanto para mulheres. Segundo a POF de 2002-2003 o excesso de peso afetava 41.1% dos homens e 40% das mulheres.

Mesmo com o aumento de doenças relacionadas a uma alimentação baseada em alimentos ricos em açúcar, sódio e baixa de legumes e frutas, a fome e a insegurança alimentar permanecem altas. A pesquisa realizada pelo IBGE, em 2004, sobre Segurança Alimentar nos domicílios brasileiros demonstrou que 34,8% dos domicílios estavam em situação de insegurança alimentar(IA).

A necessidade de consumo de alimentos que sejam seguros e as políticas públicas relacionadas ao incentivo da agricultura familiar, vem contribuindo para a visibilidade deste seguimento. Os debates e os questionamentos da produção voltada somente para exportações e uso de agrotóxicos vem alertando sobre os riscos que causam à saúde e ao meio ambiente. Por isso, discutiremos sobre a construção das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar.

3.2.CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS A AGRICULTURA FAMILIAR.

Inúmeras políticas públicas para o setor de agricultura foram implementadas no decorrer das décadas no Brasil. Sendo assim, O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) foi criado em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a renda nos assentamentos de reforma agrária (CAMARGO, BACCARIN e SILVA,2013).

Em 1994, o governo criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), no qual os recursos eram oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O PROVAP teve sua relevância como um primórdio para o PRONAF pois os recursos deste programa eram muito pequenos para a estabilização do agricultor familiar. Em 1995, o PROVAP foi completamente reformulado, dando origem em 1996 ao PRONAF (CAZELLA, MATTEI, SCHNEIDER;2009).

Com o mesmo objetivo do PROCERA, o projeto Lumiar foi criado em 1997 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em um contexto de ascensão dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, para prestar assistência técnica aos assentamentos (CAMARGO, BACCARIN e SILVA,2013). O projeto Lumiar prestava assistência técnica para os agricultores assentados, na “implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização, criação de animais, introdução de novas tecnologias e ações de estímulo à organização dos assentados” (INCRA,1997;p.21).

O PROCERA foi extinto em 1999, e o seu público foi incorporado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Criado em 1996, o PRONAF era uma forma de expansão de crédito diferenciado do PROCERA, pois abrange todos agricultores familiares (CAMARGO, BACCARIN e SILVA, 2013). O PRONAF beneficia:

Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo(BRASIL,2013).

O Estado formulou o PRONAF como uma resposta às pressões do movimento sindical rural. Tal programa possuía a finalidade de fornecer créditos e apoio institucional aos pequenos produtores, que diante do cenário da época, não estavam sendo beneficiados com as políticas públicas (CAZELLA, MATTEI, SCHNEIDER;2009). O cenário da época, era de abertura para exportação da produção e por isso os produtos eram produzidos em larga escala e monocultura, dificultando a imersão de pequenos agricultores nesse mercado. O PRONAF, foi o primeiro programa que atingiu categorias de agricultores que possuíam baixo o recurso e destacou as vertentes do programa:

O maior interesse do PRONAF é que, desde o início, ele não foi construído simplesmente como um programa voltado ao atendimento específico de uma necessidade setorial e de um segmento particular. Ele se apoia em duas premissas básicas, de ordem normativa. Em primeiro lugar, o PRONAF afirma não apenas as necessidades sociais, mas, e ao mesmo tempo, a viabilidade econômica de unidades produtivas cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade de trabalho de uma família. Para um país de tradição latifundiária e escravista, formado por radicais formas de dissociação entre trabalho e

propriedade, e trabalho, e conhecimento, afirmar a consistência econômica da unidade desses três termos que a História separou não é trivial. A novidade do PRONAF estava em sua intenção explícita em propiciar aumento da geração de renda dos agricultores por meio de seu acesso ao crédito bancário (ABRAMOVAY;PIKETTI,2005;p.58)

Em 1999, o PRONAF sofreu alterações. O programa que fazia parte do Ministério da Agricultura passa para o então recém-criado Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a fazer parte do MDA, que é encarregado da política fundiária e assentamentos de reforma agrária. Além dessas mudanças, a Secretaria de Desenvolvimento Rural é extinta e toma lugar a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). A SAF desenvolve diversas ações e programas ligados à agricultura familiar. Com essas mudanças na estruturação e criação da SAF, a agricultura familiar ganha visibilidade na área das políticas públicas e na sociedade civil (CAZELLA, MATTEI,SCHNEIDER;2009).

O PRONAF, ao longo do seu percurso, sofreu modificações nas taxas de juros e nas formas de pagamento dos empréstimos bancários. A Resolução 2766 de 2010, define uma taxa fixa para juros. A taxa fixa visa atender um maior número de agricultores, garantindo que os agricultores familiares tenham acesso aos benefícios.

Políticas públicas foram implementadas ou reformuladas na década de 2000, impactando na agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos(PAA), em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009, foram considerados como uma estratégia intersetorial de combate à fome e à pobreza (CAMARGO, BACCARIN e SILVA,2013).

Em 2003, no governo Lula, citam-se como uns dos principais programas criados o Bolsa Família e o Fome Zero. O programa Fome Zero surgiu de conversas realizadas no Instituto de Cidadania em 2001, tornando-se uma das prioridades do governo. Este, abrangia vários programas complementares com o principal objetivo de sanar a fome e a insegurança alimentar (BELIK; DEL GROSSI, 2003).

O Programa Fome Zero foi um programa que, entre outras contribuições, propôs um aumento da produção por parte dos agricultores familiares, melhorando a disponibilidade para o autoconsumo e aumentando a sua oferta para o mercado. Várias ações, por intermédio do Programa Fome Zero, foram direcionadas ao agricultor familiar entre elas: o de aumentar a sua renda e o de elevar a oferta de produtos

agropecuários destinados à alimentação (CAMARGO, BACCARIN e SILVA, 2013). O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero.

O PAA possui a proposta de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Essa interação garante uma alimentação adequada, propiciando segurança alimentar, e garante ao agricultor familiar renda e mercado para os seus produtos.

O Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (BRASIL,2011).

Além disso, o PAA é um programa de compra direta, por parte do governo federal, dos produtos da agricultura familiar, ou de suas organizações, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. A compra de alimentos a partir do PAA tornou-se uma alternativa viável, que visa, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): 1) Promover o acesso de alimentos às populações em situação de insegurança alimentar; 2) Proporcionar a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar através da compra da produção familiar; 3) Contribuir para formação de estoques estratégicos (MDS, 2015).

O PAA tem suas regras definidas por um Grupo Gestor formado pelos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Ministério da Fazenda e Ministério da Educação (MEC). O grupo gestor orienta e acompanha o programa e os recursos advêm do MDA, do MDS e do MAPA por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com complementação pelos estados e municípios (BRASIL,2011).

A Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e

Consumo de Leite (para os estados do Nordeste e Minas Gerais) e Compra Institucional, antiga Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar, são as cinco modalidades do PAA (BRASIL,2011). Essas modalidades eram geridas diretamente pela Companhia Nacional de Abastecimento(CONAB). A Resolução nº50 de 26 de setembro de 2012, instituiu que a modalidade compra institucional passaria a ser por chamadas públicas, o mesmo que acontece com o PNAE.

Com a promulgação da lei 11947/2009 (PNAE), o portador de DAP podia entregar R\$9000,00 por ano em produtos para o PNAE. Em 2012, o programa se tornou mais atrativo financeiramente pois passou para R\$ 20000,00 (CAMARGO, BACCARIN e SILVA,2013). Ocorre chamada pública através das prefeituras municipais e por ser produtos entregues para escolas, estes devem ser disponibilizados em quantidades fixas e conforme a dinâmica da prefeitura, ou seja, podem ser entregues diariamente ou semanalmente. Por isso, a operacionalização e a gestão demandam uma maior capacidade por parte dos agricultores.Com o panorama das políticas públicas relacionadas a agricultura familiar, abordaremos no próximo capítulo as relações sociais entre os meios urbano e rural.

4.RELAÇÕES SOCIAIS: O “RURAL” E SUA HETEROGENEIDADE.

As noções do rural construída a partir de características delimitadas na produção agrícola e de cultura, entre em desuso se percebermos a heterogeneidade desse campo de pesquisa. Para Carneiro (1998), esse processo não indicaria o fim da delimitação do rural e urbano tornando-se um campo homogêneo, mas sim novas representações sociais aparecem e outras representações se mantêm. Para a autora, cada local apresentará características no processo de transformação do campo:

Contudo, é importante considerar que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão da produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; elas se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (CARNEIRO,1998;p.53).

Analisando historicamente o que é denominado hoje de pluriatividade, o responsável em definir se teria a atividade agrícola ou se teria outros tipos de atividades econômicas, era definido pelo “chefe da exploração agrícola” e apenas esse “chefe” trabalharia em outras atividades. Com a crise na atividade agrícola, que gerou excedentes de produção e a lógica produtivista no campo, acarretou em mudanças nas estruturas organizacionais desse modelo de produção. Para Mattei (2007), alguns fatores foram colocados com a crise, que mudaram a conformação do trabalho no campo:

Os elevados custos sociais que garantiram essa superprodução agrícola e as preocupações com a temática ambiental também foram decisivas para a conformação de uma nova estratégia de produção alimentar, em que a prática de atividades econômicas em setores extra-agrícolas passou a ser considerada como relevante também para as unidades familiares de produção(MATTEI,2007;p.1056).

A partir desse contexto, o termo pluriatividade sinaliza sobre as novas tendências no campo brasileiro, que para Carneiro (1998) o fato de “estarmos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população do campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante (CARNEIRO, 1998;p.56).

A pluriatividade debatida por Fuller(1990) ressalta que para se estudar a pluriatividade é necessário destacar a divisão familiar e analisar como essas famílias se organizam e se relacionam com outros mercados econômicos, sem ser a atividade agrícola.

Outro fenômeno que tem marcado o espaço rural e a pluriatividade, é o lazer. A busca pela sociedade urbana em estar espaços ditos rurais como forma de descanso e a necessidade de estar em um ambiente que não possui características de urbanização, fez

com que em diversas áreas se estabelecessem pousadas e criassem estruturas para receber os turistas. Diante disso, Carneiro(1998), define o turismo para essas áreas:

Essa busca da natureza e os desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um bem de consumo toma forma o turismo, alternando o ritmo de vida local. Pequenas pousadas são construídas e tendem a substituir, em grau de interesse e em rendimento, a unidade produção agrícola que nela funcionava. A agricultura nesses casos, passa a ser um complemento, muitas vezes voltada para a manutenção da família e dos hóspedes, e um bem de consumo ao garantir o clima “rural” almejado pelos turistas.” (CARNEIRO,1998;p.57)

Se pensarmos como o modo capitalista tem orientado o campo e reorientado as relações de trabalho e levando a outros modos de produção econômica, continuaríamos reduzindo o campo como um espaço limitado em que apenas atividades agrícolas são executadas nestes locais. Diante disso, as trocas entre o urbano e rural vem sendo realizadas e para alguns autores é necessário observar as relações que nasceram das características do rural e o urbano, que não se justapõe, virando uma só característica estática que definiria exatamente esse campo de pesquisa, mas que se complementam gerando novas identidades e mantendo outras. Para isso, Carneiro (1998) reflete:

As transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam. Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social.[...] A heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura local. Quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora” (CARNEIRO,2008;p.58)

O desenvolvimento industrial, sem dúvidas, traduziu-se em uma saída do meio rural para áreas urbanizadas, além disso, o progresso industrial traduziu-se no campo com máquinas e equipamentos para o setor agrícola modificando conformações sociais e econômicas. A agricultura fica atrelada aos bens e insumos industriais, criando uma dependência na produção, relacionando-se as demandas do mercado consumidor. Diante

disso, a modernização no campo se traduziu em adotar “sistemas intensivos de produção e a crescente integração à complexa economia de mercado” (WANDERLEY,2000).

Com a decadência do setor produtivista, surgem novas possibilidades e o meio rural recebe novas identidades, que para Lamarche a agricultura moderna gerou uma superprodução que o mercado não deu conta de compra desses produtos. Além disso, o fato das máquinas substituírem a mão de obra humana influenciou na saída do homem do campo para a busca de novas atividades econômicas, gerando uma crise no desemprego. Outro fato, deve-se a esse modo de produção degradar o meio ambiente com a utilização de insumos químicos.

O modelo produtivista trazendo a modernização do campo, instaurando uma agricultura mecanizada, voltada para o mercado. Estabeleceu no meio rural brasileiro formas de exclusão social e pobreza, pelo fato de agricultores não conseguiram acompanhar, seja por questões financeiras ou pelo modo de produção, o modelo agrícola dominante impede o pequeno agricultor de estabelecimento no mercado. O desenvolvimento influencia a pobreza, excluindo muitos trabalhadores que viviam da terra (WANDERLEY, 2017)

A pluriatividade nasce da necessidade em continuar com suas atividades agrícolas e de surgimento de modo de sobrevivência. No estudo de Carneiro(1998), a autora explica o caso do município de Nova Friburgo (RJ), no qual agricultores possuem uma atividade agrícola com pouca renda comercial e os utiliza muitas vezes para consumo próprio. A autora, explica que alguns agricultores abondaram suas atividades agrícolas para trabalharem no turismo da cidade. Porém, outros mantêm a atividade agrícola atrelada a outras atividades como pedreiros, jardineiros, domésticas. Os pluriativos, como mostra a autora, é uma categoria heterogênea, que tem por definição como aqueles que possuem a agricultura e uma outra atividade econômica, o que podem render-lhes uma maior renda. No município de Mesquita, em entrevista com um agricultor podemos perceber essa pluriatividade como modo de sobrevivência, assim o ator diz:

Agricultor 1: Quando não conseguia vender meus produtos, eu ia trabalhar em casa de família para conquistar alguma coisa. Eu saía de casa, sem tem com quem deixar meus filhos, para eu trabalhar. Para mim, trabalhar no sítio é melhor, porque eu olhava eles. Além disso, tenho que vender Avon.

A fala do agricultor mostra a necessidade de pluriatividades para modos de sobrevivência, que assim como no estudo de Carneiro (1998) que destacou a fala do agricultor, afirma que trabalhar com atividades agrícolas seria a melhor opção para ele, porém é necessário economicamente outras fontes de renda, mostra que como ações de políticas públicas voltadas para esse tipo de trabalhador não conseguem suprir as demandas que essa população necessita.

O processo de pluriatividades e de heterogeneidade, influencia o modo de vida das gerações futuras. Pois, as várias formas de relacionamentos e possibilidades na junção campo e cidade, podem influenciar em outras atividades para além do cultivo. O agricultor 1 demonstra na sua fala que seu pai sustentava os filhos somente com o que cultivava e que os filhos sempre ajudavam na atividade agrícola, assim ele diz:

Agricultor 1: Meu pai criou os filhos plantando banana e café, era o que a gente vivia, vendia e consumia. Eu e meus irmãos, a gente sempre trabalhou com ele.

A variedade de atividades econômicas no município e as dificuldades de se estabelecer economicamente como agricultor geram a expectativa por parte dos agricultores, que seus filhos tenham outro tipo de atividade econômica, percebemos isso na fala do agricultor 1:

Agricultor 1: Eu quero que meus filhos tenham uma formação, queria que eles fossem engenheiro agrônomo, que aprendam a lidar com a terra. Eles não me ajudam, eu quero que eles estudem.

Esse fato tem implicado na questão da sucessão rural que vem diminuindo, como é demonstrado na fala do agrônomo:

Agrônomo: mais de 60% são idosos do grupo hoje, a gente vai precisar fazer essa questão da sucessão rural no campo. Você não acredita que é agricultor com 70 anos, que sobe na mangueira para colher, carrega 70 kg de produtos nas costas, fazem isso a muitos anos. Eles tem bastante parentes que moram lá, ou no sítio ou no entorno.

A estrutura das famílias, que tem como atividade agrícola como principal forma de sustento, vem sendo modificada em relação ao processo de continuidade dos filhos

no campo. A sucessão da atividade agrícola era centrada em definir um dos filhos, para que este continuasse o modo de exploração da terra como atividade principal da família. O pai estabelecia o sucessor, que ficava responsável em manter a continuidade das atividades e sustento até a morte dos pais. Dentro dessa conformação familiar, o “interesse coletivo” era o centro da família e o “interesse individual” não era discutido e nem referido (CARNEIRO,1998).

Para Carneiro (1998), a heterogeneidade muda conformação dessas famílias que tinham como centro o “interesse coletivo”. As ascensões pessoais vão ganhando força nessa junção urbana- rural, que como discutido mantém cada qual com suas características, mas acarretam mudanças em identidades, que até então tinham concepções arraigadas. O “interesse pessoal” está voltado em estudar e ter uma vida econômica melhor, estabelecendo outros valores em relação a terra, que para Carneiro a associação “terra-família-agricultura não possui mais um valor estruturante da ordem moral e econômica dos jovens”.

O município de Mesquita não é um município rural, porém sua história mostra que o seu processo de desenvolvimento foi baseado nas características agrícolas. Os sítios dos agricultores possuem plantações milenares, como é caso de mangueiras, que os agricultores mantem essas plantações, sendo a mais característica da região. Em casas, que não estão localizadas na APA, percebemos mangueiras e na época de frutificar há uma quantidade enorme de mangas.

A heterogeneidade é clara no município, e por isso as conformações familiares nos sítios possuem características urbana e rural, no sentido de almejar que os filhos estudem para ter melhores condições financeiras, mas que em contrapartida não deixem de lado a identidade do campo. O município localiza-se a 24 Km do centro do Rio de Janeiro e por isso a concepção de urbanização como um fator preponderante no estilo de vida é identificado. A agroindústria leva a discussão da necessidade de especialização dos atores, pois para o seu funcionamento é necessário que conhecimentos técnicos sejam perpassados, mostrando que o rural e o urbano nesse campo de pesquisa é extremamente conectado.

Percebemos, que a sucessão rural nesse campo ocorre de forma tímida, pois a maioria dos agricultores são idosos, o que nos induz a supor que seus filhos seguiram caminhos diferentes dos pais, estabelecendo para si novas atividades.

Alguns agricultores exercem outras atividades econômicas, mostrando-nos a fragilidade financeira que estes possuem, que para sobreviver necessitam de outras formas de atividade. A valorização por parte do município ajudaria na divulgação dos seus produtos, que perdem mercado para grandes atacados por serem mais atrativos financeiramente, além de políticas públicas mais efetivas que valorizem o pequeno produtor.

No próximo capítulo definiremos como foi o processo de coleta de dados e sua análise por meio da análise textual discursiva.

5. ANALISANDO OS DADOS: IDA AO CAMPO E SUAS PERCEPÇÕES.

Neste bloco abordaremos como foi o processo de imersão no campo, diálogo com os atores, como realizou-se o processo de análise dos dados por meio da análise textual discursiva, características da entrevista semiestruturada e pesquisa qualitativa.

5.1. O PROCESSO METODOLÓGICO: A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e sua intenção é a percepção da construção da Alimentação Adequada e Saudável nos processos educativos por intermédio da

compra dos gêneros da agricultura familiar. Por pertencer à uma área de proteção ambiental, o município de Mesquita, foi o escolhido para a análise. Sabendo-se que para uma alimentação adequada são definidos diversos fatores, já expostos no texto. A pesquisa qualitativa é um procedimento metodológico que pode responder algumas questões. Pois, para Minayo (1998), a pesquisa qualitativa responde a uma realidade que não pode ser quantificada, levando em consideração aspectos como crenças, valores e atitude. Observam-se as relações e os fenômenos nos quais os atores estão envolvidos.

Para investigação dos fenômenos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que consistem em perguntas previamente estruturadas e abertas, possibilitando ao entrevistado discorrer livremente sobre o tema. Além disso, tais entrevistas são consideradas um instrumento privilegiado de coleta de informações, pois possibilita encontrar falas reveladoras de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos, e ao mesmo tempo permitem transmitir, por meio do indivíduo, representações de determinado grupo social, analisadas no processo histórico, socioeconômico e cultural (MINAYO, 2000).

Diante disso, a entrevista semiestruturada produz uma melhor amostra da população de interesse, e também possibilita uma proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, colaborando nas percepções e na valorização dos informantes.

Mediante ao que buscamos no campo, a análise textual discursiva foi a que mais se adequou a busca, para compreensão de fenômenos e discursos. Essa análise compreende como um “processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do “corpus”, a unitarização, o estabelecimento de relação entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada” (MORAES, GALIAZZI, 2007, p.12).

A análise textual discursiva inicia-se no processo denominado de *corpus*. Neste é realizado a desmontagem dos textos. O *corpus* é gerado por intermédio de falas ou documentos sobre o fenômeno estudado. Para a caracterização do corpus é necessário que os dados obtidos sejam selecionados e delimitados e se analise o fenômeno no qual está imerso, bem como a relação tempo. Os produtos de análise gerados são “significantes dos quais são construídos significados em relação aos fenômenos estudados” (MORAES; 2003, p.124).

Conforme esta descrição, o corpus é um processo e um produto originado na

primeira etapa da pesquisa, na qual a partir dele delimita-se a amostra a ser estudada. Essa amostra pode ser documentos que serão analisados ou produzidos no processo de pesquisa. O pesquisador define sua amostra para a realização do próximo passo que é a desconstrução dos textos.

Após, realiza-se o processo de unitarização, em que os textos são separados em unidades de significados, nas quais as ideias essenciais advindas do tema investigado são isoladas e elucidadas. Nesta fase, os textos para a análise são “recortados, pulverizados e desconstruídos”. As unidades de análise, entre elas, podem originar outras unidades por intermédio de interlocução teórica, empírica e interpretações realizadas pelo pesquisador. Todo este processo deve ser realizado de forma intensa e profunda. O pesquisador interpreta por meio de sua capacidade. Neste sentido, fica claro a autoria do pesquisador, pois outro pesquisador poderia usar os mesmos dados e faria outro tipo de triagem, outra leitura e utilizaria outros argumentos sobre os dados coletados (MORAES, GALIAZZI; 2006).

Unitarizar é interpretar e isolar ideias elementares de sentido sobre os temas investigados. Constitui leitura cuidadosa de vozes de outros sujeitos, processo no qual o pesquisador não pode deixar de assumir suas interpretações. Ao expressar múltiplas vozes, o processo consiste em um diálogo com interlocutores em que participam diversificados pontos de vista, sempre expressos na voz do pesquisador (MORAES, GALIAZZI; 2006, p.123).

O próximo passo é a categorização, na qual conecta-se os significados semelhantes oriundos da unitarização. Neste processo, várias categorias de análise podem emergir. A escrita é uma ferramenta na produção dos significados, para tanto de maneira repetida, o pesquisador deverá fazer “um intenso movimento de interpretação e produção de argumentos” (MORAES, GALIAZZI; 2006, p.3) para compreensão dos dados (MORAES, GALIAZZI; 2006).

As categorias, para serem estabelecidas pelo pesquisador, podem ser realizadas seguindo dois distintos métodos, o dedutivo e indutivo. A principal diferença entre o métodos é que no método dedutivo as categorias já são conhecidas por meio das teorias, e no indutivo, as categorias são construídas por intermédio de dados obtidos pelo *corpus*.

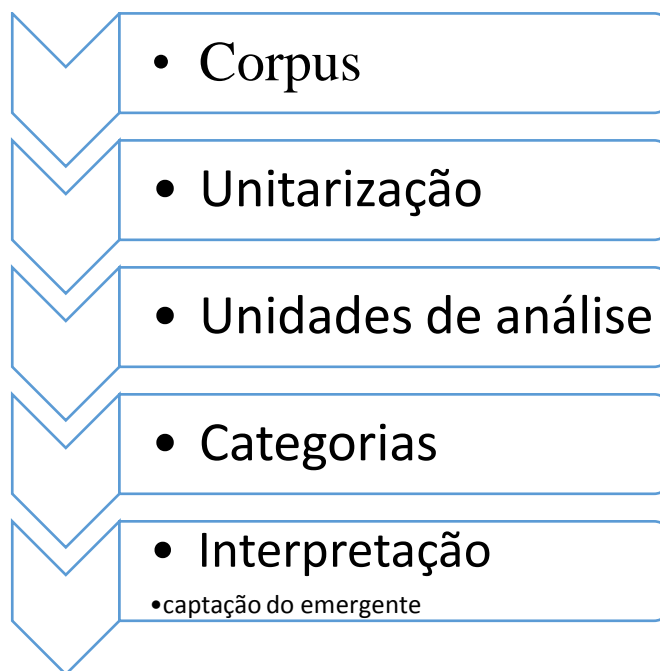
Moraes e Galiazzi (2007) ressaltam que para a construção de categorias podem ser indicadas duas direções, que são opostas. Uma direção é a categoria a priori e a

outra direção é a categoria emergente. Nesse estudo serão adotadas categorias a priori, na qual o pesquisador procede suas categorias através de seus pressupostos teóricos.

Definidas as categorias, nas quais o todo é compreendido por meio das partes, resulta-se no metatexto. Este é a combinação dos diversos elementos que foram construídos o longo do processo, iniciando a desconstrução, no qual os textos dos corpus serão fragmentados e desorganizados.

Moraes (2003) propõe a desmontagem do texto, estabelecimento de relações e captação de um novo emergente, como uma abordagem de análise que compõem um ciclo. A desmontagem do texto é a unitarização. O estabelecimento de relações é a categorização e captação de um novo emergente “como uma intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores que possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo” (MORAES,2003,p.191). O metatexto é resultado da compreensão do todo, no sentido de compreender os elementos que foram propostos nos passos anteriores.

Figura 4: Etapas da análise textual discursiva



Fonte : (MORAES E GALIAZZI, 2007)

Para a construção do metatexto, o pesquisador precisa fazer uma análise precisa dos seus dados e compreendê-los, fazendo uma análise detalhada e precisa, construindo um arcabouço teórico, que orienta e facilita a leitura, construindo argumentos que podem ser “argumentos aglutinadores” ou “teses parciais” para cada categoria, e ajudando a entender e aglutinar o todo. Para isso, o pesquisador deve ter um olhar amplo sobre o fenômeno para construir esses “argumentos” ou “teses”.

O metatexto deve ser desenvolvido como uma rede, na qual o texto vai se construindo, desenvolvendo-se como numa costura, na qual emenda-se a teoria e os dados, ou seja, desenvolvendo ligações entre a introdução e um fechamento de qualidade. Moraes (2003) nos aponta que “o autor precisa preocupar-se em ajudar ao leitor na compreensão de seu texto. Boas introduções e fechamentos, sejam no texto como um todo, sejam em cada uma de suas partes, são essenciais nesse sentido” (MORAES,2003;p.13).

O início da produção do metatexto é desfragmentação do *corpus*, isso gerará um processo intuitivo auto organizado de reconstrução, emergindo novas percepções sobre os dados. Essas novas percepções deverão estar em comunicação. O processo de geração do metatexto está abaixo na figura 2.

Figura 5. Produção do metatexto



Fonte : MORAES E GALIAZZI, 2007

A análise textual discursiva é uma metodologia que seus pressupostos se aproximam da metodologia de análise de discurso e que se afasta da análise de conteúdo. Possui como característica a fragmentação do corpus, e estabelece um processo que no início é de desorganização mas que toma características de auto organização, produzindo assim novas concepções sobre o fenômeno estudado. O processo é pela busca em compreender os fenômenos em sua totalidade a partir dos fragmentos. Nos ciclos que a envolve, gera “sistemas caóticos” até a chegada de novos conhecimentos, formando metatextos que por meio deste, o pesquisador elabora de forma clara para o leitor seu texto. No próximo tópico abordaremos as entrevistas realizadas, a chegada do pesquisador ao campo e as unidades de análise.

5.2. DELIMITANDO O CAMPO DE PESQUISA E AS PERCEPÇÕES NO PROCESSO.

A pesquisa de campo iniciou-se em 2015, nesse espaço de tempo a pesquisadora conheceu e conversou com o nutricionista responsável técnico, lotado na SEMED. A pesquisadora e o nutricionista dialogaram sobre a agricultura familiar no município. O nutricionista conhece os agricultores que fornecem para as escolas. O nutricionista relatou sobre as tramitações dos processos de compra, as dificuldades, a produção e como é realizada a alimentação escolar no município. Esse ator relatou que não atinge os 30% preconizado pela lei para a compra dos gêneros, um fato que chamou atenção da pesquisadora, pois há 65 agricultores na região. A fala do nutricionista expõe que: *“A gente não tem proposta suficiente para atingir 30%. Hoje a gente não tem nenhuma cooperativa⁴, a gente só tem mesmo agricultores de DAP física”*. A tabela 4, expõe o valor da aquisição dos gêneros da agricultura familiar no município.

Tabela 4. Valores do repasse da aquisição de gêneros da agricultura familiar pelo município de Mesquita/RJ.

Ano	Valores do repasse	Porcentagem
2011	R\$235.719,73	16,94%
2012	R\$641.889,58	44%
2013	R\$ 77.653,84	23%
2014	R\$ 10.445,59	1%
2015	R\$ 89.974,05	5%

A terceirização da alimentação escolar no município ocorreu no ano de 2013, mais um dado que chama a atenção para o decréscimo nos valores repassados do município para a compra da agricultura familiar.

⁴ A cooperativa que o nutricionista refere-se é de outro município ou de outro estado.

O nutricionista apresentou a pesquisadora ao agrônomo, que expôs diversas questões sobre a agricultura familiar, sobre o potencial na produção agroecológica, pelo fato do município estar inserido numa APA, as dificuldades no acesso aos sítios e como a compra dos gêneros é dificultada pela burocracia e os gêneros mais produzidos.

A manga é o produto mais cultivado pela região, porém há um impasse entre a nutricionista responsável e o agrônomo, que atuam juntos de maneira cordial, porém o fato da manga não estar inserida no cardápio escolar prejudica os agricultores e o agrônomo sente por esse prejuízo, julgando que poderia ser mais flexível o cardápio.

O fato de a pesquisadora ser moradora do município, que para Bourdieu (1977) a proximidade com o campo de pesquisa traduz um conhecimento anterior, que pode levar os entrevistados a desvelar assuntos por meio de perguntas elaboradas por hipóteses provisórias e intuitivas, fez com que percebesse a falta de conhecimento da agricultura familiar, por minha parte e por parte dos moradores do município e de municípios vizinhos como Nova Iguaçu e Nilópolis.

São tímidos os projetos para a divulgação dos gêneros da agricultura familiar. No ano de 2015, iniciou-se uma feira, na qual os produtores da região vendiam seus produtos. Mas a localização dessa feira não era atrativa, pois ficava localizada no espaço pequeno na Secretaria de Meio Ambiente e era realizada de 15 em 15 dias. O agrônomo explicou para a pesquisadora, que era de 15 em 15 dias porque estava no início, que conforme ganhasse projeção a feira seria realizada todos os dias.

O que se realiza nas escolas sobre alimentação é o tema proposto pela Semana de Alimentar Escolar (SAE), que ocorre todo ano no mês de maio. O tema da SAE é proposto pelo Núcleo de Alimentação e Nutrição Escolar (NUCANE) e a SEMED desenvolve ações sobre o tema.

As informações colhidas neste processo ajudaram a estabelecer vínculos com esses atores e perceber as dificuldades dos agricultores em se inserir no PNAE e as possíveis possibilidades para a imersão no processo e como a relação agricultura familiar e escola eram estabelecidas.

Após essa aproximação com esses dois atores, a pesquisadora estabeleceu contato com os agricultores, foi até a feira que eles estavam participando e conversou sobre a possibilidade deles participarem da pesquisa, foram cordiais e mostraram bastante interesse.

A primeira entrevista formal foi realizada com o nutricionista responsável técnico, no ano de 2016, a entrevista gerou um tempo de 40 minutos e a questionei sobre qual escola poderia conversar com professor de ciências e merendeiras. Ela sugeriu a Escola Municipal Roberto Silveira, por ser uma escola localizada no centro da cidade e essa escola foi a primeira a tentar elaborar a horta, por possuir um espaço grande. Além disso, é a segunda maior escola com número de refeições servidas. A primeira em número de refeições fica no bairro Chatuba, e por segurança o nutricionista orientou a pesquisadora a não ir nessa escola, já que esse bairro é o mais perigoso da cidade.

A entrevista com os demais atores ocorreu no período de janeiro a maio de 2017, a entrevista com o agrônomo gerou um tempo de 1 hora e 10 minutos, merendeiras cada uma em torno de 40 minutos (foram 3 merendeiras entrevistadas, 2 são servidoras do município e 1 contratada da empresa terceirizada); professor de ciências 40 minutos; nutricionista terceirizada 30 minutos; agricultores em torno de 40 minutos (foram 3 agricultores entrevistados, um desses é presidente da cooperativa).

Nesse contexto, teria mais um entrevistado que seria o gestor da empresa terceirizada. Entretanto, a pesquisadora não conseguiu contato com o gestor, o nutricionista da terceirizada entrevistado se disponibilizou a dar o contato da pesquisadora para o gestor. Depois de diversas indagações da minha parte em estabelecer contato com esse ator, o nutricionista não atendia meus telefonemas e não mais respondia as minhas mensagens.

Nas entrevistas, todos os atores responderam as questões perguntadas com muita tranquilidade e riqueza de detalhes, os profissionais da empresa terceirizada (nutricionista e merendeira) respondiam sempre de forma suscita e se defendendo, mesmo sendo informados que seus nomes seriam preservados, mostrando a fragilidade deste tipo de relação de trabalho, que por medo de perder seus empregos suprime informações.

As entrevistas foram elaboradas de forma que respondam aos objetivos da pesquisa e a partir daí o material foi transcrito. Houve um aprofundamento das falas para a construção do próximo tópico, que chamarei de tecendo a rede e atando os nós. Para Moraes e Galiazzi (2006), após a desmontagem do texto, as categorias estão imersas em uma rede, que gerarão novas concepções. Que para tecer a rede, o

pesquisador deve-se preocupar com os nós, que são o núcleo das categorias, por isso é necessário definir e explicar o núcleo das categorias, entrelaçando-se para a construção de um todo integrado.

Explicitaremos as unidades de base, o corpus, o envolvimento e a impregnação da autora, categorização, os resultados que achamos no campo de pesquisa e os metatextos.

5.3. TECENDO A REDE E ATANDO OS NÓS.

O corpus da pesquisa constituiu-se de 10 entrevistas semiestruturadas realizadas entre 2016 e 2017 com nutricionista responsável técnica, agrônomo, merendeiras, agricultores e professor de ciências. Utilizamos de um diário de campo para anotar os dados e as observações que vão além das falas dos atores, como por exemplo postura e reações diante as perguntas realizadas. O corpus seguiu o critério de saturação das falas, na qual percebemos que novas informações não produziam modificação nos resultados.

Tabela 5. Nomes dos atores sociais da pesquisa:

Cargo do participante	Nome atribuído
Nutricionista município	Nutricionista
Nutricionista terceirizada	Nutricionista T
Agrônomo	Agrônomo
Agricultor	Agricultor 1
Agricultor	Agricultor 2
Presidente cooperativa	Presidente Cooperativa
Professor de ciências	Professor
Merendeira município 1	Merendeira M1
Merendeira município 2	Merendeira M2
Merendeira terceirizada	Merendeira T

A partir da unitarização do texto, por meio da escuta exhaustiva, leitura sobre o referencial teórico e as transcrições realizadas, chegamos a categorização. A impregnação do pesquisador nos materiais coletados é o que resultará numa escrita de qualidade. Desse modo a impregnação se estabelece:

A impregnação é condição para um trabalho criativo e original. A partir do envolvimento aprofundado é que se criam condições de emergência auto-organizada das novas compreensões. Nisso desempenha papel importante a unitarização, correspondendo a momento de aproximação do caos, portanto, de possibilidades de emergência do novo pela desorganização de um texto que constrói uma outra ordem. (MORAES; GALIAZZI;2006,p.6).

Desse modo, chegou-se as categorias que são elas: I-Dificuldades com a compra; II-Percepções sobre o PNAE; III- Alimentação escolar. Na tabela abaixo estão listados as categorias e as subcategorias:

Tabela 6: Categorias e subcategorias

Categorias	Subcategorias
I-Dificuldades com a compra	I.a. :Obstáculos com a logística I.b.: Burocracia dificultando a compra. I.c.:Dificuldade na valorização dos produtos distribuídos. I.d.: Aderência dos agricultores ao PNAE.
II-Percepções sobre o PNAE	II.a. Alimentos saudáveis nas escola. II.b. A lei e a aplicação na prática. II.c. Incentivo a economia local.
III. Alimentação escolar	III.a. Atividades pedagógicas e alimentação adequada. IIIb. A terceirização da alimentação escolar III c. Percepções dos atores sobre os alunos com relação a alimentação escolar.

I-Dificuldades com a compra.

Subcategoria I.a. Obstáculos com a logística.

Nutricionista: *[...]é a questão do acesso para os agricultores que é difícil, muitas vezes o acesso pro sítio deles é muito difícil, dependendo do local, dependendo do sítio, que aqui é muito morro, né? Então, isso já dificulta ainda mais, entendeu?*

[...]Quando chove, eles não conseguem entregar porque eles não conseguem descer com a mercadoria. E aí, a gente esbarra com essas dificuldades, porque aí o agricultor fala para mim: “Nutricionista, não vou conseguir descer com a mercadoria”. Aí o que eu vou fazer? Vou falar: Desce e se vira (tom de ironia).

[...] eles ficaram sem a Kombi, agora eles estão com uma Kombi para todos eles. Aí choveu, como essa Kombi vai chegar? A gente já teve agricultor de carroça, isso é muito complicado. Eu acho que deveria existir mais apoio nesse sentido de melhorar acessibilidade, melhorar o transporte.

[...]É porque assim: são muitas dificuldades que eles tem. Por exemplo: a questão do acesso, se chover eles não conseguem fazer entregas, essa questão do acesso é uma questão que embarreira muito, é umas das grandes barreiras[...].

Agrônomo: *Sítios do alto Uruguai tem trechos de acesso complicados, precisa de um olhar cuidadoso por parte do poder público para facilitar o escoamento da produção e também a nossa ida ao campo para prestar nosso trabalho técnico, transporte de insumos, ferramentas. Eu tenho ido lá no carro do agricultor, carros que são mais*

adaptados para o tipo de terreno, sobe com gaiolas, com fusca, subir com uma fiat e uma palio 1.0 vai ser complicado hein, risos.

[...] assim, a gente procurou entender, porque também não é obrigação da prefeitura. A gente lendo a legislação referente ao programa, viu que a questão da entrega não é estritamente responsabilidade do poder público e sim do agricultor. Só que é complicado, imagina o camarada ter que entregar em 15 escolas num dia? [...]

[...] as entregas geralmente são feitas na parte da manhã, e nessa logística fica complicado porque só tem uma Kombi à disposição deles, que é um convênio da prefeitura com a cooperativa [...] a logística anterior era o seguinte: tinha duas escolas que funcionavam como ponto de entrega no lado que ficam os sítios, e isso facilitava porque eles entregavam duas vezes na semana e tinha um caminhão disponibilizado para educação para recolher esse material e fazer a distribuição, essa logística era muito mais fácil para o agricultor. Só que eles perderam esse caminhão. [...]

A entrega dos gêneros é uma das questões mais citadas pelos atores entrevistados, todos eles partem que o maior problema para efetivação da agricultura familiar é a questão do transporte.

O município de Mesquita, está inserido numa APA e os agricultores tem seus sítios localizados nessa área. Esses sítios estão localizados em morros e por ser área de preservação os projetos para que haja melhoria nas estradas dependem de aprovação e estudo sobre o local. A problemática está quando chove, pois, por ser área de morro e sem asfalto, o terreno fica com mais lama, inviabilizando que os agricultores desçam com a mercadoria. Projeto nesse sentido, foi proposto pelo agrônomo, mas não deu prosseguimento por questões financeiras. Por meio da fala, o agrônomo cita o projeto:

Agrônomo: Teve uma época, que o pessoal do Ministério da Agricultura, foi pedido através de um projeto uma obra para facilitar o acesso aos sítios. Foi um engenheiro representante do Ministério da Agricultura, fizeram as medições, observaram os tipos

de terreno. Aí alegaram que o valor desse recurso não atingia nem 30% do que era preciso, para a ajeitar o trecho que a gente tinha solicitado na época. Porque aqui não pode ser feita qualquer obra, tem que se pensar nos drenos, fazer uma boa drenagem, o tipo de material é diferente.

Outra questão, é o número de escolas pulverizadas, mesmo o município possuindo uma extensão pequena, as escolas se localizam em diversos pontos da cidade. Segundo as falas, a disponibilidade do carro pela prefeitura em um estoque fixo, em um ponto central, facilitou bastante a entrega, porém esse ponto central não pode ser mais utilizado e o caminhão disponível foi retirado dos agricultores. Hoje, a entrega deve ser realizada pelos próprios agricultores. Estes possuem horário para entrega, pois o almoço deve ser realizado, e o atraso na entrega, ou a falta dela, compromete a realização do almoço, causando uma cascata de problemas. O horário de entrega dos produtos é estabelecido em contrato e os agricultores devem estar cientes que o atraso na entrega, ou a falta dela, acarreta em perda contratual.

Agricultor1: [...] eu tenho DAP mas não tenho transporte e o PNAE[...] eu tinha que ter um carro para estar conduzindo até as escolas e o tempo para isso[..]e eu não tinha condições de pagar um carro para levar a mercadoria até lá[...]

Agricultor 2: Ainda tem a questão da logística, os sítios são em declive, as condições das estradas não são boas. E agora, exige que entregue em todas as escolas, antigamente entregava num núcleo e distribuía, hoje tem que entregar em todas as escolas e entregar no horário. Às vezes, uma é aqui e a outra é lá do outro lado.

Nutricionista T:[...] eles não tem condições de transportar o que produzem. Aí dependem de carro da prefeitura, aí depende de várias coisas. Aí não tem como distribuir ponto a ponto. É um problema sério.

Pela fala dos agricultores, percebemos que para a participação do PNAE, fica claro que o transporte é necessário e que a falta desse transporte inviabiliza a entrega.

Por isso, muitos deles não querem se comprometer em entregar para o PNAE. Além disso, por ser agricultor familiar os recursos financeiros são escassos, aumentando a dificuldade na compra de subsídios que facilitem a entrega.

No estudo de Almeida (2017) a problemática da logística também foi enfatizada, apontando-a como um problema para que a operacionalização da compra ocorra. Discorre que muitos dos agricultores entregam suas mercadorias em carros próprios e carroças, o que às vezes inviabiliza a entrega dos produtos.

Entretanto, para que a compra da agricultura familiar seja uma ação transversal é necessário prever desafios como a infraestrutura de logística e armazenagem (SARAIVA, 2013). Este ainda é um entrave presente na compra da agricultura familiar.

A cooperativa no município é uma grande perspectiva para que a questão da logística seja resolvida. Com a cooperativa os produtos serão entregues na própria cooperativa e serão distribuídos, facilitando a entrega e os horários que devem ser cumpridos.

Subcategoria I.b. Burocracia dificultando a compra.

Nutricionista:[...] *Outra questão, a gente tem no município acho que mais de 30 agricultores, são muitos agricultores, mas nem todos tem a documentação, a questão da DAP isso não é tão fácil de tirar[...].*

[...]Tem muita gente mas nem todos tem as documentações, nem todos tem coragem de encarar.

Agrônomo: [...] *muitos não participavam do PNAE porque a cota do PNAE é maior, e agora em grupo eles tem a oportunidade de vender mais. Eu tenho 23 cooperativados, sendo 14 DAPs, só que eu tenho entre 60 a 65 agricultores. Tem agricultor, que eu não posso forçar ninguém [...] tem uma produção de caqui imensa, jaca, manga, acerola, preferem fornecer para outros agricultores e ganhar só como fornecedor, não querem, eles acham que é dor de cabeça[...].*

Para que o agricultor possa participar do chamamento público, é necessário que se entregue um projeto de venda. Este garante o interesse dos agricultores em vender para a alimentação escolar. E nessa etapa, o agricultor interessado ou a cooperativa,

deve entregar o número da DAP, além de outras documentações. Os produtos devem atender as exigências sanitárias, que são inspecionados e fiscalizados por vários órgãos do governo.

Para se adquirir a DAP é necessário que o agricultor tenha CPF, carteira de identidade e documentos do cônjuge, caso possua, e que se cadastre nas entidades emissoras de DAP (BRASIL,2017). No caso do município estudado, a entidade emissora é a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural (EMATER), que fica localizada no município de Nova Iguaçu.

A burocracia na legalização da cooperativa foi citada pelos agricultores. Esse fato, dificulta a venda de muitos gêneros, que se perdem no campo por não conseguirem efetuar a venda. Muitos produtos são produzidos, mas a venda fica limitada pela falta de registros. Esse fato inibe a venda para comércios da região e para os programas do governo, desestimulando o agricultor e agravando a situação financeira, já que com o pouco incentivo financeiro os insumos e materiais ficam limitados.

Agricultor 2: A gente já atravessou muita burocracia, questão documental é uma dificuldade tremenda. É uma luta constante a questão da burocracia documental e incentivo.

[...] quando você consegue tirar um documento, aí você já tem que tirar outro documento.

Presidente cooperativa: a cooperativa é uma empresa, e como toda empresa tem bastante documentos isso nos trava bastante. Porque até você colocar uma cooperativa toda legalizada para você participar de uma chamada pública é complicado. Sempre falta algum documento, sempre está faltando alguma declaração. É muito complicado, se você deixa de, se você não tem um contador, por exemplo, deixa de declarar vem uma multa muito grande, tudo isso trava a gente de estar caminhando melhor, né? Eu acho que essas questões são muito chatas, essas questões burocráticas.

[...]A gente produziu uma quantidade muito grande de polpa, uma quantidade muito grande de geleia e tal, daqui a pouco a gente se viu dizendo assim: não temos para quem vender, porque precisamos de registro, a gente está avançando para conseguir esse registro. Ai sim, a gente vai poder caminhar mais aliviado, mais

tranquilo. Pode vender para o PNAE, PAA, os mercados. A gente só vendia quando tinha evento na cidade para amigos, isso travava a gente também.

No ano de 2016, o maior entrave para a compra da agricultura familiar, foi um erro na publicação do chamamento público. Para a compra dos gêneros da agricultura familiar, realiza-se um chamamento exposto no diário oficial do município. Neste, os interessados (Grupos Formais, Grupos Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda.

A documentação deve ser entregue na SEMED, até a data estipulada em edital. Os documentos necessários são: CPF; DAP física do agricultor; o Projeto de Venda Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante. Os agricultores participaram do chamamento, entregaram sua documentação, mas um erro na publicação alavancou toda uma problemática burocrática. Por isso, neste ano não houve entrega dos produtos da agricultura familiar, e perderam a venda nesse mercado, isso gerou desânimo por parte dos agricultores em participar do PNAE. Na fala do agrônomo, essa situação é relatada.

Agrônomo: [...] a procuradoria do município identificou um erro na publicação. Se eu não me engano, na tabela estava 28 itens numa parte da folha e 7 na outra, o funcionário da publicação deve ter visto somente os 28 itens[...] Foi publicado em diário oficial somente 28, aí a procuradoria percebeu o problema. Aí a gente imaginou o seguinte: o procurador vai avaliar e ver que foi um problema da publicação e vai republicar colocando uma errata. [...] mas ele (procurador) achou melhor cancelar o chamamento e fazer outro.

[...]teve que refazer o chamamento e com isso teve que estabelecer novos prazos e acabou, o processo está na cara do gol para ser cumprido.

Subcategoria I.c.: Dificuldade na valorização dos produtos distribuídos.

Nutricionista: [...] Eles começaram agora com a agroindústria, porque eles estão transformando isso em polpa: acerola, manga. Então assim: assim que eles tiverem o selo, porque para gente comprar precisa do tal do selo. Assim que eles tiverem o selo a gente começa a comprar que isso vai melhorar muito, vai ajudar muito, tanto na

valorização da produção da agroindústria, quanto para gente, porque ai como polpa a gente começa a comprar para rede toda, a gente consegue comprar na forma de sacolé para poder distribuir para os alunos.

[...]Mas uma das coisas que também acaba prejudicando um pouquinho eles, que apesar de ser orgânico, eles não conseguem vender como orgânico. A gente sabe que é orgânico, mas eles não conseguem vender pelo custo do orgânico porque não tem selo. Ai é mais um entrave. E uma coisa que chateia eles, né? Porque o orgânico tem um custo maior.

Agrônomo:[...] no chamamento, se eu não me engano, tem geleia. Só que, a gente está produzindo, mas estamos buscando os registros para os produtos. Não pode entregar porque não tem registro e por isso não tem respaldo jurídico.

Presidente cooperativa: [...] a gente tem dificuldade, mas acho que isso agora vai acabar, na venda dos nossos produtos. O que acontece, a gente produzia uma quantidade muito grande de polpa, uma quantidade de geleia e a gente viu que não tinha para quem vender. Porque a gente precisa de um registro, o registro do ministério. A gente conseguiu avançar bastante, acredito que daqui a pouco estamos com o registro. Porque ai a gente pode vender para o PNAE e o PAA, mercados. Isso travava a gente também.

Caracteriza-se como uma produção agroecológica aquela que utiliza-se de recursos renováveis, de não degradação do solo com insumos químicos. Essa produção, promove a renovação do solo naturalmente pois não utiliza-se de monoculturas, as monoculturas destroem os solos, pois realiza-se gradagens sucessivas. A agroecologia trabalha a favor do meio ambiente, não se combate pragas, mas protege as plantações com fatores do próprio meio ambiente para que as pragas não destruíssem as plantações (AMBIENTE BRASIL,2017). No município as plantações são realizadas dessa forma, e por isso é considerada como produção agroecológica, as pragas são combatidas com elementos próprios da natureza, como por exemplo a plantação de citronelas ao redor das plantações.

O conceito que diferencia um produto orgânico do agroecológico está diretamente relacionado com o mercado. O produto agroecológico é um produto orgânico, mas o orgânico não é considerado agroecológico. O mercado consumidor, por ter acesso aos estudos sobre agrotóxicos e seus malefícios, e a ampla divulgação que

esses malefícios acarretam para a saúde, vem se tornando cada vez mais exigente em relação aos insumos químicos. Isso gerou uma produção promissora no ramo do agronegócio, para tanto diversas produções orgânicas estão voltadas para o mercado, que para aumentar a produtividade utiliza-se de recursos de produção de monocultura, que pode agredir a sustentabilidade do meio ambiente (ASSIS; ROMEIRO,2002).

Percebemos uma valorização por parte do governo em proporcionar alimentos orgânicos na alimentação escolar. Porém, tem o entrave de se conseguir o selo de orgânico. Na Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003 afirma:

Art. 3o Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 1o No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

Na Instrução Normativa nº46, de 6 de outubro de 2011 no artigo 7º, define que para ser considerado um alimento orgânico é necessário que a produção tenha registros e documentos de todas as operações realizadas na produção. Por serem pequenos agricultores essas burocracias tornam-se um entrave para que consigam o selo. Por meio da cooperativa essa questão poderá ser solucionada, pois o município tem o apoio técnico do agrônomo, possibilitando o auxílio na questão do selo orgânico conforme a lei determina.

Retomando os conceitos de SAN, percebemos que a forma como o alimento é produzido, no município de Mesquita, garante o preceito básico do alimento estar livre de riscos para a saúde. Esse fato, garante a possibilidade dos escolares consumirem um alimento de origem local e sem agrotóxicos. O produto agroecológico demanda do produtor um tempo maior para a colheita, pois não se utiliza produtos químicos. Esse fato agrega valor aos produtos, que economicamente são mais rentáveis para a venda.

Subcategoria I.d.: Aderência dos agricultores ao PNAE.

Nutricionista :[...]Muitas vezes, eles tem um pouco de medo porque o agricultor não tem capital de giro, então assim: a venda para a prefeitura não é pagamento imediato, leva em torno de 30 dias ou mais, muitas vezes para receber, entendeu? E aí o que acontece: até receber, se tiver finalizado direitinho, recebe, mais demora.

[...]Se os processos tramitassem mais rápidos, se os pagamentos fossem mais rápidos. Porque a gente sabe, dentro de uma prefeitura existe todo um...processo, todo um trâmite, não é tão rápido. Mas, sei lá, se existisse alguma coisa que agilizasse isso, sabe? Eu acho que facilitaria, aumentaria até o interesse dos agricultores em participar.

Presidente cooperativa: [...] a gente tinha aipim, aí o aipim já ficou duro esperando por esses programas. A época da banana praticamente já acabou, a gente vai ter dificuldade em entregar porque passa a época da colheita. Aí já passou o período da colheita e aí como a gente vai entregar para o PNAE. A maioria estragou na roça e não pode entregar para o programa.

Agricultor 2: Porque geralmente leva mais de 1 ano. No ano passado, por exemplo, já saiu no fim do ano, alguns não receberam, aí tem uma perda muito grande. Você espera um ano inteiro para o programa sair, aí não sai, aí tem mudança de governo aí para tudo.

A demora na tramitação dos processos foi apontado como um dos fatores para os agricultores não se interessarem em fornecer para o PNAE. Os agricultores participam de dois programas do governo federal que são o PAA e o PNAE. O PNAE é um programa mais rentável para o agricultor, pois paga melhor do que o PAA. Este e o PNAE são programas distintos. No PNAE a venda máxima é de R\$ 20000,00 por ano, enquanto no PAA, na compra modalidade direta local, que é a modalidade que esses agricultores participam, é de R\$ 8000,00. Mesmo sendo mais rentável, a adesão dos agricultores ao PNAE é baixa. Além da demora em receber o dinheiro, os diretores das

escolas podem recusar o recebimento do produto, caso venha impróprio para o consumo.

O recurso do PNAE é oriundo do FNDE, que é repassado para as prefeituras, esse tramite foi relatado pelos agricultores como um entrave, pois caracterizaram o modelo de pagamento do PAA mais eficiente, porque o repasse do PAA é feito diretamente na conta dos agricultores. Assim, eles dizem:

Agricultor cooperativa: No PAA, uns 5 anos atrás, que foi bom até! Porque antes, o recurso vinha direto para a conta da prefeitura. Então, isso era um “O”, para não dizer pior, você pegava e entregava sua mercadoria e às vezes passava 5 meses, 6 meses para receber. Melhorou alguma coisa nisso aí, de Brasília para cá, isso melhorou. Agora é só enviar a nota fiscal, e Brasília que envia o recurso para a própria conta do agricultor. Quando vinha para prefeitura esse dinheiro, vinha para a conta da prefeitura, ficava na conta da prefeitura e eles investiam em outras coisas e deixava a gente esperando esse dinheiro.

Agricultor 2: agora o PAA ficou dessa forma, já passa direto o dinheiro para conta do agricultora, não passa pela prefeitura. O PNAE ainda passa pela prefeitura, sempre passa porque o recurso é do FNDE, para a prefeitura repassar.

Agricultor 1: [...] cancela que eu não quero mais entregar para o PNAE, vai me dar dor de cabeça. Aí falaram assim: “a banana tem que ser banana bonita”, aí falei assim: sou pequena agricultora eu que manejo, não tem como eu chegar na escola com uma banana que não tenha arranhão[...].

Nutricionista T: [...] o aipim vinha ruim, a banana vinha muito pequena ou então, vinha verde demais. Eles não tem um meio termo para a colheita e distribuição.

A compra dos produtos da agricultura familiar é realizada pela SEMED, o nutricionista responsável integra o quadro efetivo do município. Esse profissional é quem elabora os cardápios e possui contato direto com os agricultores. A empresa terceirizada executa o cardápio e realiza o planejamento de compras, ou seja, ela que define a quantidade de gêneros alimentícios para cada escola.

A lei do PNAE, no seu artigo 13, garante que a aquisição dos gêneros alimentícios deve obedecer o cardápio planejado pelo profissional nutricionista. A fala da nutricionista T caracteriza a falta de conhecimento sobre os produtos que são oferecidos pelos agricultores do município, pois um produto agroecológico não terá um padrão no seu peso e na uniformidade. É necessário o conhecimento do que se cultiva no município para que o produto seja valorizado, a inter-relação entre os atores é necessária para que os produtos da agricultura familiar sejam divulgados pela sua qualidade.

Para elaboração do cardápio o nutricionista deve se atentar a sazonalidade dos alimentos. No contexto da compra da agricultura familiar a sazonalidade merece muita atenção, pois a plantação seguirá o tempo de colheita e produção. A qualidade dos produtos foi referenciada pelas merendeiras. Na fala da merendeira M1, a qualidade da banana e do aipim foi bastante referenciada, na qual dizia:

Merendeira M1: *a qualidade é superior, a banana era muito boa, entendeu?*

Bananinha docinha, era pequena mas era coisa boa, saborosa e o aipim era muito bom.

[...] aquela bananinha maravilhosa, docinha, os alunos comiam até acabar, não sobrava nada. Diferente dessa banana que chega ai verde e fica ai madurando. Tudo é alimento, tem que agradecer a Deus, mas que é diferente é.

Houve contradições nas falas da nutricionista T e da merendeira M1. A empresa terceirizada compra os produtos do agricultor familiar. O tramite da compra ocorre da seguinte maneira: a empresa terceirizada recebe da prefeitura por alimentação servida, a compra dos gêneros da agricultura familiar é feita pela empresa, recibos compravam a quantidade dos gêneros, esse valor é descontado no valor pago pela prefeitura para empresa terceirizada. Ao final desse processo, a prefeitura repassa o dinheiro para os agricultores. Partindo do pressuposto que para a empresa é mais vantajoso a compra dos gêneros pela própria empresa, acreditamos que a nutricionista T não tenha ciência da qualidade dos produtos, por falta de envolvimento com os funcionários da ponta, como

merendeiras, ou pela vantagem de comprar produtos em pontos de abastecimento onde consegue-se comprar produtos mais baratos.

Categoria II-Percepções sobre o PNAE.

Subcategoria II.a. Alimentos saudáveis nas escolas.

Nutricionista: [...] *a gente está trazendo um alimento mais fresco, de melhor qualidade, de produção orgânica.*

O profissional nutricionista é capacitado para elaborar um cardápio que atenda às necessidades fisiológicas do indivíduo em todas as faixas etárias. Os cardápios da alimentação escolar são elaborados pela equipe de nutricionistas do município e são executados por uma empresa terceirizada. Fatores como: referências nutricionais, cultura alimentar, sazonalidade dos produtos fornecidos pelos agricultores são considerados na formulação dos cardápios, garantindo uma alimentação adequada aos alunos, como propõe a lei.

O primeiro passo para a compra dos alimentos é a elaboração de cardápio, que é realizado pelo nutricionista. Deve oferecer três porções de frutas e hortaliças por semana (BRASIL, 2017).

O PNAE ao longo da sua existência vem sofrendo mudanças nas suas diretrizes, no início do programa o uso de alimentos eram formulados. O papel do nutricionista na alimentação escolar é definido por lei conforme a resolução abaixo:

Art.3º. Compete ao nutricionista, no exercício de atividades profissionais no âmbito do Programa e Alimentação Escolar (PAE), programar, elaborar e avaliar os cardápios, observando o seguinte:

- I.Adequação à faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas;
- II.respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e à sua vocação agrícola;

III. utilização de produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos semi-elaborados e aos in-natura. (CFN nº358/2005).

A Resolução do conselho, estabelece que o profissional responsável deve respeitar a cultura alimentar e a valorização da agricultura familiar, cumprido com o papel de fornecer uma alimentação adequada e saudável.

O profissional nutricionista faz-se necessário nesse contexto, pois por considerare a sazonalidade, problemas climáticos e a limitação da produção, elabora cardápios específicos, respeitando a cultura e as necessidades específicas para cada faixa etária. Por isso, é preciso conhecer e dialogar com os agricultores sobre a produção e a cultura dos agricultores locais, quais as dificuldades enfrentadas. O conhecimento, por parte do nutricionista, incentiva e estimula o produtor local no processo de participação no PNAE. A participação ativa desse profissional pode buscar soluções para as dificuldades dos agricultores, como por exemplo incluir produtos mais produzidos, conseguir meios de ajuda para a estocagem de alimentos e fluxos mais flexíveis para o escoamento dos produtos.

Agricultor 1:[...] eu já nasci agricultora, eu acho essa lei a melhor iniciativa que teve. Porque as crianças estão consumindo produtos sem agrotóxicos, que já vem direto da roça, da terra, para eles estarem se alimentando. E aprendendo também que o produto tem uma boa qualidade.

Agricultor 2: o programa tem a capacidade de apresentar as crianças as frutas. Tem criança que se você falar assim: você conhece uma jaca? Você sabe o que é um cajá? Nem sabe o que que é (risos). É importante o PNAE porque hoje a alimentação está completamente inadequada.

A gente sabe que o que a gente produz é muito bom para a saúde, não tem agrotóxicos.

No artigo 4º da lei do PNAE, garante-se que a alimentação escolar tem o objetivo de contribuir na formação de hábitos alimentares saudáveis por intermédio de educação alimentar e nutricional e a garantia na oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais.

O papel do PNAE em distribuir alimentos saudáveis na escola, estimula o

conhecimento desses alimentos e o seu papel na saúde dos indivíduos. A fala do agricultor 2, indica que a presença de alimentos saudáveis na alimentação escolar estimula o consumo por parte dos escolares.

Merendeira M2: quando a gente era criança a merenda era muito reduzida, era um arroz com peixe, macarrão com salsicha. Hoje, a gente tem uma comida bem equilibrada, uma alimentação adequada. Muitas coisas eles conhecem dentro da escola na merenda, muitas frutas que não comem em casa. O cardápio é bem equilibrado.

Como discurremos, o PNAE sofreu muitas mudanças ao longo do seu percurso. No início a alimentação era baseada em alimentos fortificados e industrializados, de baixo valor nutricional e alto valor calórico, não respeitando hábitos alimentares e culturais. Hoje, a alimentação escolar deve atender o princípio de garantir uma alimentação adequada e saudável e o respeito a cultura alimentar. Na fala da merendeira M2 fica caracterizado que o PNAE tem cumprido com suas diretrizes em trazer para os escolares uma alimentação de qualidade que atenda os princípios básicos para um crescimento adequado.

Agrônomo: [...] tendo produtos de boa qualidade, de boa procedência é de fundamental importância. Até porque existe todo um conceito de segurança alimentar que é para toda fase da vida.

O conceito de segurança alimentar também é citado e deve ser realizado conforme a lei. O PNAE tenta promover o conceito de segurança alimentar, garantindo aos escolares uma alimentação adequada e saudável, que é um direito de todo ser humano. A alimentação oferecida deve ser nutricionalmente adequada para cada fase da vida do cidadão e deve estar isenta de riscos para a saúde. Os riscos para a saúde incluem a manipulação inadequada dos alimentos, que podem causar infecções gastrointestinais, assim como produtos que estejam inadequados para o consumo. Além disso, por meio de alimentos oriundos da agricultura familiar, o alimento, sem uso de agrotóxico, garante a segurança alimentar do alimento estar isento de produtos químicos.

Merendeira T: *Tudo que é produzido em menor escala, e que é produzido com carinho, com a mão, com certeza tudo é bem melhor. Porque tudo que a gente compra vai passando de mão em mão, não tem aquele cuidado é comercial. Hoje em dia está numa escala de comércio: planta e bota ali na estufa, madura e bota para rua. [...] está tudo muito industrializado, não tem sabor, você não tem qualidade.*

Merendeira M2: *A cozinha é o coração da escola, porque uma criança mal alimentada não aprende, ela tem “ns” problemas, porque eu já passei por problemas de alunos que não tinham o que comer em casa e vinha mal humorado, ele vinha brigando.*

[...]se não tem comida não tem aprendizado, se não tem comida não tem esse crescimento intelectual do aluno.

[...] a gente entende que na agricultura familiar é um tratamento diferente, eles não usam agrotóxico.

Os alimentos tem uma boa qualidade. Às vezes, eles tem uma perda maior, pelo fato de não usar, eu não sei explicar se são agrotóxicos, a gente entende que a durabilidade do produto é menor, né? A gente tem essa experiência, por exemplo: a gente recebe uma banana e ela amadurece muito mais rápido que aquelas que a gente recebe com esses produtos todos.

O PNAE assume o papel de garantia de se estar livre de fome, conforme previsto na lei. Além disso, promove a segurança alimentar e nutricional de oferecer um alimento sem risco à saúde humana. Com a promulgação da lei nº 11/2009 que institui a obrigatoriedade da compra de 30% da agricultura familiar, coloca em pauta e discute as questões relacionadas ao meio ambiente e o pensar nos alimentos que estamos consumindo.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) atua com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) e possui como objetivo avaliar e promover a qualidade dos alimentos em relação ao uso de agrotóxicos. O PARA promove segurança alimentar, pois por intermédio desse programa verifica-se o uso indevido de agrotóxicos por meio de análise dos alimentos (ANVISA,2016).

No PARA foi identificado o uso indevido de agrotóxicos em alguns alimentos,

como por exemplo na abobrinha. Levando-se em consideração que a OMS recomenda que devemos consumir 400 g/dia de frutas, legumes e verduras e que esses alimentos encontram-se com teores indesejáveis de agrotóxicos, podemos deduzir que ao invés de estarmos consumindo alimentos que previnem doenças, estamos aumentando riscos para a saúde pelo consumo de agrotóxico que vem agregado a esses alimentos.

A fala das merendeiras está de acordo com os levantamentos sobre a plantação de caráter produtivista. A produção em larga escala leva uma carga enorme de insumos químicos para que a produção seja rápida e que atenda às necessidades do mercado consumidor. A agricultura familiar é um caminho possível para o resgate de uma produção que respeitando os ciclos da natureza, pode oferecer alimentos de alto valor nutritivo. As falas mostram clareza da importância de uma produção em menor escala, que não utilize insumos químicos.

Professor: [...] *Traz uma qualidade enorme, porque no geral a agricultura familiar, ela tem um potencial grande de não usar agrotóxico, de produzir de forma mais sustentável no sentido dos ciclos biogeoquímicos. Enfim, de não usar insumo químico no solo, de não usar agrotóxico. Isso é muito bom para a alimentação das crianças.*

Os produtos que são plantados pela agricultura familiar no município de Mesquita, por serem agroecológicos, são isentos de agrotóxicos e não se plantam em escala comercial. Esse conceito é contrário ao modelo do agronegócio, pois respeita o meio-ambiente e o homem no campo. O município possui o apoio técnico do agrônomo que supervisiona e oferece suporte técnico para as plantações com pragas, utilizando de técnicas que não degradem o meio ambiente.

Pelas falas, percebemos a possibilidade que o PNAE desenvolve em fornecer alimentos saudáveis e possibilita exercer na prática o conceito de segurança alimentar.

Subcategoria II.b. A lei e a aplicação na prática

Nutricionista:[...] *Enfim, a lei é linda, o problema é a prática dela.*

[...]Porque assim, o governo fala: tem que fazer, se vira, segura que o filho é seu, risos.

[...]Não atinge os 30%. Aliás, mesmo que tivesse comprado não atingiria porque a gente só recebeu propostas de agricultores locais, que tinha aquela limitação de R\$20000,00 por agricultor, eram 6 agricultores só. Com as propostas que tivemos não atingiria os 30%. Esse ano, me parece que eles já virão organizados em cooperativas.

Agrônomo: *[...] o principal para não atender os 30% é que ainda não temos o número de DAPs suficientes para garantir um valor mais alto do projeto que atenda, ou chegue próximo dos 30% do valor que é repassado do governo federal para cá[...].*

[...] o PNAE não paga por agricultor ele paga por DAP, o agricultor familiar só é agricultor familiar quando se tem a DAP. Isso, é a visão do governo. Então, a gente está com uma parceria com EMATER para eles visitarem aqui para eles fornecerem mais DAPs para agricultores que estão na cooperativa e para outros que querem entram porque ainda não tem esse documento. Se tiver, num procedimento jurídico, a DAP física dele se associa a DAP jurídica da cooperativa. No programa, a DAP jurídica só vale para cadastro, só para entrega de documento, para o agricultor receber o que está valendo é a DAP física.

A legislação foi implementada com obrigatoriedade, as falas nos permitem entender que para os atores envolvidos a lei se estabelece, porém, os meios para que sejam colocados em prática ficam complicados. Os entraves não são vistos antes da aplicação da lei e por isso os problemas vão acontecendo na prática para serem resolvidos.

As falas demonstram as questões relacionadas com as DAPs, pois a adesão dos agricultores ao PNAE é baixa. O agricultor pode vender para o PNAE por intermédio de cooperativa que caracteriza-se como grupo formal (possui DAP jurídica) ou grupo informal (DAP física, não são organizados formalmente). Há a possibilidade, prevista em lei, de que se compre da agricultura familiar de outros municípios, o que para a nutricionista seria um fator para se atingir os 30% preconizado pela lei.

Na Resolução nº38 do FNDE/2009 no Art. 18, parágrafo 4º:

na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do município. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade (BRASIL,2009).

Os produtos que são produzidos em maior escala são a manga, aipim e banana. Segundo o agrônomo os outros produtos produzidos também suprem a demanda das escolas, porém esses possuem menor disponibilidade. A manga não é um gênero comprado pela prefeitura com a justificativa de que os alunos sujarão seus uniformes. A questão de falta de equipamentos para trabalhar também foi apontada pelas merendeiras, que disseram que poderiam fazer uma vitamina com a manga, porém estão sem liquidificador na sua unidade. Percebo que fatores operacionais também influenciam na questão da compra, que no caso da manga é um gênero muito produzido pelo município mas que não faz parte do cardápio dos alunos por questões estruturais. Diante disso, o agrônomo nos aponta:

Agrônomo: Fomos conversar com o pessoal da SEMED, para ver uma possibilidade de adquirir, de incluir a manga na listagem, para eles poderem fornecer. Outro produto que tinha e foi retirado também foi a acerola. A acerola tem ai um monte. Também tem goiaba à beça, tem muita jaca, tem jabuticaba. Esses produtos não são comprados.

A cultura alimentar é um ponto que deve ser considerado na alimentação escolar. Quando retira-se a possibilidade da manga estar no cardápio, o principio em garantir a cultura fica prejudicado. As mangueiras da região são antigas, muitos agricultores ao adquirir seus sítios mantiveram as mangueiras. Mangas, acerolas e goiabas são produtos muito produzidos e a retirada deles prejudicam o agricultor e prejudicam os alunos por não terem acesso a frutas tão produzidas pela região. O processo de aproximação entre o que cultiva e o que come se afasta, sem a presença desses alimentos no cardápio escolar.

Subcategoria II.c. Incentivo a economia local.

Agricultor 1:[...] a gente depende muito, o que a gente produz a gente leva para a cooperativa para vender para ter o nosso ganho[...].

Presidente cooperativa: *Quando a lei funciona, ajuda muito a gente. Esse programa ajuda o pequeno agricultor.*

Nutricionista:[...] *porque assim, também, quando a gente usa o alimento que é produzido pelo agricultor local, a gente incentiva a economia local, a questão de estar valorizando o próprio agricultor, o filho da cidade, o filho da terra[...].*

Merendeira M1: *Se tivesse condição de vir só produto da agricultura familiar, para abastecer todo mundo acho que isso ia ser dez. Os produtos são totalmente diferentes.*

Merendeira M2: [...] *é importante para a economia do município, a importância que eu vejo é a seguinte: o dinheiro do município fica dentro do município. Isso incentiva também as famílias que tem essa renda baseada na agricultura, né?*

Uma das propostas da lei do PNAE é o fortalecimento do homem no campo e a economia local ser mais valorizada. Com essa lei, abre-se um novo mercado para o agricultor familiar, pois o PNAE atende em torno de 47 milhões de alunos em todo o Brasil (BRASIL,2017). Uma forma de divulgação dos produtos dos agricultores é que os alunos conheçam sobre a agricultura familiar no município. A interação agricultor escola pode fornecer um espaço de divulgação dos produtos e proporcionar, em outros espaços, um mercado consumidor.

Com a agroindústria há a pretensão de impulsionar as vendas, pois os produtos e os excedentes são levados para serem utilizados na fabricação de geleias e polpas. A proposta é vender para mercados, aumentando as vendas e distribuição dos produtos.

Segundo o estudo de Trinchês (2010), a alimentação escolar favoreceu um vínculo entre Estado e agricultor, estabelecendo assim mercado para que esses agricultores conseguissem vender seus produtos, por meio de associações. Com isso, os agricultores conseguiram seus registros, necessários para a venda de seus produtos. Nesse mesmo estudo, observou-se uma diminuição da pobreza e do êxodo rural.

Professor: *é importante para a saúde dos alunos, mas é importante para o escoamento. A distância que isso percorre, fomenta a economia local, valoriza a agricultura familiar. A agricultura familiar é pouca valorizada, tem dificuldades de insumos, créditos e insumos materiais. Em geral, eles vivem em situações precárias,*

são pessoas humildes. Então valoriza também, porque você fala que o que ela está produzindo vai para a escola, né? Acho que isso tem um valor grande para as pessoas que valorizam a educação porque hoje está um pouco desvalorizada.

A fala do professor aponta para a valorização dos produtos da agricultura familiar, o escoamento desses produtos dentro do próprio município é uma forma de valorizar os produtos e de incentivar a economia local. O tempo percorrido pelos produtos também foi citado pelo professor. Quanto menor o tempo de percurso menos o alimento sofre alterações pelo meio, as vitaminas e minerais ficam mantidos e o consumidor alimenta-se com produto de qualidade. As atividades do agricultor sendo valorizada, aumenta as possibilidades financeiras, proporcionando recursos para o plantio. Alguns agricultores praticam outras atividades financeiras pela fragilidade econômica dos produtos produzidos. Percebemos a necessidade de divulgação e de venda desses produtos, tanto para mercados do município quanto para as políticas públicas.

Agrônomo: A gente não pode vender polpa e geleia que é feita na agroindústria porque não temos registros. Mas tinha que ter um respaldo nesse sentido, a gente ainda está na fase de legalização. Só que assim, também, é agricultura familiar, tinha que ter um jeito para receber isso até eles conseguirem se registrar. Porque assim, esse incentivo é que vai contribuir para cada vez mais eles irem se equipando e evoluindo até chegar o estágio de se registrar.

. O agrônomo mostra a necessidade de flexibilidade pelos gestores da alimentação escolar em valorizar os produtos da agricultura. Por meio desta fala, conclui-se que a compra dos produtos da agroindústria fossem atestados pela prefeitura, ampliaria o mercado consumidor.

Subcategoria II.d. O PNAE como distribuidor de alimentos.

Merendeira M1: O que eu penso que tem muito aluno necessitado. Olha, vou te dizer sinceramente, no ano passado, tinha aluno que vinha aqui só para comer. Tinha aluno que não tinha o que comer em casa, a gente aqui tinha que fazer comida de qualquer maneira. Aqui, a população de Mesquita tem um poder aquisitivo muito baixo, isso aqui ajuda muito

Merendeira T: *A gente lida com crianças carentes[...] tem alunos que vem aqui para comer. Tem aluno que já chega aqui e já vai correndo pegar o desjejum, nem espera chegar a hora. É porque já vem com a fome.*

Nutricionista T: *Se a gente não tivesse alimento na escola não teria aluno, ia ter claro, mas acho que só teria uns 30-40%. Você vê que eles já chegam perguntando: “tia, o que é hoje?”. Você vê escolas que as crianças comem, comem e comem mesmo. Tem aluno que repete de três a quatro vezes. Uma área que você vê que a alimentação é muito, muito importante é a Chatuba é o lugar mais humilde, mais pobre. As crianças desde de pequenas já comem, então elas vão crescendo comendo.*

Professor: *Para alunos que eu sei que não tem comida em casa, a merenda segura. A merenda é fundamental, segura uma onda, é gostosinho, dá para comer.*

Os primórdios do PNAE tem como característica cumprir com os acordos internacionais de direito de todo ser humano em alimentar-se. Evitar o fracasso escolar, já que este era visto como um fator associado a desnutrição, também era uma questão associado ao programa.

No estudo de Greenwood (2012), por meio de diálogos com alunos numa escola pública do Rio de Janeiro, observou-se que muitos alunos não comem na escola por sentirem vergonha, pois para eles as pessoas que comem na escola são as mais necessitadas financeiramente. Caracterizando assim, a fala da nutricionista T que diz que na região mais carente da cidade é onde tem maior concentração de alunos comendo. Um fato que chama atenção é que nessa área existe creche, educação infantil e ensino fundamental. Os alunos crescem comendo a comida da escola, que para eles a alimentação escolar não influencia no seu contexto social, pois é uma relação comum entre eles se alimentarem na escola.

O mesmo é exposto no estudo de Bezerra (2009), no qual verificando as representações da alimentação escolar pelos professores, gestores e merendeiras, estes caracterizaram os alunos como necessitados, e a merenda escolar como essencial para minimizar a questão da fome, para a melhoria no aprendizado e o absenteísmo.

Essas questões também foram vistas no estudo de Almeida (2017), que em entrevista com gestores identificou que estes consideram o programa essencial para saciar a fome no período em que os alunos estão na escola e a diminuição da evasão

escolar.

O fato do PNAE ser visto como um programa assistencialista, mesmo tendo sofrido mudanças ao longo dos anos, a ideia de quem come na escola é necessitado ainda perpetua. O programa como uma garantia de direito ainda não foi desvinculado do caráter assistencialista que o caracterizava no início da sua construção. Infelizmente, muitos alunos são desprovidos do direito básico em se alimentar. Caracterizando o município, obtivemos o dado de que a média de renda da população é de 2 salários mínimos, sem considerarmos quantos membros da família é beneficiado com essa renda. Diante desse contexto, muitos alunos ainda necessitam da alimentação escolar como fornecedor essencial de alimentação. O direito em se alimentar encontra-se na legislação brasileira e é um direito de todo cidadão brasileiro, não sendo restrito a classes sociais.

Categoria III. Alimentação escolar.

Subcategoria III.a. Atividades pedagógicas e alimentação adequada.

Nutricionista:[...] o que tem de bem nítido nas escolas sobre a educação nutricional é a semana da alimentação escolar[...] a gente faz a apresentação do tema e a equipe pedagógica das escolas desenvolve as atividades[...].

Professor: Em geral, sempre tem a semana de alimentação, aí sempre tem os professores que trabalham o tema. Geralmente é o professor de ciências, às vezes é o de inglês. Mas nunca vi um projeto mais longo, não tem continuidade.

Acho que para ter efetividade tem que ser um projeto da escola, pelo menos pequenas equipes de professores que desenvolvam alguma temática, isso com o conhecimento em geral

O município estudado realiza a Semana de Alimentação (SAE), na qual as escolas após essa semana, trabalha com os alunos o tema alimentação saudável. A SAE é realizada por meio da secretaria de educação de cada município. É uma estratégia da comunidade escolar para discutir sobre o tema alimentação. O tema é apresentado pela SEMED às escolas, e cada escola trabalha o tema por uma semana, tem escolas que os professores dão continuidade. A inclusão da educação alimentar e nutricional é

garantida no currículo escolar, através da Resolução FNDE nº 38/ 2009. Na qual aborda o tema alimentação e nutrição, desenvolvimento de práticas saudáveis, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) possuem o intuito de permitir que os alunos obtenham conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. Tais parâmetros estabelecem que os temas transversais possibilitam a discussão de temas relacionados no dia a dia do aluno e a função social da escola. Entre outros temas, o tema saúde e meio ambiente deve estar inserido no currículo escolar. Apesar do tema saúde perpassar pelo currículo, no município estudado, ele fica restrito a semana de alimentação e ao professor de ciências.

No estudo de Gomes (2014) com merendeiras do município de Mesquita, por meio de grupos de diálogos, explicitaram a opinião de que exercem papel de educadores no ambiente escolar. O fato de estarem mais próximas aos alunos diariamente, faz com que tenham potencial para desenvolvimento da educação alimentar. Nas falas abaixo percebemos essa integração.

Merendeira M2: Teve um dia que a gente falou que a batata doce era a batata do amor porque ela é doce. Ai todo mundo quis comer a batata do amor.

Merendeira M1: os alunos sabem que o produto é da agricultura familiar, a menina que trabalhava aqui comigo, fazia aquele entrosamento. Os alunos gostam muito dos produtos da agricultura.

A educação alimentar deve envolver todos da comunidade escolar e esta inclui educandos, pais, educadores, nutricionista, conselho, merendeiras. A fala abaixo da merendeira, explicita a necessidade de integração dos atores para que a educação alimentar aconteça. As ações de educação alimentar são pautadas na realidade dos alunos, na experiência de vida e suas relações com a alimentação. A fala nos permite perceber o carinho e a possibilidade que esse carinho tem na transformação da conduta alimentar.

Identificamos que os alunos, na escola estudada, possuem conhecimento da agricultura familiar por intermédio das merendeiras, mostrando a importância da merendeira no processo de EAN.

Merendeira M2: *tudo que se faz de projeto acaba envolvendo a cozinha. Se é uma alimentação mais saudável, a gente participa. Tem gente que fala assim: “ah o aluno não sabe comer isso ou aquilo”, se a gente não tiver a participação do professor incentivando não adianta, você pode fazer a melhor comida que eles não comem. A gente fazia um trabalho junto como professor de prato triste e feliz, tudo para incentivar a alimentação, porque senão eles não aprendem a comer, não adianta. Se a gente não trabalhar junto não adianta.*

[...] a gente fala que o produto vem daqui mesmo de Mesquita, que é natural. A gente falava assim: “é sem veneno, hein, esse produto aqui é sem veneno”. A gente mostrava a diferença no produto que compra que tem uma durabilidade maior por causa dos agrotóxicos e aqueles que não tinham.

A merendeira, ao se posicionar sobre o seu papel na alimentação escolar, esclarece sua importância e a possibilidade que a cozinha pode realizar na transformação prática da alimentação. Por intermédio da cozinha diversos saberes se encontram, a física explicará sobre fenômenos naturais, ciências abordará várias cadeias químicas no processo de cozimento e as áreas humanas esclarecerá sobre a culinária e sua influência de diversas culturas. A cozinha é um espaço prático, é vivência de casa, por esse motivo a merendeira esclarece a importância da cozinha nos processos educativos. Ao comunicar ao aluno que o produto produzido vem do município em que mora, traz pertencimento do alimento da terra em que vive, mostra a possibilidade do município, com poucas atividades econômicas e culturais, em ser um potencial na área da agricultura.

Professor: *Quando o conhecimento não se conecta com outros conhecimentos e com a vida prática, o aluno se perde muito mais fácil. É claro que cada professor na sua sala tem que tentar fazer essa conexão, mas se a gente conseguisse fazer entre os professores seria melhor. A gente já teve essa tentativa algumas vezes, mas o máximo que consigo é fazer um sarau com o professor de português. Já fiz com o professor de educação física também. É pouco, porque na verdade a gente não tem tempo pago para isso, a verdade é essa, risos.*

Da muito mais trabalho e financeiro, porque tem material, nem sempre a escola tem material, ai você tem que comprar material, ai assim, enfim...

A fala do professor de ciências demonstra a necessidade de integração entre o conhecimento e a prática do aluno. Educandos e educadores devem estar abertos à curiosidade e ao aprendizado por ambas as partes. Atitudes e palavras ficam caracterizados na vida dos educandos, por isso a influência dos educadores são marcadas fortemente.

A questão da interdisciplinaridade também é citada, e pela fala do professor essa questão sedimenta o conhecimento na vida do aluno. A interdisciplinaridade é um conceito que garante o aprendizado do aluno por meio de diversos conhecimentos, nessa perspectiva o aluno tem a possibilidade de acompanhar as transformações do mundo de forma crítica.

Professor: Aproximar os alunos da produção de alimentos seria ótimo, de entender de onde vem a comida. O que é o alimento industrializado, o alimento não deixa de ser comida, o biscoito era farinha que era milho. Entender isso, ver a produção, ver o alimento, ver o vegetal crescendo, se os alunos tivessem acesso a isso seria muito importante. Eles não conseguem pensar numa bananeira com banana. Ter uma conexão maior, ter esse diálogo, seria super legal. O meu sonho seria uma horta na escola.

O contato que a gente teve com agricultores foi pela SEMED há muito tempo atrás. Os professores de ciências da rede toda foi chamado para participar, foi um projeto para os professores de ciências conhecerem essa iniciativa com a agricultura familiar.

O professor de ciências é visto como o principal colaborador em passar o conhecimento sobre alimentação. Esse conceito tenta ser quebrado com a noção de interdisciplinaridade, mas pela fala acima ainda há essa tendência em definir o professor de ciências como o único apto a desenvolver tarefas que incluam a alimentação.

A alimentação escolar possui potencial para o desenvolvimento de educação alimentar e nutricional porém, no nosso estudo, ainda encontra-se limitada a Semana de Alimentação Escolar, restringindo-se apenas a semana que é proposta, não dando continuidade. Além das questões estruturais da escola e de falta de colaboração da gestão, o professor fica limitado e desestimulado a passar seus conhecimentos sobre alimentação. O projeto de se ter uma horta na Escola, envolve vários atores sociais e essa integração garantiria mais conhecimento sobre meio ambiente, alimentação e

agricultura familiar. A horta proporciona atividades de plantio, conhecimento dos alimentos, sustentabilidade e integração homem e meio ambiente. Esses conceitos ultrapassa os muros escolares, vai até a família dos escolares, podendo proporcionar conhecimento sobre as diversas formas de plantar e conhecimento dos alimentos, permitindo uma educação alimentar na sua forma prática.

Professor: Os alunos não sabem dessa compra, eles não sabem disso. Eu acho muito positivo se eles soubessem dessa compra, porque tem alunos que são de áreas mais rurais. Eles sabendo de onde vem, alguma coisa de receber um selinho: ah essa escola recebe do agricultor tal. Acho que seria muito legal. Acho até que aumentaria o interesse pela merenda, eles não tem muito interesse pelo almoço, o lanche tem bastante interesse.

Sempre tem fruta no cardápio, às vezes o legume não tem.

A prefeitura não incentiva. No meu primeiro ano aqui eu escrevi um projeto direto para o ministério, tinha uma pauta aberta, um edital de escola sustentável. A gente foi contemplado e eu nunca vi esse dinheiro chegar. A gente escreveu um projeto de horta na escola, captação de água e composteira. Eu ficava aqui até às 19 horas, escrevendo o projeto, amarradona, feliz porque ia ter o projeto e nunca teve. Nunca veio o insumo, a direção passada falou: “vai entrar”. Ai muda a gestão e nada.

As dificuldades apresentadas pelo professor, que possui inúmeras atividades no espaço escolar, impedem que algumas informações sejam passadas aos alunos. A merendeira por ser um profissional de ponta e que está exclusivamente relacionada à alimentação consegue uma interação entre comida e aluno. A ideia em estabelecer um selo para as escolas que recebem alimentos da agricultura familiar é uma forma de interação entre agricultor e aluno. A decepção de ter feito um projeto e a verba não ter ido para a escola beneficiada com o projeto, fica claro na fala do professor, que esse fato desestimula o profissional e os projetos ficam desacreditados não dando continuidade.

Subcategoria.III.b. A terceirização da alimentação escolar.

Presidente cooperativa: alguma empresa bancou a eleição, aí te pergunto: de quem é a preferência? O agricultor familiar que não deu nenhum centavo para a eleição? Não! Geralmente é para a empresa. Então, agricultura familiar vai ter 15 dias no

final do ano, para dizer assim: “Não, a gente está cumprindo com os 30%”! mas nós sabemos que não é bem assim, sabemos que tem uma empresa, que bancou aquela eleição, então a prefeitura tem uma dívida com essa empresa. Primeiro, tem que obedecer essa empresa e por último a agricultura familiar. A gente sempre fica por último. Ainda tem um atravessador, porque se a gente tem que entregar para uma empresa o nosso produto, ai depois que vem o repasse para depois pagar a gente.

[...] quando a gente entregava diretamente para a SEMED era melhor.

Agricultor 2: *Foi a melhor época, quando a gente entregava para a SEMED.*

Presidente cooperativa: *Nunca entregamos como cooperativa, sempre individual, nessa época era ótimo, quando era a SEMED. O trâmite era menor, a gente entregava o produto e já recebia a nota, recebia mais rápido.*

A gente podia ter uma conversa, somos pequenos agricultores, ai vem me pedir de uma vez só 300 Kg. Não, acho que isso é um erro, a empresa não quer saber, eu como cooperativa tudo bem, mas eu como individual, é um erro pedir tudo isso de uma vez. Ai ele vem e te fala: está faltando 15 dias para entregar, ai vem e te pede: (isso é para você não entregar) “eu quero 600 kg de banana”, ai como você vai se virar para entregar isso tudo, de uma vez só. Isso não está ajudando.

As falas ficam claras sobre os problemas relacionados com a empresa terceirizada, os agricultores nos fazem concluir que a empresa terceirizada prejudicou o fluxo das compras dos alimentos da agricultura familiar. Quando a compra era de responsabilidade da SEMED os pagamentos não demoravam tanto para serem depositados, isso mostra que não é a quantidade de verba recebida, mas interesses políticos. Dificultar a compra dos gêneros da agricultura familiar favorece a terceirizada, que compra os alimentos mais barato no mercado varejista. O planejamento do cardápio deve ser realizado previamente e essa atribuição é de responsabilidade da empresa terceirizada. O afastamento entre a empresa terceirizada e o agricultor familiar impede fluxos que os beneficiem, como troca de gêneros do cardápio por outros que agricultor tem em maior quantidade e o respeito a sazonalidade. Percebe-se um abismo entre a aplicação do PNAE, com relação a agricultura familiar e os interesses da empresa terceirizada.

Merendeira M2: *Se a gente pensar na gestão de quando era a SEMED, a merenda era muito diferente. Os insumos eram outros, a qualidade está equilibrada. Não era igual a gestão da SEMED comparando com a empresa, mas tínhamos outro padrão de qualidade.*

Merendeira M1: *Eu acho que era melhor com a SEMED.*

[...] A cozinha não é só cozinhar. A SEMED vasculhava a cozinha no alto e baixo. O nutricionista chegava e tirava até o negócio de colocar sabão, para ver o que tinha dentro. Para você ter ideia de como era rigoroso isso aqui, era cheio de cartaz pendurado: Não pode entrar sem touca, não pode isso, não pode aquilo. Era uma loucura antigamente, agora está mais, está mais assim, não tem mais aquela coisa. Os nutricionistas não saíam daqui, sempre tinha três, quatro. Entrava para ver tudo, via validade de produto, era muito rigoroso, era muita coisa na cabeça da gente. Agora amenizou mais, esse negócio de limpeza, nossa! Tinha que limpar muito, a SEMED era muito rigorosa. Eu falo lá para os meus vizinhos: Todo mundo fala mal de prefeitura, eu não tenho que dizer, eles eram excelente profissionais, eles viam tudo. Eu não estou puxando o saco porque meu salário não vai aumentar, risos. Mas dava gosto de trabalhar, porque você aprendia a ser profissional. Hoje em dia, a gente tem que limpar tudo, mas não é mais aquela coisa aquela rigidez.

Merendeira M2: *A gente aprendia todas as técnicas de conservação, a gente faz até hoje, porque a gente aprendeu. A gente ainda utiliza mesmo sem a presença da SEMED.*

Outro ponto citado é a qualidade dos insumos comprados pela SEMED e os produtos distribuídos pela empresa terceirizada. Pelas falas, a SEMED distribuía produtos de melhor qualidade, além de todo o controle de qualidade que as cozinhas das escolas recebiam. A cozinha é o espaço que deve receber um controle efetivo, e, para que isso ocorra, diversos procedimentos são realizados, como por exemplo lavagem de mão, lavagem de bancadas, diluição correta de produtos para lavagem de frutas e hortaliças, técnicas de conservação dos alimentos, entre outros. Esses controles biológicos são de extrema relevância para garantir o alimento seguro. A empresa terceirizada é responsável pelo treinamento dos funcionários e controle das cozinhas escolares, a merendeira M1 denuncia a pouca ida dos profissionais da terceirizada para

o controle microbiológico. Mais um ponto em que a empresa terceirizada deixa a desejar em relação a SEMED. Essa questão, nos faz refletir a quem a empresa terceirizada interessa? Diante de tantas deficiências, a empresa terceirizada na alimentação escolar é a melhor opção? Setores públicos sempre são questionados sobre sua efetividade e eficiência, contudo, nas falas dos agricultores e merendeiras fica claro que a alimentação escolar era mais efetiva e mais eficiente antes da terceirização.

Subcategoria.III.C. Percepções dos atores sobre os alunos com relação a alimentação escolar.

Merenda M1: *A gente faz de tudo para eles comerem, e o repolho nem adianta, joga tudo fora. Ai você vê eles levantando e jogando na lata do lixo. É uma luta. Beterraba é uma batalha, tem um que fala assim: “tia, coloca a minha comida mas não coloca esse bagulho vermelho não”, risos. Eles são cheio de escolhas. Eles não gostam de nada, só gostam da polenta e do purê de batata.*

[...] eles adoram carne moída e macarrão, mas o legume é uma luta.

Merendeira T: *Come uma meia dúzia de alunos (o legume), porque a maioria vai para o lixo, a gente vê e fica triste. A gente tenta de tudo, mas eles não vão se adaptar.*

[..] tem coisas que por incrível que pareça, a gente pensa que eles não vão gostar, mas gostam a sopa de ervilha é uma delas.

[...] a sopa come bem, vai todos os legumes, o repolho na sopa adoram. Mas ele picadinho não come.

Nessas falas fica evidente o papel da alimentação escolar nas mudanças de hábito alimentar. Muitos alunos não comem certos alimentos por não possuírem a possibilidade de consumir em casa. O hábito alimentar da família influencia nas escolhas dos alunos. Polenta, batata e macarrão são alimentos frequentes na alimentação, por serem baratos e o rendimento é maior. Na fala da merendeira T há uma descrença na mudança do hábito alimentar, essa merendeira começou a trabalhar pouco tempo nessa função, acredito que sua fala está relacionada a pouca prática com os alunos, tanto que ela sinaliza que tem novas preparações, como a sopa de ervilha, que os alunos comem bem, mostrando que a alimentação saudável deve ser estimulada para que seja efetiva, as diversas opções e a interação no espaço escolar pode promover escolhas saudáveis.

Merendeira M2: *Nem todo aluno tem acesso a esse tipo de alimentação, a gente tem que ficar escondendo e mesmo assim eles acham e jogam fora, a cultura familiar não inclui alguns alimentos, não inclui.*

Merendeira T: *A gente tenta oferecer e ajudar que eles entendam que a comida da escola é melhor. Tentar fazer com que essas pessoinhas tenham dias melhores.*

Nutricionista T: *A gente tenta sempre mudar o cardápio para não ficar repetitivo, isso melhora a aceitação deles.*

[...] as escolas do centro de Mesquita, tem um problema: o jovem tem vergonha de comer. A gente vai criar tipo um self service, para ver se eles comem. Eles tem vergonha de comer porque tem a questão da obesidade. “Ih tu vai comer, tu já está gorda”. Ai cria o bullying, ai os alunos na fase da adolescência eles não comem porque não querem, não gostam, eles não comem por vergonha. As escolas grandes que tem muitos jovens, depois da 6ª série, eles tem vergonha de comer. Os jovens tem vergonha de comer, porque tem os grupos dominantes dentro das escolas. Se o grupo dominante vai, todos vão, mas se o grupo não for, você vê a resistência, não adianta que eles não comem, não vão o refeitório. Ai você vê uma escola com 2000 alunos e não merenda ao dia nem 1000. Aqui a escola que mais comem é na Chatuba. A questão do grupo é um fator social.

Novamente a questão cultural foi apontada como um fator preponderante para que os alunos não se alimentassem na escola. A alimentação escolar ainda é vista como uma forma de poder socioeconômico, que traduz em quem tem menos recursos financeiros comem na escola. O comer na escola ainda está relacionada em separar os que tem comida em casa e os que não tem, distanciando-se do direito de todos em se alimentar. O fato da maior concentração de alunos que se alimentam na escola está no bairro da Chatuba, o bairro mais pobre do município, nos faz concluir que a vinculação do PNAE como programa de assistência aos necessitados se mantém. Contudo, a alimentação como direito ainda não tem espaço para debates na escola estudada. Os alunos sabendo dos seus direitos vinculados a alimentação, pode contribuir para o aumento no número de alunos que comem nas escolas do município.

No estudo de Portronieri (2010), avaliando escolares do ensino fundamental, de

escola pública no Rio de Janeiro, observou-se que a percepção do corpo está ligada aos padrões impostos pela sociedade contemporânea. Além disso, o estudo concluiu que nesta escola a propagação do “feio e belo” é realizado constantemente sem gerar reflexões, que os padrões referidos pela sociedade muitas das vezes não se enquadra na realidade que esses alunos vivem. Mostra-se a necessidade de se dialogar sobre os padrões de corpo evidenciados pela sociedade, como uma forma de entender nesses espaços as dificuldades do jovem, para que se sinta capaz de criticar os padrões, para que a mudança de hábitos alimentares possa ocorrer.

A nutricionista T ao detectar essa situação, busca uma possibilidade que pode ser efetiva. Ao expor a comida no modo self-service, pode contribuir para que melhore a relação aluno- merenda. O aluno com a possibilidade de ver e sentir o cheiro dos alimentos, pode criar vontade de experimentar a comida da escola, e como dito pela nutricionista T ao perceber que a comida é atrativa, o grupo pode se interessar pela comida.

Percebemos a necessidade de trabalhar no currículo escolar o tema alimentação como um direito garantido por lei. Vemos os reflexos de não se trabalhar o tema alimentação de forma reflexiva, quando nos deparamos com a fala abaixo da professora, que traduz que os alunos preferem comer qualquer coisa industrializada do que a comida ofertada pela escola. Os que comem na escola, pela fala da professora, comem porque realmente precisam, isso estabelece uma relação de inferioridade, estigmatizando o grupo que come na escola como os necessitados e sem recursos financeiros.

Professor: Muitos alunos tem preconceito. Às vezes eles preferem comer um biscoito do que a merenda. Mas tem vários que comem todo o dia porque precisam dessa merenda, vários.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante das entrevistas, constatam-se dificuldades operacionais na aplicação da Lei nº 11947/09 (Lei do PNAE) na compra dos gêneros da agricultura familiar. A agricultura familiar possui produção necessária para atender as escolas. Além do mais,

seus produtos são agroecológicos, o que garante os preceitos da SAN, porém algumas dificuldades são encontradas como, por exemplo, a logística para a entrega dos alimentos. Outra dificuldade encontrada é o fato de que alguns produtos que são produzidos em grande quantidade pela agricultura familiar não se encontram no cardápio da alimentação escolar, como exemplo a manga e a acerola, dificultando assim o escoamento da produção.

Incentivar a produção local é um fator preconizado pelo PNAE, no caso do município de Mesquita, muitos agricultores não conseguem ter a renda necessária só com a venda de seus produtos. Os agricultores denominados de pluriativos, cultivam a terra mas se envolvem em outras atividades para melhorar os recursos financeiros. Essa situação reforça que a maioria dos agricultores são de idade avançada, seus filhos se estabelecem em outros espaços para o sustento.

A burocracia é um dos fatores inibidores da participação dos agricultores no PNAE. A demora nos processos de chamada pública e na realização do pagamento são fatores que implicam na baixa adesão destes agricultores ao programa.

Os sítios produtores estão inseridos numa APA, logo a produção é agroecológica respeitando o meio ambiente. Este fato permite a observância de um dos preceitos da SAN, que é a garantia de alimentos que não forneçam riscos à saúde humana. Os agricultores tem a cultura de produzir frutas, pois as árvores frutíferas fazem parte das áreas antes da chegada dos agricultores, e aipim esse fato mantém a características da região. Para que se efetive os 30% de compra da agricultura familiar, preconizado pelo PNAE, busca-se a necessidade de inserir no cardápio frutas como manga, acerola, jaboticaba. Informações sobre os produtos produzidos para a comunidade faz-se necessária para a divulgação e a importância do modo de produção agroecológica que produz alimentos sem risco para a saúde e não degradantes ao meio ambiente. Além de programas por parte da prefeitura, como a possibilidade das hortas escolares, que aumentaria os gêneros comprados. O baixo número de DAPs influencia a baixa compra pelo PNAE, pois, para reconhecimento de agricultores para políticas públicas é necessário o cadastro. A cooperativa e a agroindústria são potenciais para agregar mais agricultores e mais produtos.

Ainda percebemos nas entrevistas, a alimentação escolar realizando um papel que originariamente não seria o seu, qual seja, o papel de ser o principal fornecedor de alimentos para os alunos da rede pública de ensino, que, em grande parte, integram famílias carentes que encontram sérias dificuldades financeiras para lhes prover a

alimentação necessária e adequada ao seu desenvolvimento.

A terceirização da alimentação escolar, fragilizou a compra da agricultura familiar. A fragilidade está nas relações de trabalho e a compra possui caminhos burocráticos maiores de quando realizados pela SEMED.

O tema alimentação nas escolas, mesmo caracterizado nos PCNs como tema transversal, ainda está muito associado ao professor de ciências, ficando este responsável pela elaboração de atividades que abarquem o tema. Não obstante o município ter constituído a Semana de Alimentação Escolar, o tema alimentação fica restrito a esta semana, com pouca ou nenhuma atividade sobre o tema durante os períodos seguintes. Ante complexidade do tema, o mesmo deveria ser exposto e debatido com maior periodicidade nas escolas. O envolvimento de todos os componentes da sociedade na discussão acerca da alimentação saudável é relevante para a melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Considerando os limites e as possibilidades do município, uma tabela foi construída para um panorama geral sobre a agricultura familiar.

Tabela 7. Limites e possibilidades da agricultura familiar no município de Mesquita no contexto escolar.

Limites	Possibilidades
Produção, baixa variedade de produtos	Aumento das vendas, por meio da divulgação dos produtos
Falta de informação sobre a agricultura familiar e produtos produzidos	Aumento na quantidade de agricultores associados a cooperativa.
Incentivo financeiro para elaboração das atividades nas escolas	Selo de orgânico para aumentar o mercado
Acesso aos sítios	Compra dos produtos, por parte da SEMED, mais produzidos pelo

município, como é o caso da manga e acerola

Implantação de hortas nas escolas, os agricultores ficariam responsáveis em cuidar e ensinar sobre as técnicas aos alunos, e o que fosse produzido ficaria para a alimentação escolar e o recurso iria para o agricultor responsável

Não consegue atingir os 30% preconizado pela lei do PNAE Formar vínculo entre agricultor escola fortalecendo a cultura do local

As possibilidades propostas por essa pesquisa, podem contribuir para o aumento na compra dos produtos da agricultura familiar. Acreditamos que ampliaria o mercado consumidor, o fato do conhecimento desses produtos por parte da população do município. A escola poderia ser um caminho interessante e viável para esse conhecimento, ações educativas buscando interação sobre o que é plantado pelos agricultores e a forma como ocorre esse plantio poderia proporcionar a distribuição desses conhecimentos pela população. A horta escolar é uma forma de interação entre agricultor e alunos, estabelecendo vínculos e conhecimentos.

O fortalecimento dos agricultores na agroindústria e na cooperativa poderiam contribuir para a venda no PNAE, aumentando a renda desses agricultores. Poucos agricultores possuem DAP o que dificulta a venda para o PNAE.

O fato do município possuir um espaço rural de dimensões e plantios consideráveis, chama a atenção o fato de não atender o mínimo de 30 % preconizado pela lei do PNAE. Os limites que são propostos pelo estudo podem ser diminuídos se a prefeitura contribuir com incentivos financeiros, como a melhoria no acesso aos sítios e subsídios para a compra de material para agricultores, poderiam impulsionar a venda dos produtos.

7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABERC. História e Mercado. s/d. Disponível em: <http://www.aberc.com.br>. Acesso em: setembro de 2017.

ABRANDH- Ação Brasileira pela Nutrição e Direito Humanos. **Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação Adequada**. Brasília, 2005.

ABRAMOVAY,R.;PIKETTI,Marie-Gabrielle. **Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar(PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90**. Cadernos da ciência & tecnologia.vol.22,nº1,Brasilia,2005,pp.53-66.

ABRASCO. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 - Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde**. Dossiê Abrasco.2012.88p.

ABREU, M. **Alimentação Escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico?** Em aberto 67,1995.

AMBIENTE BRASIL. Agroecologia. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/?p=busca&cx=014396835092651602600%3Ajwswr z1ls84&cof=FORID%3A11&ie=UTF-8&q=agroecologia&sa.x=16&sa.y=12>. Acesso em agosto de 2107.

ANDRADES, T.O.de.; GANIMI, R.N. **Revolução Verde e a apropriação capitalista**. CES Revista, v.21. Juiz de Fora,2007.p.43-56.

ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos-PARA**. Brasília,2016.

ALMEIDA, A.L.S.A. **Agricultura familiar em escolas estaduais do município de Duque de Caxias: arranjos operacionais e processos educativos**. 2016.176f. Dissertação (mestrado em educação). UFRJ, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde,2016.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

BELIK, Walter; DEL GROSSI, Mauro. **O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais no Brasil**. Texto preparado para o painel políticas de combate à pobreza: segurança alimentar, nutrição, renda mínima e ganhos de produtividade na agricultura. Juiz de Fora, 2003.

BELIK,W.;DOMENE, S.M.A. **Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo-Brasil**. Agroalimentaria,Vol.18;nº34 Enero-junio, 2012.

BENECKE, D. W. **Cooperação e Desenvolvimento; o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo**. Porto Alegre, 1980.

BEZERRA, J.A.B. **Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

BOOG, M.C.F. **O professor e a alimentação escolar: ensinando a amar a terra e o que a terra produz.** Campinas, SP: Komedi, 2008.

BOOG, M.C.F. **Educação Nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural.** Rev.Nutr., Campinas, 23(6). 1005-1017, nov.-dez., 2010.

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos sócioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, 2011.** [Internet]. Acesso em maio de 2017. Disponível em: <http://www.cedca.rj.gov.br/pdf/Mesquita.pdf>.

_____. Lei Federal n.6902, de 27 de abril de 1981. **Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.** Diário oficial da União. Brasília (DF), 1981.

_____. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília(DF), 2000.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** Brasília (DF), 2013b.

_____. Decreto nº858, de 4 de março de 2010. **Dispõe sobre o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Mesquita, e dá outras providências.** Diário Oficial de Mesquita. Mesquita(RJ), 2010.

_____. Lei nº8666 de 21 de junho de 1993. **Institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.** Diário Oficial. Brasília, 1993.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Decreto nº 72034, de 30 de março de 1973. **Institui o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN, aprova o I PRONAN e dá outras providências.**

_____. Lei número 11346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília (DF), 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição-PNAN.** Brasília, 2008.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** Brasília (DF), 2013b.

_____. Resolução/CD/FNDE. **Resolução número 32 de 10 de agosto de 2006. Estabelecer as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE.** Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012b.

_____. Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010. **Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.** Diário Oficial. Brasília, 2010.

_____. Decreto 6272, de 23 de novembro de 2007. **Dispõe sobre competências, composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA.** Diário Oficial da União. Brasília (DF), 2007.

_____. MDS.SISAN. **Orientações para elaboração de um plano de segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios.** Brasília, 2014.

_____. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Brasília, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição –PNAN. **Textos Básicos de Saúde.** Brasília, 2008.

_____. Lei Federal número 11.947, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na escola aos alunos de educação básica. Diário oficial da União. Brasília (DF), 2009.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA. Disponível em: [http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos- CONSEA](http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos-CONSEA), 2015. Acesso em AGOSTO DE 2017

_____. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** Brasília, 2014.

_____. Ministério de desenvolvimento agrário. **Políticas públicas para agricultura familiar.** Brasília, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <http://mds.gov.br/seguranca-alimentar/compras-governamentais/programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em agosto de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Cartilha: o encontro da agricultura familiar com a Alimentação Escolar - Atualizada 2011.** Brasília, 2011. Disponível em: . Acesso em: agosto, 2017.

_____. Lei número 10831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília (DF), 2003.

_____.Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. **Instrução normativa nº46 de 6 de outubro de 2011**. Brasília,2011.

_____.Lei Federal número 11.947, de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na escola aos alunos de educação básica**. Diário oficial da União. Brasília (DF),2009.

_____.Ministério da Educação. Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31959>. Acesso em agosto de 2017.

_____.Ministério da Educação. Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**.Brasília,2009.

_____.Ministério da Saúde. **Escolas Promotoras de Saúde: experiências no Brasil**. Brasília,2006d.272p.-(Série Promoção da Saúde;nº6).

BUSS, P.M. **Promoção da saúde e qualidade de vida**. Ciênc. Saúde coletiva [online].2000,vol.5,n.1,pp.163-177.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar**. Temas de Administração Pública, v. 8, n.2, 2013.

CARNEIRO,M.J. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol.11, outubro 1998: 53-75.

CARNEIRO, M. J. **O ideal rurbano: a relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais**. XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 1998.

CARNEIRO, M.J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos Sociedade e Agricultura; 1997: 70-82.

CASTRO, J. **As condições de vida das classes operárias no Nordeste**. In: Castro J. Documentário do Nordeste. 2.ed. São Paulo: Brasiliense; 1959.

CAZELLA, A.A.;MATTEI,L. SCHNEIDER,S. **Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** (1995-2003). In: SCHNEIDER,S.;SILVA,M.K.;MARQUES,P.E.M (Orgs.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.2ª edição. Porto Alegre: editora daUFRGS,2009.p.21-49.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rj/mesquita/panorama>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br> >, Acessado em: maio de 2017.

COIMBRA, M., MEIRA, J.F.P, STARLING, M.B.L. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte: MEC/INAE; 1982. 7.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução nº358 de 18 de maio de 2005. **Dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências.** Brasília, 2005.

CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA. 1992. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Plano de Ação.** Volume 1: Referências Básicas. UNICAMP, Campinas.

COSTA, B.A.L.; AMORIM, P.C.G.A.; SILVA, M.G.da.; **As cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais Em Minas Gerais.** RESR Piracicaba-SP vol.53;nº1.p.109-126, 2015.

COSTA, E.Q.; RIBEIRO, E. C. ;RIBEIRO, V. M. B. **Programa de Alimentação Escolar.** Espaço de aprendizagem e produção do conhecimento. Revista Nutrição. Campinas, v.14,n.3, p.225-229, set./dez., 2001.

DANELON, M. S., DANELON, M. A. S.; SILVA, M. V. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: Experiências da autogestão e da terceirização.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 16, n. 2, p. 110-133, 2009.

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio-cultural.** In: Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte, 1996.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

DIEESE. Relatório Técnico - **O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil.** Convênio SE/MTE nº 04/2003.

DINIZ, P. ;BEZERRA, I. **O social que alimenta: estratégias de inserção e permanência no Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Revista SODEBRAS, vol.10; nº112, abril/2015.

DYSARZ, F.P. **O saber da merenda: práticas educativas no contexto da alimentação escolar.** 2015-108f. Dissertação (Mestrado em educação). UFRJ, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, 2015.

ESTEVES, A.O.; SOUZA, M.P. **Avaliação Ambiental Estratégica e as Áreas de Proteção Ambiental.** Eng Sanit Ambient, Edição Especial, 2014.

FBSSAN - FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Que alimentos (não) estamos comendo?** Carta Política do VII Encontro Nacional do FBSSAN. Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA VA, Magalhães R. **Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais.** Cad Saúde Publica 2007; 23 (7):1674-1681.

FERRIANI, Maria das Graças C.; GOME, Romeu. **Saúde Escolar – Contradições e Desafios.** Goiânia-GO: AB Editora, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Paz e Terra, 2005.

FREITAS, M.C.S.; MINAYO, M.C.S.; RAMOS, L.B.; FONTES, G.V.; SANTOS, L.A.S.; SOUZA, L.C.; SANTOS, A.C.; MOTA, S.E.; PAIVA, J.B.; BERNARDELLI, T.M.; DEMETRIO, F.; MENEZES, I. **Escola :Lugar de comer e estudar**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4). P.979-985, 2013.

FRIEDMANN, H. **Uma economia mundial de alimentos sustentável**. In: BELIK, L.; MALUF, R.S., 2000.

FROTA, J.W.S. **Educação e alimentação: Ideias sociais, políticas e pedagógicas na obra de Dante Costa**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como exigência para obtenção do Título de Mestre, 2011.

FROZI, D.S.; GALLEAZI, M.A.M. Políticas Públicas de Alimentação no Brasil: uma revisão fundamentada nos conceitos de bem-estar social e de segurança alimentar e nutricional. *Cadernos de Debates*, Campinas, São Paulo, V.XI, p.58-83, dez. 2004.

FULLER, A. M. (1990). **From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe**. *Journal of Rural Studies*, v.6, pp.361-373.

GALIAZZI, M. C.; MORAES, R. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.- 224p.

GALLINA, L.S.; TEO, C.R.P.A. **Terceirização da Alimentação Escolar: Um estudo de caso sob a ótica dos professores**. Apresentado no 1º Convibra-Gestão, Educação e Promoção da Saúde; 2012.

GALLO, S. **Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar**. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (orgs.) *O Sentido da Escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOMES, K.S. **COZINHANDO E DIALOGANDO: merendeiras, suas possibilidades e desafios para ações de educação alimentar e nutricional em escolas públicas do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

GREENWOOD, R. L. **O cotidiano escolar permeado pelo direito à alimentação: Um diálogo com os atores sociais da escola**. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GREENWOOD, R.; FONSECA, A.B. **Direito Humano à alimentação no cotidiano escolar: diálogos com alunos**. In: *Alimentação Escolar e práticas educativas inovadoras: reflexões e ações de educação em saúde no contexto escolar*. FUJB/UFRJ, 2012.

INAD. Instituto de Nutrição Annes Dias. **Programa de Alimentação Escolar do Município do Rio de Janeiro**. Prefeitura do Rio de Janeiro, 1996.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. Disponível em: Portal/MegaDropDown/Institucional/O_que_e_o_Inea/index.htm&lang=. Acesso em: outubro, 2017.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O FUTURO NASCE DA TERRA**. Dezembro/1999

IUCN. **Plants in danger. What do we Know?** Cambridge, 1986.

KAC, G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. **A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. 4- 5, 2003.

L'Abbate S. **As políticas de alimentação e nutrição no Brasil**. I. Período de 1940 a 1964. Rev Nutr. 1988; 1(2):87-138.

LEVY-COSTA, R. B. et al. **Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003)**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 530-540, ago. 2005.

LIMA PEIXINHO, A.M. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional**. Ciência & Saúde Coletiva, April, 2013, Vol.18.

LIMA, J.R.T.de.; FIGUEIREDO, M.A.B. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**, In: LIMA, J.R.T.de.; FIGUEIREDO, M.A.B (org). Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006.p.57-81.

MATTELL. **A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, p. 1055-1073, out/dez 2007

MESQUITA (RIO DE JANEIRO). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mesquita_\(Rio_de_Janeiro\)&oldid=48819509](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mesquita_(Rio_de_Janeiro)&oldid=48819509)>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MORAES, R. Uma Tempestade De Luz: **A Compreensão Possibilitada Pela Análise Textual Discursiva**. Ciência & Educação, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NOGUEIRA, R.M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas – SP** [dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2004. 155 p.

NICOLESCU, B.. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo:TRIOM, 2005. 3 ed., 167p.

NITZKE, J.A., THYS, R., MARTINELLI, S., OLIVEIRAS, L. Y., AUGUSTO RUIZ, W., PENNA, N.G. & NOLL, I.B. **Segurança alimentar: retorno às origens?** *Brazilian Journal of Food Technology*, 15, 2-10. 2012.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/aceso> em julho de 2017.

OLIVEIRA,I.B. **O currículo como criação cotidiana**. Petrópolis , RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ,2012.136p.

PANNELI-MARTINS,B.E. **Análise de método e avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional: uma contribuição para a política municipal de SAN**. Dissertação.Salvador: UFBA / Escola de Nutrição, 2007.

PEIXOTO, G.L; MARTINS,S.V; SILVA, A.L.da; SILVA,A. **Composição florística do componente arbóreo de um trecho de Floresta Atlântica na Área de Proteção Ambiental da Serra da Capoeira Grande, Rio de Janeiro, RJ, Brasil**. Acta bot. bras. 18(1): 151-160. 2004.

PIPITONE, M.A.P. **Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

RAIGÓN, M.D. **Alimentação ecológica: uma questão de qualidade**. Agriculturas • v. 11 - n. 4 • dezembro de 2014.

RECINE,E.; VASCONCELLOS, A.B. **Políticas Nacionais e o campo da alimentação e nutrição em saúde: cenário atual**. Ciênc. saúde coletiva vol.16 no.1 Rio de Janeiro Jan. 2011 .

RODRIGUES, R.M.; BOOG, M.C.F. **Problematização como estratégia de educação nutricional com adolescentes obesos**. Cadernos de Saúde Pública, v. 22, n. 5, p. 923-931. 2006.

ROSA, Antônio Vitor. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

SABOIA, J. **Salário mínimo: a experiência brasileira**. São Paulo: L&PM; 1985.

SANTOS,L.A.S.; CARVALHO, D.M.M.;REIS,A.B.C.;RAMOS,L.B.;FREITAS,M.C.S. **Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência**. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v.18, n.4, abr. 2013.

SANTOS,L.A.S. **O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(2):453-462, 2012.

SANTOS, Akiko (Orgs.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, 2005. p. 19-63.

SARAIVA, SILVA, SOUZSA, CERQUEIRA, CHAGAS & TORAL. **Panorama da compra de alimentos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Ciência & Saúde Coletiva,Vol.18,2013.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995- 2003)**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.21-49.

SHALL, V.; STRUCHINER, M. **Educação em Saúde: novas perspectivas**. Cadernos de Saúde Pública, v.15, n.Supl, nov.1999.

SILVA, A.C.da. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição**. Estudos avançados 9(23), 1995.

SILVA, A.P.F.; SOUSA, A.A. **Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil**. Ver.Nutr., Campinas, (26):701-714, nov./dez., 2013.

SILVA, E.C.R. **Agricultura Urbana como instrumento para a educação ambiental e para a educação em saúde: decodificando o protagonismo da escola**. 2010.239f. Dissertação(mestrado em educação).UFRJ, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, 2010.

SILVA, S.P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: IPEA; 2014.

STOLARSKI, M.C.; CASTRO, D. **Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública de 2003-2004**. Revista Paranaense de desenvolvimento.2007;113:31-58

SOUZA, T.S.N.; FONSECA, A.B.C. **Alimentação, identidade e saúde: concepções e práticas de profissionais de educação e de saúde**. In.:Alimentação Escolar e práticas educativas inovadoras: reflexões e ações de educação em saúde no contexto escolar. FUJB/UFRJ, 2012.

TEO, C.R.P.A; MONTEIRO, C.A. **Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos**. Rev. Nutr., Campinas, 25(5):657-668, set./out., 2012.

TRICHES, R.M. e SCHNEIDER, S. **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção**. Ciência & Saúde Coletiva. Vol.19, 2010.

TURPIN, M E. **A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares**.2009.

VALENTE, Flavio. **Direito Humano à alimentação- desafios e conquistas**. SP. Cortez, 2002.

VASCONCELOS, F.A.G.; **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Rev. Nutr., Campinas, 18(4):439-457, jul./ago., 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o rural como espaço singular e ator coletivo**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 87-145.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **“Franja Periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares.** In: Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas do futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WERLE, F. O. C. **Terceirização e democratização na instituição escolar: Serviços de merenda e limpeza.** In: Simpósio brasileiro de políticas e administração de educação, 21, 2003, Recife. Anais... Recife, novembro de 2003.

ZANONI.M.M et al. **Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2. p. 39-55, jul. dez. 2000.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. : **preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente.** Petrópolis: Vozes, 2001.

Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE
NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Um local de aprendizagem: agricultura familiar no Pnae e seus desafios”. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as experiências nas escolas de educação fundamental do município de Mesquita, que relaciona o processo educacional com a agricultura familiar. Este estudo justifica-se, uma vez que à partir da promulgação da Lei 11.947/09, tornou-se obrigatória a compra, por parte dos municípios e estados, de no mínimo 30% do repasse do governo federal, de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: A sua contribuição no referido estudo será através de participação em entrevista semi-estruturada, onde serão elaboradas perguntas-guia, relativamente abertas em que o áudio será gravado para posterior transcrição. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista sem nenhum prejuízo para você. Informamos ainda que não haverá identificação dos participantes que colaborarem com o estudo, ficando garantido o completo anonimato dos envolvidos na pesquisa.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: Para o projeto em questão não são esperados riscos e desconfortos, pois entrevistas semi-estruturadas não trazem a priori riscos à saúde, e os possíveis desconfortos que possam existir serão sanados pelo uso do sigilo em relação aos nomes dos entrevistados.

3. BENEFÍCIOS: A implementação das ações de educação alimentar e nutricional no processo ensino-aprendizagem devem perpassar transversalmente o currículo escolar, espera-se com este estudo identificar o impacto desta política pública

sobre a comunidade escolar e contribuir para uma maior integração entre as equipes de educação e saúde. Espera-se, também, contribuir com a possibilidade para o redimensionamento das ações de promoção da educação em saúde e nutrição na escola.

4. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecerá serão utilizadas somente para esta pesquisa. Sua entrevista ficará em segredo e o seu nome não constará em nenhum documento nem quando os resultados forem apresentados.

5. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, entre em contato a qualquer momento com a pesquisadora Vanessa Louzada Ribeiro Cabral pelo endereço eletrônico:nelouzadaribeiro@gmail.com ou pelo telefone: (21) 997636698.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato ao orientador Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, pelo email: abrasil@ufrj.br

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o (a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

Sendo assim, consinto em participar da pesquisa como está explicado neste documento.

Local e data:

Assinatura _____

Participante

_____ Responsável pela
pesquisa

Apêndice 2: Roteiro das entrevistas

1:Roteiro de entrevista semiestruturada- nutricionista.

1. Administração da compra

- 1.1.Como é feita a distribuição dos gêneros da agricultura familiar para as escolas?
- 1.2.Atende aos 30% que a lei preconiza? Porquê?
- 1.3.Como você realiza os cardápios? Quais são os critérios?

2. Agricultura

- 2.1.Você conhece os agricultores?
- 2.2.Você sabe o que eles cultivam?

3. Educação

- 3.1.O que você acha da lei do PNAE?
- 3.2.Como você encarou a mudança da lei?
- 3.3.Os alunos tem algum contato com os agricultores?
- 3.4. Os agricultores tem algum contato com a escola?
- 3.5.A secretaria de educação fornece algum incentivo para que o contato entre agricultores e a escola aconteça?

2:Roteiro de entrevista semiestruturada- agrônomo.

1. Gestão:

- 1.1.Quantos agricultores existem no município?
- 1.2.Quantos agricultores são cadastrados?
- 1.3. Existe cooperativa? Quantos são cooperativados?
- 1.4.Qual a sua opinião sobre os programas do governo de incentivo à agricultura familiar? (Qual o programa mais efetivo na sua opinião?)
- 1.5.A prefeitura oferece algum suporte para os agricultores?

2. Educação

- 2.1.O que você acha da lei do PNAE?
- 2.2.A secretaria de meio ambiente e a secretaria de educação tem alguma parceria?
- 2.3.A compra atende aos 30%? Porque?
- 2.4.A secretaria de meio ambiente realiza algum contato entre agricultor e a escola?

3: Roteiro de entrevista semiestruturada- agricultor.

1.Gestão:

- 1.1. Você considera importante a cooperativa? Porquê?
- 1.2.Quantos agricultores são cadastrados?
- 1.3. O que você acha da construção da agroindústria?
- 1.4. O que você acha dos programas do governo para agricultura familiar? Você participa de algum?
- 1.5. Como ocorre a entrega das mercadorias? O que você melhoraria nessa logística?

2.Educação:

- 2.1. O que você acha da lei do PNAE?
- 2.2.Você considera que depois da obrigatoriedade da compra da agricultura familiar pelo PNAE, a agricultura familiar se fortaleceu?
- 2.3. Vocês tem contato com os alunos nas escolas?
- 2.4. O que você acha das escolas receberem produtos da agricultura familiar?

4. Entrevista semiestruturada- Nutricionista terceirizada.

1. Administração da compra

Quantas nutricionistas constituem o quadro para alimentação escolar de Mesquita?

Como é realizada a entrega e a compra dos produtos da agricultura familiar?

Quem é responsável em estabelecer a quantidade dos gêneros alimentícios?

Como é realizada a distribuição dos gêneros para as escolas?

A empresa terceirizada realiza o cardápio oriundo da SEMED?

Existe alguma dificuldade em receber os produtos da agricultura familiar?

Na sua opinião como os alunos classificam a alimentação servida?

2. agricultura

Você conhece os agricultores? Sabe o que cultivam?

3. Educação

O que você da lei do PNAE?

O que você acha da obrigatoriedade da compra de no mínimo 30% da agricultura familiar?

Você acha que a alimentação escolar promove alimentação adequada e saudável?

5. Entrevista semiestruturada-merendeiras.

1.Agricultura

O que você acha da compra dos gêneros da agricultura familiar?

Como você qualifica a qualidade dos gêneros da agricultura familiar?

Você acha que a compra da agricultura familiar estabelece contato com os alunos?

Existe alguma dificuldade em receber os produtos da agricultura familiar?

2.Educação

Você conhece a lei do PNAE? O que você acha sobre ela?

Qual a maior dificuldade em realizar o cardápio?

Você acha que a alimentação escolar promove uma alimentação adequada aos alunos?

Você acha que a alimentação escolar atende as necessidades dos alunos?

3.Gestão.

Vocês recebem curso de capacitação?

O que você da terceirização da alimentação?

Fale sobre o papel que você exerce na alimentação dos alunos

6. Entrevista semiestruturada-professor ciências.

1. Educação

Você conhece a lei do PNAE? Qual sua opinião sobre ela?

Quais são as suas considerações sobre a obrigatoriedade pelo PNAE na compra dos gêneros da agricultura familiar?

Os alunos sabem dessa compra? O que você acha sobre isso?

A escola promove algum projeto relacionado a alimentação saudável?

A SEMED fornece algum incentivo para a pauta alimentação saudável?

Você considera que a alimentação escolar promove alimentação saudável?

2.Agricultura

A escola tem algum contato com os agricultores?

O que você dos produtos dos agricultores serem consumidos pelos alunos?

7. Entrevista semiestruturada –presidente cooperativa.

1.Gestão

Qual sua opinião sobre a cooperativa?

Quantos agricultores são cadastrados?

Qual a sua opinião sobre a agroindústria? Quais são as dificuldades?

O que você acha sobre os programas do governo federal para a agricultura familiar?

A prefeitura oferece algum incentivo para os agricultores da região?

2.Educação

Como ocorre a entrega das mercadorias para a escola?

O que você acha da lei do PNAE?

Você considera que depois da obrigatoriedade da compra dos gêneros da agricultura familiar, a agricultura do município se fortaleceu?

Vocês tem parceria com as escolas?

O que você acha das escolas receberem os produtos da agricultura?

